

70
1950-2020
ANOS
ANFIP
UNIÃO E TRABALHO!

A CONSTRUÇÃO DE UMA
GRANDE HISTÓRIA...



... AINDA EM EVOLUÇÃO.





Apresentação

ANFIP 70 anos

2020 é um ano mais que especial para a ANFIP. Em abril, a Entidade comemora 70 anos de existência, algo extremamente significativo para uma entidade representativa de classe. Nessas sete décadas, muitas histórias para contar e recontar com muito orgulho.

A ANFIP transpôs períodos marcantes da história do Brasil. Na ditadura militar, ainda no Rio de Janeiro, cumpria sua missão representando os então Fiscais e Inspectores de Previdência. Já sediada em Brasília, entrou de cabeça na redemocratização, marcando, inclusive, forte atuação no Congresso Nacional durante a Constituinte. Vivenciou a grande estruturação dessa política de proteção social chamada de Previdência Social, onde seus associados atuavam como Fiscais de Contribuições Previdenciárias.

Anos depois, conquistou a unificação das carreiras, fazendo os Auditores Fiscais da Previdência Social se unirem aos Auditores da Receita Federal para a estruturação de um dos órgãos de maior atuação em benefício da sociedade, responsável por fazer que direitos

essenciais para todos os brasileiros sejam cumpridos e respeitados, a Receita Federal do Brasil. Hoje, a ANFIP e seus associados se unem para proteger essa instituição diante de constantes tentativas de desestruturação. É essa força interna, esse desejo de promover justiça para um país por vezes conturbado, que a ANFIP mantém sua postura proativa, ética e participativa em todas as etapas da história do país.

Esse espírito atuante, com valores e virtudes concretizados, faz da ANFIP a personificação de uma força avassaladora. Faz da Entidade uma verdadeira trincheira em defesa dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, dos direitos e garantias constitucionais, dos direitos sociais e de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e igualitária. Que esses 70 anos possam ser lembrados por todos nossos associados, sejam multiplicados e, acima de tudo, comemorados com orgulho.

Parabéns ANFIP!

EXPEDIENTE

Publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

FOTOS

Arquivo ANFIP

COMISSÃO ORGANIZADORA

Albenize Gatto Cerqueira

João Alves Moreira

Carlos Alberto de Souza

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Gilmar Vitalino

EDIÇÃO E REPORTAGEM

Ludmila Machado e Daiana Lima

CONSELHO EDITORIAL

Décio Bruno Lopes

Eucélia Maria Agrizzi Mergár

Crésio Pereira de Freitas

José Arinaldo Gonçalves Ferreira

Benedito Cerqueira Seba

Cesar Roxo Machado

CONSELHO EXECUTIVO

Décio Bruno Lopes

Presidente

Márcio Humberto Gheller

Vice-Presidente Executivo

Eucélia Maria Agrizzi Mergár

Vice-Presidente de Assuntos Fiscais

José Arinaldo Gonçalves Ferreira

Vice-Presidente de Política de Classe e Política Salarial

Crésio Pereira de Freitas

Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social

Tereza Liduína Santiago Félix

Vice-Presidente de Aposentadorias e Pensões

Albenize Gatto Cerqueira

Vice-Presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas

Ariovaldo Cirelo

Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Maria Beatriz Fernandes Branco

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Cesar Roxo Machado

Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários

João Alves Moreira

Vice-Presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro e Tecnologia da Informação

Carlos Alberto de Souza

Vice-Presidente de Planejamento e Controle Orçamentário

Luiz Mendes Bezerra

Vice-Presidente de Finanças

Benedito Cerqueira Seba

Vice-Presidente de Comunicação Social

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

Vice-Presidente de Relações Públicas

José Avelino da Silva Neto

Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

CONSELHO FISCAL

Assunta Di Dea Bergamasco

Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão

Maria Gorete de Sousa Ramalho Medeiros

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AL - Dulcésil Silva

AM - Miguel Arcanjo Simas Nôvo

AP - Emir Cavalcanti Furtado

BA - Maria Urânia da Silva Costa

CE - Gilson Fernando Ferreira de Menezes

DF - Maria José de Paula Moraes

ES - Rozinete Bissoli Guerini

GO - Nilo Sérgio de Lima

MA - Antonio de Jesus Oliveira de Santana

MG - Ana Maria Moraes da Silva

MS - Isabel Nascimento Elias Pereira

MT - Ana Pereira Leite

PA - Maria Oneyde Santos

PB - Maria dos Remédios Bandeira

PE - Rita de Cássia Cavalcanti Couto

PI - Osmar Escórcio de Carvalho

PR - Josemar Jorge Cecatto Santos

RJ - Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

RN - Jonilson Carvalho de Oliveira

RO - Francisco Raia

RR - André Luiz Spagnuolo Andrade

RS - Dulce Wilennbring de Lima

SC - Antonio Carlos Silveira

SE - Jorge Lourenço Barros

SP - Genesio Denardi

TO - José Carlos Rego Moraes

Esta edição: 5.000 exemplares

Distribuição: gratuita

A assinatura da revista Seguridade Social e Tributação é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email cadastro@anfip.org.br

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.



SBN, Quadra 1, Bloco H, Ed. ANFIP-CEP 70.040-907 - Brasília, DF

Fone: (61) 3251-8100 / 0800 701-6167

E-mail: comunicacao@anfip.org.br | Home page: www.anfip.org.br

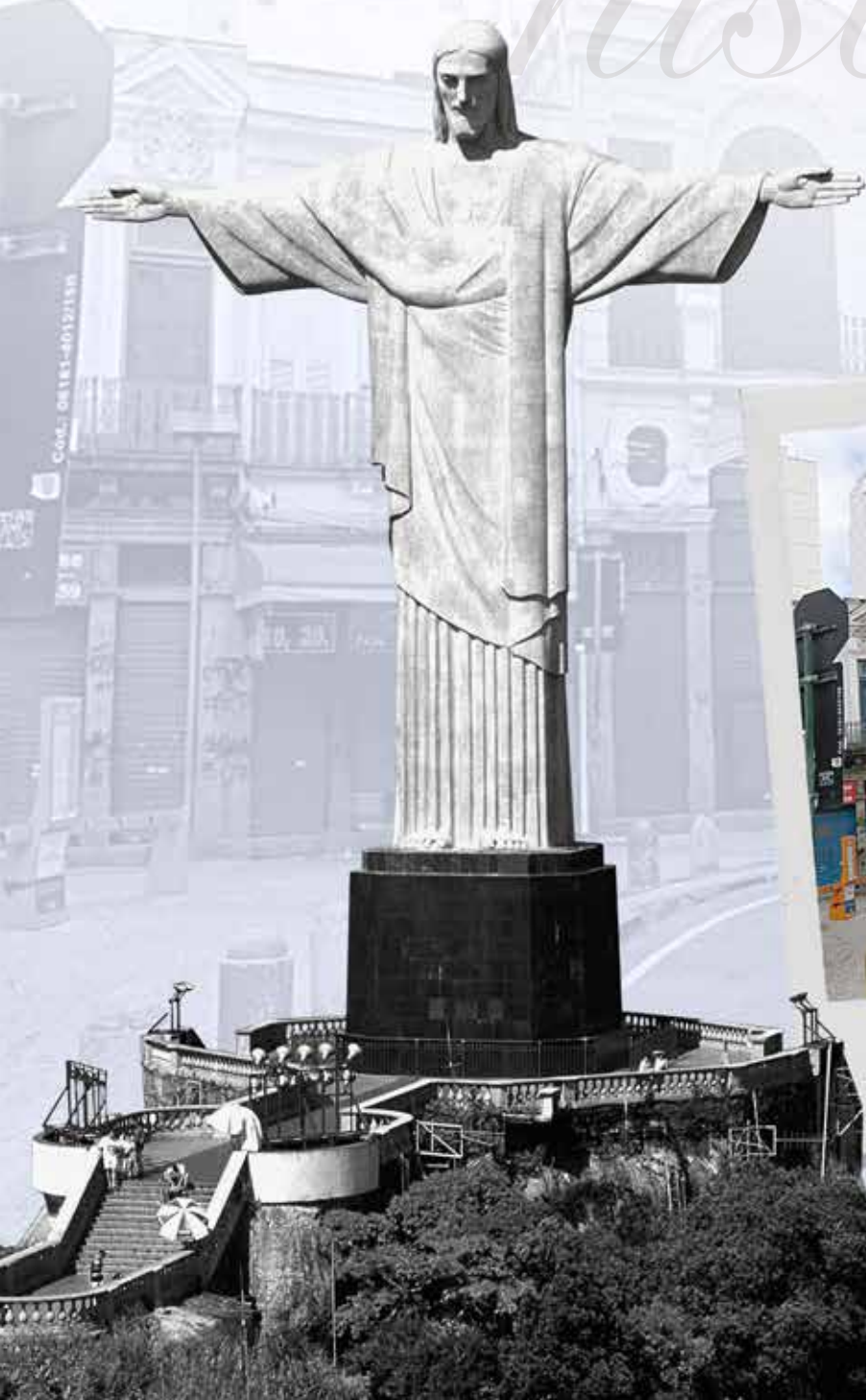
SUMÁRIO

- 06 Nasce uma grande história
- 08 Transferência da sede da ANFIP para Brasília
- 12 “União e Trabalho” Conselho Executivo marca nova fase da ANFIP
- 14 Entrevista - Décio Lopes
- 18 Homenagens
- 23 O protagonismo da mulher na ANFIP
- 26 Ex-presidentes - Marcam trajetória da ANFIP
- 45 Uma construção coletiva
- 71 Curiosidades & Bastidores
- 84 História das Estaduais
- 114 Produção de conhecimento e a defesa da Seguridade Social



Nasce uma grande
história.

história



Sede União Portuguesa Oliveira
Largo de Santa Rita - Rio de Janeiro

No dia 22 de abril de 1950, no salão da Sede União Portuguesa Oliveira Salazar, situada no Largo de Santa Rita, na cidade do Rio de Janeiro, é fundada a “Associação dos Fiscais de Previdência Social”, com a missão de lutar pelo fortalecimento da categoria e por um Brasil mais justo e solidário. Formada por fiscais de diversos Institutos de Previdência, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, possuía abrangência nacional e reconhecimento legal de legítimo representante judicial e extrajudicial de seus associados, conforme Lei nº 1134/1950.

Em 23 de março de 1956 é fundada a “Associação Nacional dos Fiscais e Inspetores de Previdência” constituída pelos Fiscais do IAPI. Já no dia 20 de agosto de 1957 é fundada a “União Metropolitana dos Fiscais do IAPC”, constituídos dos Fiscais residentes na cidade do Rio de Janeiro. Após quatro anos, em 3 de janeiro de 1961, é fundada a “Associação dos Fiscais do IAPB”, com base territorial em todo o país.

Mais tarde, em 1967, face a unificação dos IAPs num único órgão o INPS (Decreto-Lei nº 72, de 4 de novembro de 1966) as Associações anteriormente citadas dos “Fiscais de Previdência”

dos IAPs, então existentes à época (IAPM – IAPC – IAPB – IAPI - IAPETEC – IAPFESP), efetuam a sucessão e incorporação na nova entidade sob a denominação de “Associação Nacional dos Fiscais de Previdência Social - AFPS”, com atuação em todo o território nacional.

Em 2002, face o art. 7º da MP nº 46, de 25 de junho de 2002, convertida na Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, o cargo de “Fiscal de Contribuições Previdenciárias” passa a denominar-se “Auditor Fiscal da Previdência Social – AFPS” e a entidade passa a denominar-se, a partir da sua XIX Convenção Nacional, em 21 de maio de 2003, em “Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social”.

Com a criação da Super Receita, em 2007, face a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, o cargo de “Auditor Fiscal da Previdência Social” passa a denominar-se em “Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil” e a entidade passa a se chamar “Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil”.

Congregam a Associação Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – AFRBF, ativos e aposentados; e os participantes – dependentes do Instituidor de pensão da carreira de AFRFB.

Transferência da sede
da ANFIP para

Brasília,
Brasília



Aos 37 anos de existência, a sede da ANFIP mudou de endereço. Saiu da cidade do Rio de Janeiro, onde funcionava na Avenida Presidente Vargas, nº 529, Edifício Aquitânia, 21º andar, Centro, e foi transferida para Brasília. A mudança otimizou as ações da Entidade, pois ficou mais próxima ao centro de poder e de decisão do país.

A mudança foi uma decisão da XI Convenção dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, realizada em Recife, em agosto de 1987, a diretoria da ANFIP iniciou em setembro do mesmo ano a transferência da sede nacional da cidade maravilhosa para a capital federal.

A nova sede, no Edifício Engenheiro Paulo Maurício, em Brasília, foi inaugurada no dia 18 de abril de 1988, sob a presidência de Aniceto Martins, que destacou, em discurso proferido durante a solenidade de descerramento da placa,

a importância de a Associação estar localizada no centro das decisões do país. “Aqui em Brasília surge a nova ANFIP, que, sem desprezar o seu passado de lutas, sem esquecer seus pioneiros, avança com o vigor de uma entidade jovem, aberta e pronta a melhor questionar os problemas relacionados com o Fiscal e com a Previdência”, disse à época sobre a importância da nova fase para toda a carreira.

A proximidade da ANFIP aos Poderes da República trouxe, já nos primeiros meses após a mudança da sede, frutos concretos para a categoria, como, por exemplo, a aprovação de dispositivos e emendas constitucionais apresentadas pela Entidade à Assembleia Nacional Constituinte; a assinatura de um convênio com a gráfica do Senado para a publicação dos informativos da Associação; a extensão da GEFA à categoria; além da participação constante da ANFIP na formulação do plano de cargos e salários.

EVOLUÇÃO DA MARCA ANFIP



Na gestão do presidente Octaviano Santos Moreira (1982-1983), a ANFIP realizou um Concurso Nacional para a criação da sua logomarca, que também deu origem à sua bandeira. O autor da marca vencedora foi o arquiteto [Plínio Esteves Rincon](#).

A marca é a mesma usada até os dias atuais. No entanto, adaptações são feitas para registrar datas comemorativas, como a cada aniversário da Associação, ou para eventos promovidos pela Entidade. Em 2014, a marca foi redesenhada para transmitir mais modernidade e flexibilidade. Assim, os novos traços acompanham a evolução da ANFIP ao longo dos anos.

1995



2000

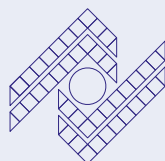
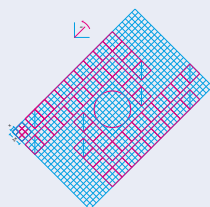


2014



2015





2007



2010



2019



2020



“União e Trabalho”

“União e Trabalho”
Conselho Executivo marca
nova fase da ANFIP



O Conselho Executivo integra, juntamente com os conselhos Fiscal e de Representantes, a Assembleia Geral e a Convenção Nacional, os órgãos da ANFIP, sendo considerado o Órgão Administrativo.

O mandato dos conselheiros, que compunham a chapa União e Trabalho, teve início no dia 1º de agosto de 2019, um dia após assinatura do termo de compromisso perante o Conselho de Representantes. Excepcionalmente, o mandato do grupo foi estendido até o dia 31 de dezembro de 2021, em cumprimento à alteração estatutária aprovada na XXIII Convenção Nacional, que adequou o mandato dos conselhos Executivo e Fiscal ao ano cível.

Décio Bruno Lopes, que assumiu a Presidência, reafirmou o compromisso em defender não só os direitos e garantias dos associados, como também as principais bandeiras sociais, como uma Previdência Social pública e solidária e um sistema tributário que garanta a justiça fiscal, sempre respeitando as decisões colegiadas das instâncias máximas da Associação. Destacou ainda, como diretrizes dos próximos anos, o controle rigoroso de processos judiciais, com implantação de mecanismos capazes de tornar o Departamento Jurídico mais transparente, saneado, ágil e eficaz. Também destacou a defesa da Receita Federal do Brasil, da carreira Tributária e Aduaneira e do cargo de Auditor Fiscal.

Presidente

Décio Bruno Lopes (MG)

Vice-Presidente Executivo

Márcio Humberto Gheller (PR)

Vice-presidente de Assuntos Fiscais

Eucélia Maria Agrizzi Mergár (ES)

Vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial

José Arinaldo Gonçalves Ferreira (RJ)

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social

Crésio Pereira de Freitas (GO)

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões

Tereza Liduina Santiago Félix (CE)

Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas

Albenize Gatto Cerqueira (PA)

Vice-presidente de Serviços Assistenciais

Ariovaldo Cirelo (SP)

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos

Maria Beatriz Fernandes Branco (SP)

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Cesar Roxo Machado (RS)

Vice-presidente de Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação

João Alves Moreira (AC)

Vice-presidente de Finanças

Luiz Mendes Bezerra (PE)

Vice-presidente de Planejamento e controle Orçamentário

Carlos Alberto de Souza (SC)

Vice-presidente de Relações Públicas

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (RN)

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares

José Avelino da Silva Neto (PB)

Vice-presidente de Comunicação Social

Benedito Cerqueira Seba (MT)



Entrevista
Décio Lopes

Presidente da ANFIP, na gestão 2019/2021. É bacharel em Direito, Ciências Contábeis e Administração de Empresas. Pós-graduação em Contabilidade Geral, em Direito do Trabalho e Previdenciário e mestre em Direito Previdenciário. Entrou para a carreira de Auditoria Fiscal da Previdência Social em 1993. Tornou-se Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil a partir de 2007, tendo exercido atividades na Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, até outubro de 2018. Na ANFIP, já exerceu diversos cargos em diferentes gestões. Professor de Direito Previdenciário em cursos de Graduação e Pós-Graduação, palestrante em Seminários e Congressos nacional e internacional.

1 – O que representa a história da ANFIP para o Auditor Fiscal da RFB e para a sociedade?

A história da ANFIP remonta aos idos de 1950, quando um grupo de fiscais previdenciários idealizaram uma entidade que pudesse satisfazer os anseios de fortalecimento de um cargo tão importante para as suas vidas e que pudesse defender os direitos e anseios da sociedade brasileira em matéria de garantia dos benefícios previdenciários.

Naquela época, nada mais importante do que aglutinar, em uma única entidade, todos aqueles que lidavam com a arrecadação e fiscalização das contribuições previdenciárias dos diversos institutos (IAPI, IAPC, IAPB, INPS, etc), quer sejam fiscais, tesoureiros, inspetores, controladores de arrecadação, etc. O objetivo era unificar para fortalecer nos pleitos corporativos e obter reconhecimento pela sociedade da importância das atividades de fiscalização e arrecadação previdenciária para consecução dos benefícios a que os segurados teriam direito. Para tanto seriam necessários materiais instrutivos para proporcionar melhores condições de trabalho aos associados, tais como atualização e consolidação da legislação, manuais, cursos, palestras e cartilhas que também eram distribuídas para a sociedade em

geral, principalmente para associações, sindicatos, Câmara dos Deputados e Senado Federal e demais entidades da sociedade civil, como forma de levar conhecimento e informações a todos os cidadãos brasileiros e aos parlamentares além de demonstrar a ANFIP não é apenas uma entidade que defende apenas os interesses corporativos de seus associados, mas também uma entidade de utilidade pública, com prestação de serviços à sociedade.

2 – Quem é a ANFIP, 70 anos após sua fundação?

Nesses 70 anos a ANFIP cresceu e se multiplicou, possuindo representação nos 27 estados brasileiros, seja pelas entidades regionais, que levam o seu nome nos estados, seja pelas representações estaduais onde não há entidade regional.

É uma entidade reconhecida nos quatro cantos do Brasil, de norte a sul, de leste a oeste. É reconhecida nos três Poderes da República, seja pelo Executivo, Legislativo ou Judiciário, tendo participação nos mais variados debates desenvolvidos por diversas comissões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em que se discutem matérias previdenciária, tributária, de seguridade social, reforma e estruturação do Estado Brasileiro, questões corporativas de servidores, principalmente da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e do Cargo de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Assim, a ANFIP, pelos seus estudos desenvolvidos e materiais instrucionais publicados em sua página na internet www.anfip.org.br e distribuídos aos parlamentares e às diversas entidades da sociedade civil, bem como pelos seus seminários nacionais e internacionais, se tornou uma entidade reconhecida nacional e internacionalmente, tornando-se uma entidade à altura dos anseios de seus fundadores.

3 – Quais os próximos desafios e projetos futuros?

A ANFIP tem uma longa trajetória e não pode parar, principalmente nesse momento em que se assiste a uma tentativa incessante

de enfraquecimento do Estado Brasileiro e desmoralização do seu funcionalismo. Trata-se de vender à população a ideia nefasta de que o funcionalismo é um peso para o Estado, um mal para a sociedade e por isso há que reduzir os quadros de servidores, reduzir a remuneração, acabar com a estabilidade, reduzir as estruturas da administração pública, como se a iniciativa privada fosse a salvação da economia.

Os próximos desafios serão demonstrar aos três Poderes da República, principalmente ao Legislativo a quem cabe aprovar as leis, que a melhoria dos serviços públicos passa exatamente pela valorização dos servidores, por melhores condições de trabalho, pela verdadeira e adequada aplicação dos recursos públicos nas respectivas áreas em que foram estabelecidos nos orçamentos, pelo combate à corrupção e lavagem de dinheiro, pelo combate à sonegação, contrabando e descaminho.

Evidentemente que o enfraquecimento do Estado e do funcionalismo em nada reverterão em melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos que pagam tributos, pelo contrário, poderão piorar a sua condição de vida tendo que pagar, além dos tributos, os altos preços de planos de saúde, que nem sempre atendem a contento, dos pedágios, energia elétrica, telefonia, combustíveis, transporte, educação, previdência privada, etc.

Neste contexto, há que se valorizar as estruturas das áreas de sustentação do Estado, principalmente a Administração Tributária e a fiscalização, como responsáveis pelo provimento de receitas capazes de financiar as diversas atividades estatais. Enfraquecer a Administração Tributária reduzindo os recursos orçamentários necessários à sua manutenção e funcionamento e denegrir a imagem da fiscalização, certamente, não é a melhor receita para fortalecimento dos cofres públicos e manutenção das atividades do Estado.

Cabe aos grupos governantes, ao Legislativo e ao Judiciário contribuírem para a consecução do fortalecimento do Estado, evitando evasão e desvio das receitas públicas e assim prestarem melhores serviços à população.

A ANFIP, com certeza, não medirá esforços

para esclarecer a população sobre esse estado de coisas e participará de debates junto ao Legislativo, Executivo e Judiciário quanto às propostas de alteração nas estruturas administrativas e de funcionamento do Estado, o que inclui seus servidores, como forma de contribuir com o objetivo da República Federativa do Brasil em manter uma sociedade livre, justa e solidária.

4 – O que torna a ANFIP forte e representativa?

O que contribui para manter a ANFIP forte e representativa é exatamente a sua ação em defesa dos interesses corporativos da categoria e de seus associados sem perder de vista a defesa da justiça fiscal, de um sistema tributário menos regressivo, de uma Previdência pública capaz de pagar os benefícios de seus segurados, de uma previdência complementar fechada bem gerida e sem interferência política nos seus quadros de gestão, além da defesa de recursos necessários para a manutenção do sistema de Seguridade Social conforme estabelecido na Constituição Federal. Isso porque, enquanto servidores de carreira típica e exclusiva de Estado, responsáveis pelos recursos para manutenção das atividades estatais, não podemos perder de vista os interesses gerais da população, pelo que sempre fizemos.

5 – Como é estar à frente da ANFIP nesse momento histórico?

Estar à frente da ANFIP nesse momento histórico é muito gratificante, mas não deixa de ser preocupante e de muita responsabilidade. Isso porque pretendemos manter o padrão de qualidade que a ANFIP sempre manteve em toda a sua trajetória.

Ademais, nesse momento em que as perspectivas são desafiadoras para os associados, para os servidores e serviços públicos, para a administração Tributária e para o Estado Brasileiro, manter o otimismo e a motivação dos associados não é matéria das mais fáceis. Mas com um Conselho Executivo formado por associados dos mais diversos estados, comprometidos com as causas dos associados e da Associação, e acima

de tudo conscientes dessa missão, trabalharemos unidos para passarmos por esse período com muita vibração, com ações positivas e proposições consistentes a fim de prover vida longa à nossa Entidade. Que todos os associados tenham convicção de que somente juntos poderemos ser ainda mais fortes nas defesas dessas causas que interessam à carreira.

Temos consciência de que nesses 70 anos muitos momentos desafiantes foram enfrentados. E os nossos antecessores trouxeram a ANFIP até aqui. Tenho certeza de que à frente da ANFIP nesse momento e com a participação integrativa do Conselho Executivo e do Conselho de Representantes, além do Conselho Fiscal, levaremos a nossa Entidade a manter o seu padrão de qualidade associativa pelos próximos 70 anos.

Estamos certos de que, enquanto representantes de servidores de carreiras de Estado, o momento político e econômico nos preocupa, mas temos consciência de que venceremos essa situação e sairemos desse estado de coisas, pois os governos são passageiros e o Estado e seus servidores são efetivos e perenes.

6 – Para o senhor, como Auditor Fiscal e associado, o que significa ser anfiplano?

Para mim, a ANFIP é uma identidade, uma Entidade que efetivamente, congrega seus associados. Sei disso pela minha trajetória pessoal. Ingressei na carreira de fiscalização em 1993, com o trabalho incessante dessa Entidade. Desde então me sinto parte de seu corpo, mesmo nos momentos em que não estou efetivamente compondo algum conselho. Integrei o Conselho Executivo pela primeira vez em 2003, na Vice-Presidência de Assuntos Fiscais. Desde então sempre prestei serviços à ANFIP e à Fundação ANFIP, mesmo não estando participando da gestão. Exerci ainda, em momentos descontinuados, as Vice-Presidências de Planejamento e Controle Orçamentário, Estudos e Assuntos Tributários e Assuntos da Seguridade Social.

A partir dessa experiência e dessa convivência, ser anfiplano é ter uma identidade, é ter certeza de que se participa de uma Entidade

que realmente defende seus associados, é saber que a união faz a força, é estar certo de que, mesmo em momentos difíceis, a ANFIP sempre trabalhará para manter os direitos conquistados e ampliar as conquistas, é estar consciente de que formamos uma família e que em uma família a proteção decorre da união e do esforço de todos para um objetivo comum: sermos fortes e contribuirmos para o fortalecimento da sociedade, principalmente em momentos de fragmentação.

7 – Quem é a ANFIP além do seu papel associativo?

Além do seu papel associativo de defesa dos direitos dos seus associados, a ANFIP é uma entidade de defesa dos direitos da sociedade. Por sua história de atuação, ela se tornou uma entidade de interesse público.



“Os próximos desafios serão demonstrar aos três Poderes da República, principalmente ao Legislativo a quem cabe aprovar as leis, que a melhoria dos serviços públicos passa exatamente pela valorização dos servidores.”



The background of the page is a blue-tinted photograph of a large group of elderly people. In the foreground, a man with white hair and glasses is speaking into a microphone. Behind him, another man in a suit and glasses is visible. The rest of the image is filled with other elderly individuals, some seated and some standing, creating a sense of a large gathering or event.

Homenagens Homenagens

JABS CONTI

Por Rozinete Bizoli



No último dia 10/06, acordamos com uma triste notícia... a perda do querido amigo JABS!

Jabs representava um misto de gentileza, “leveza”, bom caráter, afetuosidade e tantos outros adjetivos que poderíamos ficar escrevendo por muito tempo e não esgotaríamos suas virtudes!

Mas vamos guardá-lo em nossos corações como AMIGO. Aquele que estava sempre disponível para ouvir. Generoso, enxergava somente o lado bom das pessoas. De bem com a vida. Nunca reclamava! Adorava viver e conviver com amigos! Adorava viajar, em especial nos eventos da ANFIP, quando nos brindava com sua presença cativante! Amava a ANFIP e fazia qualquer coisa para fortalecer nossas entidades - ANFIP e ANFIP-ES. Presença constante na ANFIP-ES, ia na sede toda semana; chegava de mansinho, sempre com

um sorriso no rosto. Sentimos muita falta de seu passo miúdo e tímido - acho que não queria chamar atenção, e seu sorriso agradável e largo que aquecia o coração de quem estava por perto.

Quem participou de eventos da ANFIP junto com Jabs, sabe o quanto ele era admirado por colegas de todo o Brasil, com quem ele conviveu! No momento da partida, muitos manifestaram a tristeza por tão lamentável perda! Mas seu legado será sempre lembrado; na sede da ANFIP-ES, um recorte de jornal vai eterniza-lo como jogador de bocha, feliz como criança; na sede da ANFIP sua foto na galeria dos Ex-presidentes é sua marca de quanto o Espírito Santo foi bem representado e de quanto fomos agraciados com sua presença querida por tantos anos!

Obrigado JABS por tudo que representa para a ANFIP, e de tantos ensinamentos. Já estamos com saudades

PEDRO DITTRICH

por Gilberto Franceschini



Em decorrência da comemoração dos 50 anos de realização da I Convenção Nacional da ANFIP, evento realizado dia 8 de novembro de 2018, no Rio de Janeiro, mesma cidade onde aconteceu, em 1968, o primeiro evento que veio a se tornar o ápice das mais importantes decisões associativas, o ex-presidente da ANFIP Gilberto Ulysses Franceschini prestou homenagem a uma das pessoas mais emblemáticas da história da Associação, Pedro Dittrich Júnior.

Um momento grande emoção, especialmente por Dittrich ter vivido e convivido com várias gerações de colegas que passaram pela Entidade, seja nos Conselhos, em encontros institucionais ou grupos de estudo que ele mesmo incentivou. Também por Dittrich ter doado de forma irrestrita o que de mais precioso tinha a oferecer: conhecimento.

Confira como foi a homenagem:

“No momento em que se comemora o importante fato que foi a realização de sua I Convenção Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, no longínquo ano de 1968, aqui estarmos para

testemunhar o grau de credibilidade adquirida pela ANFIP junto ao poder público e à sociedade civil, no curso desses anos todos, o que possibilitou que alçasse ela voos cada vez mais altos, sempre na defesa previdenciária, da qual se originou. E isto desde os idos de 1950, dada a sua condição de sucessora e incorporadora de várias outras entidades que surgiram a partir da década e que visavam congregar e representar os servidores fiscais dos antigos IAPS, em âmbito nacional, a exemplo da Associação dos Fiscais da Previdência Social AFPS, fundada em 22 de abril de 1950, data essa posteriormente adotada como aniversário da própria ANFIP.

Diante, pois, desse ambiente festivo, permitam-nos os presentes fazer uma referência especial, talvez tardia, a um de seus antigos dirigentes, muito embora, alguns deles, pela vontade de Deus, já se afastaram de nosso convívio. Trata-se de Pedro Dittrich Jr., que nos deixou em 2015, por tudo o que fez em benefício de nossa coletividade. Eis, por exemplo, o que dizia ele, quando encerrados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e na qual teve uma participação bastante ativa, em um dos artigos de sua autoria (“A

última Sessão Constituinte”), publicado à época, no Informativo ANFIP.

“Por tudo isto, transmito (como num relatório apaixonado) como eu vi e vivi. Meninos, eu vi, proclamou o poeta. Eu vi também e participei com entusiasmo, como mais um constituinte daquele imenso mundo de brasilidade que comemorava a conclusão de um árduo trabalho iniciado em março de 1987 e que, para nós, tanto como cidadãos, como em especial, servidores públicos, coroavam de alegria, de satisfação e êxito as reivindicações das classes organizadas e que se dispuseram a trabalhar nessa página marcante da nacionalidade. Hoje posso reafirmar:

Sou um novo cidadão, sou um novo servidor público, pela garantia de que os princípios de cidadania e de servidor da Nação, ficaram definitivamente marcados, dando-nos mais dignidade e segurança para o futuro”.

Teve ele, a partir da década de 80, uma longa e brilhante trajetória, não apenas no âmbito da ANFIP, como de várias outras entidades associativas, coordenando e participando de memoráveis campanhas, especialmente na época em que, com sua sede na cidade do Rio de Janeiro, contava a ANFIP com uma estrutura administrativa bastante modesta, incompatível com o projeto daqueles que a idealizaram. Isso, porém, não impedia que, tendo ele como um de seus mais importantes líderes, ao lado de Autran, Tourinho, Marino, Ciro, Gilberto Cavalcante, Armando, Joaquim B. Afonso, Aniceto, Otaviano, Marville e tantos outros dentre os quais me incluo, além daqueles que vieram mais adiante, lutasse a ANFIP pela conquista da equivalência estrutural e remuneratória com os servidores fiscais da então Receita Federal (Grupo Fisco), bem como pela igualdade de tratamento entre servidores ativos, aposentados e pensionistas. Afirmava ele: “As grandes vitórias e conquistas são coletivas, surgem de lutas das comunidades e não das reivindicações individuais, isoladas. É preciso pleitear, reivindicar, brigar e tutar por todos, no geral, no conjunto, nas horas certas e nos momentos adequados.”

Era incansável na busca de objetivos, enfrentando todo e qualquer tipo de dificuldade, notadamente na época em que imperava no país o regime autoritário. Combatia, como proclamava

o poeta, “o bom combate”. Era, ao mesmo tempo, exigente e equilibrado, servia à coletividade ou À instituição, com espírito de justiça e ordem. Não desistia, era persistente, mesmo quando a derrota parecia iminente, pois sabia que contava com o apoio daqueles, cujos direitos lhes eram negados. Espelhava-se no “velho, mas não velhaco”, o Dr. Ulysses, o “Senhor Diretas”, o líder da resistência, o maior defensor dos direitos da cidadania que nos ensinava: “Levantar-se, depois de cair, ainda coberto de pó ou de lama, isso é ser homem. Quem tomba e não mais se ergue não é digno de vitória! Viemos aqui fazer uma Constituição, não ter medo! O medo tem cheiro. Os cavalos e os cachorros sentem-no, por isso derrubam ou mordem os medrosos.”

Não temia expor suas ideias, quando no exercício de importantes cargos na administração pública ou como líder de classe por quase quatro décadas. Valeu Pedro, ter sido aquele servidor que, ainda jovem, soube sentir a importância que viria a representar a previdência social pública para os trabalhadores brasileiros, especialmente para aqueles que dela dependiam, e dependem para sua subsistência; valeu sua luta contra aqueles que, movidos por interesses menos escrupulosos, apregoavam, como apregoam, o seu total desmantelamento; valeu acreditar que será ela sempre viável, que é o maior, senão o único e verdadeiro instrumento de distribuição de renda nacional, fator de fundamental importância para uma duradoura justiça social; valeu Pedro, quando convocado, assumir posições de liderança de nossa entidades de classe, a ANFIP, a Fundação ANFIP e outras, preconizando sempre pelo respeito ou pelo resgate da imagem dos servidores públicos; valeu muito sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, muito embora, para a tristeza sua - e nossa também - muitas das conquistas alcançadas e introduzidas, à época, no texto da “Carta Cidadã” foram dela retiradas ou simplesmente desrespeitadas; valeu, enfim, o entusiasmo que sempre nos transmitiu, o seu espírito agregador, a ousadia ou mesmo a austeridade, quando necessária, o dinamismo com que soube enfrentar os grandes desafios no emprenho das espinhosas missões que lhe foram atribuídas. Valeu, Pedro!

MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, MANOELZINHO

Por João Alves Moreira e Carlos José de Castro

Uma personalidade sempre lembrada por aqueles que fazem parte da história da ANFIP é o Manoelzinho. Manoel de Oliveira Filho, Auditor Fiscal, falecido em 2003, pessoa fundamental no processo de transferência da sede da ANFIP do Rio de Janeiro para Brasília, em 1988.

Manoelzinho foi secretário de Planejamento do Iapas (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social) e abriu muitas portas para a Entidade. Quando os representantes da ANFIP começaram a chegar a Brasília, logo que foi aprovada a mudança, foi ele quem deu todo o suporte para os colegas nas primeiras empreitadas na cidade, antes mesmo do aluguel da sala do Edifício Paulo Maurício. Os dirigentes iam direto para o gabinete do Manoelzinho, que



cedia máquina de escrever, telefone, material de expediente. Ele emprestava, inclusive, seu carro particular para os trabalhos externos.

Ele apoiou a ANFIP em seu processo de mudança até o momento em que a Entidade teve um local para ficar, que foi no Paulo Maurício. Ele nunca abandonou a Associação. A esposa dele, a Iara Barros de Oliveira, é associada pensionista, participou também de nossa história e sempre participou das Convenções.

São várias pessoas importantes que apoiaram a ANFIP no momento de transição, mas algumas, como a Vera Hoffay França Campos, o Cyro Moraes da Franca e o Manoelzinho, merecem destaque. Em seguida, outra pessoa que concretizou o que faltava foi o Marville Taffarel. São pessoas que merecem todas as homenagens.

O protagonismo das *mulheres* na ANFIP



Em toda a história da ANFIP, elas sempre estiveram lá, somando forças e ajudando a construir o associativismo de uma entidade que, mais tarde, se tornaria referência nacional na defesa da Administração Tributária e da Previdência Social brasileira.

Mas, foi somente em 1985 que esse protagonismo ganhou expressividade, com a eleição da primeira mulher a integrar o Conselho Executivo da ANFIP, a Auditora fiscal Maria de Lourdes Nunes Carvalho (Lourdinha). Foi eleita na X Convenção Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, realizada em Vitória (ES), em agosto daquele ano.

Aguerrida e atuante, Lourdinha se tornou uma grande liderança não só do seu estado, o Maranhão, mas de toda a carreira. Na ANFIP, integrou as gestões 1985/1986 (Vogal), 1986/1987 (VP de Aposentados e Pensionistas), 1987/1988 (assessora do VP de Cultura Profissional e Acompanhamento de Teses), 1988/1989 (VP Cultura Profissional e Acompanhamento de Teses), 1989/1990 (VP

Comunicação Social) e 1990/1991 (VP adjunta de Assuntos Fiscais).

E elas não pararam de fazer história! Ampliando a efetiva representação delas, a Associação elegeu a primeira presidente em 2007 anos. Foi a paulista Assunta Di Dea Bergamasco que estreou no cargo, com brilhantismo, competência e garra. Em sua gestão, liderou a campanha salarial da categoria que resultou na conquista da remuneração por subsídio e da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Permaneceu na Presidência até 2009. Antes, também integrou o Conselho Executivo, na gestão 2005/2007, como vice-presidente de Cultura Profissional, e em 2009/2011, como VP de Assuntos Parlamentares.

Após 70 anos de sua fundação, a ANFIP tem a felicidade de lembrar da primeira mulher a se tornar associada. Arlete Vanda Ehalt da Costa, do estado de Curitiba (PR), se associou em 1955. Neste período, se desfilou no ano de 1998 e retornou em 2010. Ainda assim, somando os períodos, contribui com a Associação há 53 anos. Atualmente, tem 91 anos.



Outro nome a ser homenageado é o da mineira Lucy Carneiro, que, nos dias atuais, mora em São Paulo. Ela é a associada com maior tempo de contribuição à ANFIP. São 64 anos, desde 1964! Hoje, tem 89 anos e ainda faz parte do quadro associativo da ANFIP.

Durante as sete décadas de existência, a ANFIP teve apenas duas mulheres na Presidência, cargo máximo da administração da Entidade. Após a gestão de Assunta Di Dea Bergamasco, seis anos mais tarde, a ANFIP foi presidida por Margarida Lopes de Araújo (2013/2015), também do estado de São Paulo. Margarida Lopes integrou o Conselho Executivo da ANFIP nas gestões 1997/1999, 1999/2001, 2001/2003, 2003/2005 e 2013/2015, esta última, como presidente.

As três dirigentes homenageadas neste registro de memória são grandes lideranças que a ANFIP muito se orgulha de ter em seus quadros associativo e dirigente. Todas elas foram e ainda são muito importantes na construção da ANFIP. Que seus exemplos continuem inspirando as colegas Auditoras Fiscais a se tornarem protagonistas dessa grande família anfipiana!



Ex-presidentes

Ex-presidentes

Marcam trajetória da ANFIP

Os 70 anos de existência da ANFIP só podem ser comemorados devido à dedicação de um grupo abnegado em elevar não só a história da Entidade como também de marcar a trajetória dessa carreira tão fundamental para o desenvolvimento nacional. São os ex-presidentes da ANFIP que, em diversas épocas, nos mais distintos cenários econômico e político, abdicaram de suas trajetórias pessoais para trilhar uma luta coletiva que, sim, ajudou a elevar o nome da Entidade ao reconhecimento nacional. Neste espaço, confira o relato dos ex-presidentes sobre as marcas eternizadas na história da ANFIP.

Ex-presidentes in memoriam

Ney Costa Santos (1967-1968) • Joaquim Baptista Affonso (1968-1969)
Wilson da Silva Cardoso (1969-1970) • Sebastião Almeida Vieira (1971-1972)
Og de Melo Fernandes (1972-1973) • Jabs Conti (1973-1974) • Aloísio de Melo (1974-1975)
Vicente José Rocco (1975-1976) • Silvio José Andriotti Silveira (1976-1977)
Antonio Pádua de Oliveira (1977-1978) • Nemyr Onofre Serpa (1978-1979)
Marcelo Viana (1979-1980) • Pedro Dittrich Júnior (1980-1981)
Marino da Silveira Soares (1981-1982) • Octaviano Santos Moreira (1982-1983)
Gilberto Nobre Cavalcante (1984-1985) • César Eugênio Gasparin (1989-1990)



1970-1971 - José Lamaciê Ferreira



Em 1970, a ANFIP foi comandada por José Lamaciê Ferreira, de Minas Gerais. Fiscal de Previdência muito respeitado pelos colegas do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), Lamaciê assumiu a Entidade numa época em que o baixo efetivo de Fiscais de Contribuições Previdenciárias, havia cerca de 4,8 mil fiscais na ocasião, chamava atenção frente às demandas de fiscalização de milhares de empresas de todos o País.

Com grande experiência nas questões associativas, José Lamaciê lutou pela elevação da Gratificação de Produtividade, com melhorias salariais como forma de garantir resultados institucionais. Em sua gestão, o presidente reforçou a importância do trabalho da fiscalização para a arrecadação federal e manutenção da Previdência Social, trabalhou pelo fortalecimento da cultura profissional e pela criação do Código de Ética Profissional.

Em 1971, ainda em sua gestão, foi realizada a III Convenção Nacional, em Curitiba (PR), de 16 a 21 de julho de 1971. Foi neste período que foi aprovada uma resolução que solicitava que os fiscais maiores de 55 anos passassem para o serviço interno. Foi também neste período que a ANFIP propôs soluções que pudessem ser aproveitadas pelo poder público na elaboração de políticas de desenvolvimento econômico e social em prol dos trabalhadores e do setor produtivo nacional. Prova disso foi a busca incessante de melhorias para o trabalho da fiscalização na região amazonense. A Entidade,

preocupada com as longas viagens dos servidores, propôs a aquisição de embarcações oficiais para o exercício de suas atividades. A proposição para financiamento dessas embarcações foi aprovada durante a Convenção Nacional, sendo classificada pelo conselheiro Joaquim Baptista Affonso uma “questão de honra a aquisição de lanchas para o trabalho fiscal”.

José Lamaciê acredita que os debates internos da ANFIP iam além da promoção da unidade da classe de Fiscais. “Também serão benéficos às classes trabalhadoras que têm na Previdência Social seu refúgio”. A Entidade desenvolvia propostas que pudessem também ser utilizadas pelo poder público na formulação de políticas de desenvolvimento econômico e social em prol de todos os trabalhadores.

1983-1984 – Gilberto Ulysses Franceschini



Sob a presidência de Gilberto Ulysses Franceschini, representante de São Paulo, a ANFIP concretizou pleitos antigos. Uma das maiores lutas da gestão foi a reivindicação da manutenção ou restabelecimento da equivalência estrutural e remuneratória com servidores fiscais da então Receita Federal.

Neste contexto, destaca-se as várias campanhas da ANFIP para que adicionais e gratificações fossem estendidos igualmente aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, a exemplo da Gratificação de Desempenho, concedida em princípio apenas para Fiscais de Tributos Federais. Em 1983, por exemplo,

a remuneração dos Fiscais apresentava uma defasagem de 41,5%. Franceschini, juntamente com os conselheiros da época, obteve a extensão das Gratificações de Desempenho e de Nível Superior para os Fiscais de Contribuições Previdenciárias. Todas estas conquistas, que marcam a gestão de Franceschini e as gestões subsequentes, representaram uma expressiva melhoria na remuneração dos fiscais.



O período marcou também a busca por caminhos mais dinâmicos para a Previdência Social e para a atividade de arrecadação e fiscalização exercida pelos servidores. Os Fiscais de Contribuições Previdenciárias vinham demonstrando à nação e ao poder público, por meio do trabalho, do estudo e do diálogo franco, alto grau de aperfeiçoamento técnico-profissional em defesa dos interesses e das coisas públicas. Em relação ao contexto socioeconômico do País, formava-se a consciência de que o crescimento econômico tinha que estar aliado ao bem-estar da população e à eliminação da pobreza. Eram discutidos também temas como dívida externa e cortes de despesas de custeio da estrutura administrativa da União.

Na edição desta Revista especial é possível conferir dois importantes relatos de Franceschini sobre a evolução da carreira nesses 70 anos de história da ANFIP. O ex-presidente relembra a luta histórica da Entidade para o reconhecimento dos Fiscais e para a melhoria salarial da classe.

1985-1986 - Cyro Moraes da Franca



Os anos de 1985 e 1986 foram movimentados para a ANFIP, não só porque o país se preparava para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, mas porque a carreira enfrentava desafios. Um deles, a luta pela criação da carreira de Auditoria da Receita Previdenciária, foi fortemente defendido por Cyro Moraes da Franca, de Minas Gerais, que esteve no comando da Entidade nessa fase tão produtiva da história.

Nesse período, Moraes atuou ainda pela criação de mecanismos para permitir a manutenção, nas aposentadorias e pensões, de todas as parcelas de retribuição da atividade fiscal. Também esteve envolvido em vários outros debates, como a discussão do novo Estatuto do Servidor Público Civil e do novo Plano de Cargos e Salários, a criação da Escola de Administração da Receita Previdenciária (Esaprev), a introdução de microcomputadores nos procedimentos fiscais, a reivindicação do auxílio-moradia e da gratificação de periculosidade e o financiamento de carro a álcool.



Franca vivenciou duas importantes conquistas da ANFIP, a eleição da primeira mulher para integrar o Conselho Executivo, Maria de Lourdes Nunes Carvalho, e a criação da Vice-Presidência de Aposentados e Pensionistas, em substituição à de Relações Públicas. A ala feminina da fiscalização, que já era composta por um quantitativo bastante expressivo, viu-se devidamente representada na direção da ANFIP.

1986-1987 - Lêucio Flavo Moreira de Borges Sampaio



Um ano intenso! O Brasil entrava na reta final do processo de abertura política, saindo de uma ditadura militar instalada em 1964. Em 1988, seria realizada a Assembleia Constituinte para a promulgação da Carta Magna nacional da nova era democrática.

A ANFIP, por determinação de seu corpo associativo, acompanhou e contribuiu para a construção de princípios constitucionais no que diz respeito à Seguridade Social e aos servidores públicos, com a elaboração constante de emendas. Lêucio Flavo, da Bahia, vivenciou essa rica passagem da história do país. O trabalho, diuturno, foi realizado em parceria com a Unafisco, que representava os Fiscais da Receita Federal.

Neste período também foram realizados três seminários, sendo um deles dentro do próprio Congresso Nacional Constituinte, em Brasília. Os outros dois encontros foram em São Paulo e em Minas Gerais, todos envolvendo fiscais e procuradores federais.

Também foi em 1987 que a ANFIP aprovou a transferência sua sede do Rio de Janeiro (RJ) para Brasília (DF). Esse período foi chamado de “Marcha para a Côrte”. Estar na capital federal reforçava a sua atuação junto aos poderes da República em prol

dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, da Previdência Social e da sociedade.



Temas como a criação da carreira de Auditoria da Receita Previdenciária, a recomposição do quadro da fiscalização e a busca pela isonomia remuneratória com os Auditores da Receita Federal eram as principais lutas associativas em busca do reconhecimento da categoria para a sociedade. Na gestão, foram tomadas todas as providências para a nomeação dos colegas concursados.

Em sua gestão, dominou a filosofia de um Conselho Executivo colegiado, em que cada vice-presidente atuava com autonomia sobre a sua área. Nesse sentido, Lêucio Flavo ressalta a excelência dos trabalhos dos vice-presidentes Cyro Franca, Marino Soares e Carlos Humberto de Oliveira.

1987-1988/1990-1991 – Aniceto Martins



A transferência da sede da ANFIP do Rio de Janeiro para Brasília foi definitivamente consolidada em 1988, com a aquisição do prédio, ainda em fase final de construção, onde a Entidade funciona até os dias atuais.

Antes da atual sede, a Entidade foi alocada, num escritório no Edifício Engenheiro Paulo Maurício, em Brasília.

Aniceto Martins, do Rio de Janeiro, estava na presidência da Associação. Foi nesse período também que foi publicado o Decreto-Lei nº 2371/1987, que estendeu a GEFA aos então Fiscais de Contribuições Previdenciárias, tornando mais eficiente a Receita e a Fiscalização Previdenciárias, com reconhecimento justo do trabalho desenvolvido pelos Fiscais.

Ainda na primeira gestão, foi intensa a participação da ANFIP junto a constituintes. Houve ainda estímulo à criação de sindicatos de fiscais de contribuições previdenciárias nos estados e da respectiva federação nacional, tendo fornecido a todas as Associações Estaduais minuta de Estatutos de Sindicatos Estaduais e orientações voltadas à criação dos sindicatos nos estados, a partir de conhecimentos de um irmão (Manoel Martins), advogado trabalhista com longa experiência em questões sindicais.

Já em seu segundo mandato, em 1990/1991, a sociedade brasileira era bombardeada por notícias sobre corrupção no sistema previdenciário. A estratégia de desmoralização das instituições públicas facilitava o interesse de poderosos grupos econômicos nas propostas de privatização total ou parcial da Previdência pública. Tendo em vista esse movimento, a classe decidiu focar na defesa do sistema, nos moldes da Constituição de 1988.



Aniceto Martins implantou Encontros Regionais e instituiu o Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas. O primeiro Encontro

Nacional foi realizado em Vitória (ES) e o evento se tornou o grande momento de confraternização dos associados, desvinculado de questões políticas associativas. Na sua gestão foi criada a revista da ANFIP (depois Revista da Seguridade Social e, atualmente, Revista Seguridade Social e Tributação).

Confira na edição desta Revista o relato dos bastidores das gestões de Aniceto Martins frente à ANFIP.

O então presidente sempre foi repetitivo em afirmar que, para sorte da ANFIP e da CLASSE, foi premiado com grupos muito especiais de dedicadíssimos companheiros nos dois Conselhos que presidiu.

1988-1989 - Marville Taffarel



Durante meu mandato como presidente da ANFIP, tivemos duas grandes preocupações e frentes de lutas. A primeira foram os trabalhos dentro do processo da Assembleia Constituinte, cujos impactos seriam importantes. A ANFIP participou ativamente levando sugestões e propostas, principalmente na área da Previdência e do Serviço Público. Assistimos à promulgação e várias sugestões aprovadas.

A segunda preocupação foi acompanhar as obras de nossa sede, adquirida incompleta, concluída e inaugurada em 03/08/89. Tivemos oportunidade de realizar o Primeiro Simpósio Previdenciário da Região Sul, em Curitiba e o Primeiro Simpósio Nacional do Custeio da Seguridade Social, em Brasília.



A ANFIP acompanhou, diligentemente, a tramitação e aprovação da Lei 7787/89 que nos levou a obter a GEFA. Tivemos também uma constante vigília em defesa da Seguridade Social, principalmente combatendo a proposta de centralizar a receita previdenciária no Tesouro Nacional. Realizamos a XII Convenção Nacional, em Brasília, com grande participação dos associados e repercussão na Capital Federal.

1991-1992 - Pedro Augusto Sanchez



O trabalho em defesa da Seguridade Social, marca da ANFIP, foi intensa no início da década de 90. Foi sob presidência de Pedro Augusto Sanchez, de São Paulo, que a Entidade lutou com sucesso contra a criação da autarquia especial de arrecadação e fiscalização de tributos e contribuições federais. Na defesa intransigente da Previdência Social pública, Sanchez participou de comissões especiais do Congresso e apresentou inúmeras propostas relativas a todos os projetos de lei que, direta ou indiretamente, disciplinavam o sistema de Seguridade Social brasileiro.

Pedro Augusto Sanchez ainda se manifestou em entrevistas e encontros com autoridades e estudiosos da matéria em simpósios e seminários, sempre sustentando que a Previdência Social era o maior patrimônio constituído pelo trabalhador brasileiro.

Sob sua gestão, houve ainda publicação de Ato Normativo que previa a igualdade de retribuição da Gefa para todos os Fiscais de Contribuições Previdenciárias, independentemente das referências em que estivessem posicionados.



Acompanhou e apresentou emendas e sugestões concretas em relação à proposta de reforma constitucional encaminhada ao Congresso Nacional em 1991 (Emenda 411, de 03/10/1991), em especial aos artigos 40 e 94 da Constituição.

Foi na gestão de Pedro Sanchez que foi criado o informativo Linha Direta, enviado a todos os associados à Entidade com informações das atividades desenvolvidas.

1992-1993 - Francisco de Carvalho Melo



Foi na gestão de Francisco de Carvalho Melo que a ANFIP acompanhou a publicação da Medida Provisória que instituiu a Gefa. Melo, que representou Alagoas, lutou pela equiparação salarial dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias com os Auditores-Fiscais do Tesouro Nacional, conquista que ganhou mais relevância por ter sido alcançada no fim do governo do ex-presidente Fernando Collor.



No Congresso Nacional, sua gestão participou intensamente de diversos trabalhos, como a elaboração do Relatório Britto* e a discussão da Lei de Custeio e Benefícios. Também realizou vários eventos de discussão conceitual e técnica da Seguridade Social, que, pela qualidade, credenciaram ainda mais a ANFIP como fonte confiável a respeito do tema.

Na gestão de Melo foi adquirida a área que ampliou a sede da Entidade, em Brasília. Francisco de Carvalho Melo realizou a XIV Convenção Nacional, em Brasília, oportunidade em que foram aprovadas propostas no sentido de estabelecer a responsabilidade por atos e ações praticados pelos membros de todos os órgãos da ANFIP, e não apenas ao Conselho Executivo, como acontecia até então, e o III Encontro Nacional, em Curitiba (PR). A partir da XIV edição, as Convenções Nacionais passaram a ser realizadas a cada dois anos. Os convencionais deliberaram a possibilidade de reeleição do presidente do Conselho Executivo, podendo, a partir daí, ter mandato de dois anos consecutivos.

* Relatório da Comissão Especial para Estudo do Sistema Previdenciário, assinado pelo deputado Antônio Britto, em 1992.

1993-1995/2017-2019 – Floriano Martins de Sá Neto



Floriano Martins de Sá Neto presidiu a ANFIP em duas ocasiões, em 1993/1995, quando ainda morava em Mato Grosso, e em 2017/2019, já em Brasília.

Na década de 90, Sá Neto inaugurou o mandato de dois anos consecutivos do Conselho Executivo. Aquele período foi marcado pelo combate à revisão constitucional, que previa a retirada de direitos dos servidores públicos, como o fim da estabilidade, a diferenciação de reajustes entre civis e militares e a desvinculação entre os proventos da aposentadoria e a remuneração dos servidores ativos.



Na primeira gestão, planejou o “Ciclo de Estudos sobre a Temática Sonegação, Fraudes

e Evasão das Contribuições Previdenciárias” e contribuiu para a criação do Fórum Permanente em Defesa da Previdência Pública, em maio de 1995, em cuja estruturação a ANFIP teve papel ativo e fundamental.

Floriano Martins de Sá Neto trabalhou pela efetivação dos excedentes do concurso de 1985 e fez gestões para que fosse realizado o pagamento da diferença da Gefa. O marco da sua gestão foi a busca do trabalho em comum da categoria com as entidades de classe e nos fóruns de servidores.

Em sua segunda gestão (2017/2019), mais de vinte anos depois, a ANFIP atuava em duas frentes, a defesa da Previdência Social, que passava por forte desmonte, tendo vários direitos retirados dos trabalhadores, e a defesa de um sistema tributário justo e solidário.

A reforma da Previdência estava sendo tratada na PEC 287/2016. A mobilização ganhou reforço com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, com a participação de mais de 100 entidades classistas. A ANFIP editou notas técnicas, estudos, realizou workshops, percorreu o Brasil em seminários, debates e entrevistas e pressionou o governo, por meio da Lei de Acesso à Informação, a fornecer os dados que embasaram o projeto da reforma. Juntamente com a Fundação ANFIP, foi realizado o seminário 30 anos da Seguridade Social – Avanços e Retrocessos, que reuniu na Câmara dos Deputados especialistas no tema. O trabalho surtiu efeito e a PEC 287/16 não foi aprovada. Porém, Florianio Sá Neto alertava que uma nova proposta, que seria apresentada em decorrência da troca de governo, nas eleições de 2019, seria ainda mais drástica aos trabalhadores. No início de 2019, a previsão se confirmou com a apresentação da PEC 6/2019. O trabalho, a partir daí, continuou focado na tentativa de minimizar os efeitos das regras que estavam sendo sugeridas. Foram dezenas de seminários e audiências públicas em que a ANFIP expôs claramente que a reforma precisaria passar necessariamente e inicialmente pelas receitas e não unicamente pelas despesas.

Foi na segunda gestão de Florianio Sá Neto, em 2017, que a ANFIP, juntamente com a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), deu um ousado e representativo passo no debate quando reuniu, sob coordenação do professor de Economia da Unicamp Eduardo Fagnani, um grupo de acadêmicos e especialistas em tributos para repensar a atual estrutura, tendo como foco principal a correção do caráter regressivo do modelo, em que “torná-lo mais progressivo por meio da tributação direta sobre os ganhos de capital, a renda e o patrimônio “oculto” dos mais ricos, seria a meta a ser alcançada”.

E deu certo! Com três obras publicadas, o movimento Reforma Tributária Solidária não só ofereceu um diagnóstico preciso do sistema, como propôs um novo desenho para a tributação brasileira. Com o conteúdo em mãos, a ANFIP e a Fenafisco ousaram ainda mais. Em junho de 2018 realizaram o Fórum Internacional Tributário, que reuniu, em São Paulo, mais de 600 pessoas e 20 especialistas de 14 países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Chile, China, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Inglaterra, México, Rússia e Suécia. Uma verdadeira maratona de debates que só confirmou o acertado caminho tomado pelas entidades.

As sementes, a partir daí, continuaram sendo espalhadas. Inspirados na Reforma Tributária Solidária, e utilizando diversas propostas elaboradas pelo grupo, as bancadas do PT, PSOL, PCdoB, PDT e Rede Sustentabilidade elaboraram uma emenda substitutiva à PEC 45/2019, que trata da reforma tributária. Intitulado Reforma Tributária, justa, solidária e sustentável, o documento pode dar à proposta de Emenda à Constituição a justiça que toda a sociedade merece.



Alvaro Sólon de França, de Goiás, também presidiu a Entidade em duas gestões, 1995-1997 e 2011-2013.

Em sua primeira gestão, o cenário político e econômico não era favorável para os servidores públicos. A Entidade, já naquela época, trabalhava com o diálogo como fonte primária de negociação, optando pelo caminho do argumento e da proposta de alternativas. O lema era “não à intolerância, não à intransigência, não à xenofobia, não à idiossincrasia, e sim à tolerância, à transigência, ao diálogo até a exaustão”. Sob a presidência de Sólon, a ANFIP sabia que conseguiria todas as coisas pelo caminho da persuasão e do convencimento, que é o caminho das democracias solidárias e duradouras.

A ANFIP trabalhou, na ocasião, para a manutenção dos direitos dos Fiscais diante das inúmeras reformas conduzidas pelo Legislativo, entre elas a previdenciária e a administrativa. A ANFIP contrapôs a todas essas situações com qualidade, com emendas, sugestões e propostas assinadas por diversos parlamentares.

A Entidade conseguiu, na reforma previdenciária, a continuidade do orçamento da gestão própria dos órgãos da Seguridade Social; a abrangência da obrigação de contribuições

por parte das empresas sobre os rendimentos do trabalho a qualquer título, mesmo sem vínculo empregatício; as alíquotas ou base de cálculos diferenciadas para as empresas em razão da natureza das atividades econômicas; as aposentadorias especiais segundo exposição do trabalhador à atividade penosa e insalubre e a transmissão que levou em conta os fatores de tempo, de contribuição e de idade; a manutenção no texto constitucional dos benefícios de acidentes de trabalho e de auxílio reclusão; a gestão quadripartite da Seguridade Social, com a participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do Poder Público; e a manutenção da integralidade e da paridade de ativos e inativos no setor público.

Na reforma administrativa, foi na gestão de Sólon que ocorreu o enquadramento da fiscalização previdenciária como atividade exclusiva de Estado e a estabilidade das carreiras, a fim de propiciar melhores condições de trabalho para o exercício das atividades dos Auditores Fiscais como agentes do Estado, isento de interferência política e administrativa.

Outra conquista da gestão foi a retirada, da reforma administrativa, do poder para que o Executivo fixasse teto por categoria. Essas foram vitórias importantes no contexto dessas reformas, além da retirada do texto do dispositivo que reduzia as aposentadorias em até 30%. Como representante da ANFIP, Sólon participou como expositor das comissões que discutiam a reforma administrativa tanto na Câmara como no Senado. Na ocasião, a ANFIP apresentou substitutivos que resultaram nesses benefícios.

Outra vitória importante, tanto na via administrativa como na via judicial, foi a permanência dos colegas nomeados em 1995, uma vez que posse deles estava sendo questionada em ação popular. Também com esforço da ANFIP, foi realizado, em 1997, concurso público e nomeado 500 novos fiscais. O último concurso feito até então foi o de 1985. Álvaro Sólon relembra que, desses 500 Auditores, mais de 80% se associaram à ANFIP, que tinha quadro total de 10.406 associados. Outra questão relevante, foi

a criação, no mandato 1995/1997, da página da ANFIP na internet, uma das primeiras entidades a ter site.

Ainda no primeiro mandato de Sólon, a ANFIP realizou, de 12 a 14 de setembro de 1995, em parceria com a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, o I Simpósio Internacional sobre Política de Saúde e Financiamento da Seguridade Social, com a participação de vários países (Brasil, Canadá, França, Estados Unidos, Cuba, Chile e Argentina). Durante três dias foram debatidos comparativamente com outros países as dificuldades e proposições para o enfrentamento da difícil situação do sistema de saúde brasileiro.

Um fato importante do primeiro mandato de Sólon foi a realização dos Ciclos de Estudos sobre Emprego, Desemprego, Subemprego e Informalidade, em 1996, e Sonegação, Fraude e Evasão Fiscal, em 1997. O primeiro foi realizado diante da drástica realidade brasileira relacionada ao mercado de trabalho, que a ANFIP entendeu ser de sua responsabilidade contribuir na realização de debates para repensar e avaliar o cenário vivido. O segundo ciclo teve o objetivo de conscientizar a sociedade de que ela tem que se aliar à luta contra os maus pagadores. “Poucos estão pagando muito porque muitos sonegam e fraudam”, revela os registros da época.



É preciso destacar ainda a divulgação do livro *Previdência Social ao Redor do Mundo*, que foi um estudo comparado sobre a Previdência Social de 166 países. E para subsidiar o trabalho

dos Auditores Fiscais, foram publicados todos os acordãos, relevantes para a época, das decisões do Conselho de Recursos da Previdência Social sobre a questão das cobranças das contribuições previdenciárias.

Já em seu segundo mandato, a ANFIP atuou pela aprovação da lei que criou a Indenização de Fronteira para os Auditores Fiscais da RFB e da Lei Anticorrupção, que permite a punição de empresas envolvidas em atos de corrupção contra a Administração Pública. Ainda no Congresso Nacional, entre outras discussões, participou intensamente dos debates sobre a Emenda Constitucional 70/2012 (aposentadoria por invalidez para o servidor), as PECs 443/2009 (subsídio equivalente a 90,5% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal) e 555/2006 (fim da cobrança da contribuição previdenciária do servidor aposentado e do pensionista) e o Projeto de Lei que regulamenta a greve no serviço público. Também propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto Presidencial 7.777/2012, que praticamente inviabilizava a greve no serviço público.

Álvaro Sólon de França propôs mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal para garantir o cumprimento do artigo 37 da Constituição, que prevê a correção anual dos salários dos servidores públicos. Lutou ainda contra a criação da Funpresp (fundação de previdência complementar do servidor) e pela manutenção e valorização da Geap de modo a garantir o justo e necessário atendimento à saúde dos servidores públicos. Realizou campanha de valorização do Auditor-Fiscal, com veiculação de peças em grandes veículos de mídia.

1997-1999 – Severino Cavalcante de Souza



O trabalho em defesa da Previdência também foi realizado na gestão de Severino Cavalcante de Souza, do Amazonas. O objetivo era impedir que o governo aprovasse na Câmara dos Deputados e no Senado Federal emendas constitucionais que promovessem a reforma da previdência e a reforma administrativa.

A atuação da ANFIP foi intensa no Poder Legislativo, tendo sido a primeira Entidade convidada a prestar depoimento perante a Comissão Especial de Reforma Previdenciária, em que defendeu mais uma vez seu compromisso com um sistema público e sustentável de Previdência Social.



A Associação apresentou uma Emenda Substitutiva Global para o projeto da reforma previdenciária, assinada por cerca de 300 parlamentares. Durante a tramitação da matéria no Senado, foi alcançada a manutenção da paridade entre ativos e aposentados.

Severino Cavalcante lutou também contra a aprovação da lei que previa a majoração e a instituição de contribuição para ativos e aposentados. Embora aprovada, tal lei suscitou a união das maiores entidades representativas de servidores para elaboração de medidas de segurança, com obtenção de liminares por todo o Brasil contra tais contribuições. Mais tarde, mediante empenho da ANFIP junto a parlamentares, a contribuição dos servidores aposentados foi abolida pela expedição de dispositivo legal, mas posteriormente voltou a ser incluída por meio de Emenda Constitucional.

Neste período, foram assinadas moções de repúdio à política econômica brasileira e ao arrocho salarial do servidor público federal. Na época, começava a tomar corpo a discussão sobre a definição das atividades típicas de Estado, e a ANFIP empreendeu o debate do assunto por meio da Comissão Especial de Previdência Complementar, Pública e Privada. O relatório, sob o título Novas Fronteiras para o Trabalho Fiscal, determinava como prioridade a definição das atribuições dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias e a sua competência exclusiva para fiscalizar o Regime Geral de Previdência Social, os regimes próprios e as entidades fechadas de Previdência Complementar, ou seja, todo o sistema previdenciário brasileiro. Também foi aprovada, na Convenção Nacional daquele ano, a tese Atividades Típicas de Estado, propondo o restabelecimento do prestígio da classe perante a sociedade, a identificação de suas atividades como exclusivas de Estado.

Severino Cavalcante deu continuidade ao projeto “Ciclo de Estudos sobre a Temática Sonegação, Fraudes e Evasão das Contribuições Previdenciárias”, cuja metodologia foi reorientada a fim de evidenciar a valorização dos associados das Estaduais. Estes associados puderam expor conhecimento e experiência sobre o tema, que levaram a resultados imediatos, como uma maior interação entre as diversas áreas dos Poderes Executivo e Legislativo, das esferas federal, estadual e municipal.

1999-2001 – Antônio Rodrigues de Sousa Neto



Neste período, a conjuntura era adversa, marcada pela ofensiva neoliberal que buscava destruir o aparelho do Estado e promover o desmonte das políticas públicas. A agenda do governo era no sentido de estabelecer um modelo que não privilegiasse, não contemplasse de forma alguma, interesses dos trabalhadores, principalmente interesses dos servidores públicos. Antônio Rodrigues de Sousa Neto, do Piauí, atuou em meio a grandes entraves, porém mostrou uma ANFIP forte, participante de dezenas de congressos, simpósios, seminários, audiências públicas e reuniões no âmbito do Executivo e do Legislativo.

Um dos pontos altos da sua gestão foi a conquista do Plano de Carreira para os Auditores Fiscais da Previdência Social, garantindo as atribuições do Fisco Previdenciário no tocante ao Regime Geral, Regime Próprio e Previdência Complementar.

Após uma acirrada luta junto ao Poder Executivo para inclusão da carreira na Medida Provisória do Fisco (originalmente Medida Provisória 1915), a ANFIP empreendeu um enorme trabalho de convencimento e persuasão no sentido de aperfeiçoar o texto em vários aspectos, como a extensão da Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária (GDAT) aos aposentados e aos pensionistas. A equiparação das carreiras resultante da medida foi o primeiro passo para a unificação posterior dos Fiscos, que veio a ocorrer em 2007.

No campo da formação, o grande marco foi a criação da Fundação ANFIP, fundada em 5 de dezembro de 2000, nascida das ideias e das propostas dos colegas que, por muitos anos, se dedicaram a estudos e análises de matérias específicas vinculadas à Seguridade Social. Também reestruturou as Estaduais, adotando uma política de fortalecimento. Outra grande realização de seu ciclo foi a edição do VII Encontro Nacional sediado em Gramado (RS), em comemoração aos 50 anos da Entidade e que reuniu mais de cinco mil pessoas. Promoveu a XVIII Convenção Nacional, em Brasília.

A gestão de Antônio Rodrigues de Sousa Neto incluiu ainda diversas ofensivas em aspectos como a política de comunicação, a racionalização do

processo de trabalho da fiscalização e a reorganização administrativa da ANFIP, tornando-a mais dinâmica e ágil na prestação de serviços aos associados.



Foi nesse período que a categoria foi incluída na lista de carreiras exclusivas de Estado e foi conquistada a manutenção do regime de cargos para os Fiscais de Contribuições Previdenciárias. A ANFIP também atuou na derrubada de uma emenda que implementava a desoneração da folha de pagamentos, discutida no âmbito da reforma tributária. Também foi nesse período que ocorreu a regulamentação da GDAT (Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária).

2001-2003 – Rodolfo Fonseca dos Santos



Presidiu em entidade quando o país vivia um intenso momento eleitoral. O período era de incertezas quanto aos trabalhadores, especialmente os servidores públicos. Rodolfo Fonseca dos Santos, de São Paulo, como forma de participar ativamente do processo, se empenhou para incluir na agenda dos candidatos temas como a recuperação do aparelho do Estado, o respeito aos direitos do servidor público, a defesa intransigente da Seguridade Social, o aumento gradual do salário mínimo e o desenvolvimento de uma política de inclusão social e de valorização da cidadania.

Na luta específica da categoria, entre as principais vitórias está a aprovação definitiva da MP 46/2002, convertida na Lei 10.593/2002, que instituiu a carreira de Auditoria-Fiscal da Previdência Social (a matéria vinha sendo tratada, em 2001, na MP 2175-28, reeditada na MP 2175-29), com os seguintes ganhos: a expressiva melhoria das remunerações das classes iniciais; o respeito ao Princípio Constitucional da paridade de vencimentos entre associados ativos, aposentados e pensionistas; a proibição de contratação de Auditores-Fiscais pelo regime de emprego público; a ampliação do quadro de Auditores-Fiscais da Previdência Social e a melhoria das condições de trabalho. Foi em 2003 que a ANFIP passou a se chamar Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social.

Dedicou-se intensamente ao debate da reforma tributária, no qual a ANFIP assumiu papel de protagonista, alertando, já naquela época, para o risco de substituição ou eliminação da folha de pagamento como principal fonte de custeio da Previdência Social. A Entidade também se posicionou a respeito de temas como Previdência Complementar no serviço público, contribuição de inativos, regulamentação do direito de greve e reforma administrativa, sempre no sentido de preservação dos direitos adquiridos do servidor ativo e aposentado.



No campo político-institucional, foram ampliadas as alianças internas e externas, com nova dinâmica nas relações com a imprensa, mantendo-se a regularidade da Revista de Seguridade Social e dos demais veículos e aperfeiçoando-se a página na internet, contribuindo para a divulgação do sistema de Seguridade Social. Na gestão de Rodolfo Fonseca dos Santos foi ampliada também a sede da Entidade, com a aquisição do restante do prédio onde se localiza a ANFIP. Organizou a XIX Convenção Nacional, em Brasília, e o VIII Encontro Nacional, em Manaus (AM).

2003-2005 – Marcelo Oliveira



Na gestão 2003/2005, em que o presidente era Marcelo Oliveira, de Rondônia, a ANFIP enfrentou grandes desafios, especialmente por ser período de um governo novo, em que o Partido dos Trabalhadores, até então sempre parceiro dos servidores públicos, chegava à Presidência da República.

A grande surpresa negativa ocorreu logo no início do governo, com o presidente levando ao Congresso proposta de reforma da Previdência, que prejudicava, muito, os direitos dos trabalhadores.

Diante disso, a ANFIP atuou fortemente para combater a reforma, ou diminuir seus prejuízos, nos três Poderes da República.



Infelizmente, com base no alto apoio popular que o então governo possuía, e com ajuda das ações que depois foram qualificadas como “Mensalão”, a proposta apresentada pouco se modificou. Os pontos alterados foram: não desvinculação do reajuste do salário mínimo dos benefícios pagos pelo INSS, a ausência de

cobrança de contribuição do trabalhador rural e o impedimento de igualdade de idades de aposentadoria de homem e mulher.

Nesse mesmo governo havia a proposta de retirada de atribuições de fiscalização dos regimes de previdência complementar dos Auditores Fiscais. Um momento de definição dessa questão, com a preservação da atribuição, foi em um encontro, em que estiveram diretores da Secretaria de Previdência Complementar, oportunidade em que a ANFIP expôs seus motivos e, após consulta ao então ministro Luiz Gushiken, a atribuição foi mantida.

Outro ponto foi a alteração da proposta que buscava unificar os fiscos federais, Previdência e Receita Federal, mas que colocava o cargo dos Auditores Fiscais da Previdência Social em extinção, com todos os reflexos negativos aos Associados que essa proposta geraria.

Em uma madrugada, após conversa tensa com o então ministro da Casa Civil, Antonio Pallocci, a proposta foi alterada, construindo as bases da unificação que cedo ou tarde iria ocorrer.

Por fim, outro ponto a destacar foi a ação da ANFIP para o surgimento do inciso XXII, no art. 37, da CF/1988, que define a atividade do Fisco como essencial ao funcionamento do Estado, que deve ter recursos prioritários. Infelizmente, até o momento essa disposição não foi obedecida, mas sua existência no texto constitucional já é um grande passo.

Internamente, foi preciso defrontar: a necessidade urgente de aperfeiçoamento do sistema de comunicação da Entidade; a necessidade de ganhos na área jurídica; a quitação de exercícios anteriores pendentes; o fortalecimento da ANFIP e das suas Regionais; o aprimoramento das respostas a associados e aperfeiçoamento de serviços acessórios assistenciais e profissionais. Uma marca dessa gestão foi a realização de encontros com Associados em todos os Estados, para maior interação da base com a ANFIP.

Durante a gestão de Marcelo Oliveira foram realizados o IX Encontro Nacional, em Foz do Iguaçu (PR), e a XX Convenção Nacional, em Brasília.

2005-2007 – Ovídio Palmeira Filho



O marco principal da gestão de Ovídio Palmeira Filho, de Goiás, foi a criação da carreira de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, com a aprovação do projeto que unificou as fiscalizações, resultando na entrada em pleno funcionamento da Receita Federal do Brasil, por meio da Lei 11.457/2007. Pode ser considerada, sem dúvida, uma conquista histórica, que propiciou o fortalecimento da categoria e abriu campo para avanços significativos para os Auditores Fiscais.

O êxito decorreu de intenso e continuado trabalho de 15 mobilizações durante 21 meses, que contou com a participação decisiva dos Conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal, e da adesão de associados de todos os estados. Foram realizados ainda vários debates, entrevistas a diversos veículos da imprensa nacional e audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.



Outro marco da gestão foi a vitoriosa campanha salarial, com a conquista de reajuste acima das expectativas, após longo período sem as devidas correções salariais. O sucesso da iniciativa resultou também de intenso trabalho de mobilização que contou com a participação dos associados nos estados. Outro fator decisivo na campanha salarial foi a criação do Movimento Nacional de Valorização do Serviço Público, uma iniciativa do presidente da ANFIP e dos dirigentes do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho) e da Unacon Sindical (Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle), que surgiu no início de 2006 e integrava, então, um conjunto de 14 Carreiras de Estado do Executivo federal.

Vários outros acontecimentos podem ser citados, resumidamente, como a mobilização contra a proposta do “deficit zero” das contas públicas; o combate às mudanças no Supersimples, que prejudicariam a Seguridade Social, e várias ações na área judicial. Em maio de 2006, foi realizado em Vitória (ES) o X Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais. Também durante a gestão, pela primeira vez em toda a história da Entidade, a ANFIP conseguiu espaço na Rede Globo de televisão, em cadeia nacional, para desmistificar o propalado “deficit previdenciário”. Em abril de 2007, durante as comemorações dos 57 anos da Entidade, foi inaugurada a TV ANFIP, com a transmissão, via internet, do workshop “Receita Federal do Brasil: uma realidade”, realizado em Brasília. Ainda durante o mandato de Ovídio Palmeira Filho, foi realizada a XXI Convenção Nacional e foi conduzida a reforma geral da sede da Entidade, integrando o antigo edifício às salas adquiridas anteriormente.

2007-2009 – Assunta Di Dea Bergamasco



A ssunta Di Dea Bergamasco, de São Paulo, foi a primeira presidente mulher da ANFIP. Sua gestão teve como grande marca a campanha salarial da categoria, cuja proposta final foi inovadora no sentido de promover a remuneração por subsídio, o que representou a resolução em parte de um problema que afetava os associados há vários anos, a questão da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Muitos obstáculos tiveram que ser transpostos. Foi preciso dialogar com as demais entidades representativas das carreiras do Fisco Federal para que cada uma submetesse o “projeto do subsídio” à apreciação de suas respectivas instâncias e assim garantir apoio e união em torno de uma proposta única. Poucas vezes o Fisco Federal esteve coeso do início ao término da campanha. As negociações foram difíceis sob a alegação das inconstâncias na economia e dos interesses específicos de cada segmento, mas os esforços resultaram no fechamento de um acordo com o governo que estabeleceu os novos níveis de remuneração.



Depois da assinatura do acordo, em 30 de junho de 2008, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 440, disciplinando a nova modalidade de remuneração, subsídio, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008. Teve início aí outro embate, no sentido de aperfeiçoamento do texto, com apresentação de emendas nas questões das vantagens pessoais, progressões e promoções, entre outras, que, infelizmente, não foram acatadas. Desde então a Entidade tem buscado duas vias de resolução: atuação no Congresso Nacional e ações judiciais.

Outro tema que marcou a presidência de Assunta Di Dea Bergamasco foi a consolidação da unificação dos Fiscos. Realizou-se ampla pesquisa avaliando o processo e a partir daí foi formado um grupo de trabalho para diagnosticar os problemas e propor soluções. As discussões deram origem ao documento “Consolidando a Secretaria da Receita Federal do Brasil criada pela Lei 11.457/2007”, em novembro de 2008, que foi entregue à Secretaria da Receita Federal, ao Ministério da Fazenda e, ainda, às Superintendências da RFB nos estados. Também na área jurídica houve conquistas significativas, tal como o início do processo de execução da GDAT e avanços na ação da GIFA.

A ANFIP também participou ativamente do debate de temas da maior importância, como reforma tributária, salário mínimo, fator previdenciário, cobrança previdenciária de inativos, previdência complementar do servidor e no desarquivamento da proposta de emenda – PEC 555. Na ocasião também foram comemorados os 20 anos da Constituição Cidadã. Sobre a reforma tributária, em parceria com a Fundação ANFIP, a Entidade realizou o 1º Seminário Reforma Tributária. Em sua gestão foi realizada ainda a I Convenção Extraordinária da Associação, em Brasília, o XI Encontro Nacional, em Belo Horizonte (MG), e a XXII Convenção Nacional, em Brasília e trabalho.

2009-2011- Jorge Cezar Costa



Na gestão de Jorge Cezar Costa, de Sergipe, a ANFIP exerceu, pela primeira vez, a presidência do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), de abril de 2010 a maio de 2011.

No campo corporativo, buscou o cumprimento integral das cláusulas do acordo de reajuste salarial de 2008 e o fortalecimento da integração das carreiras no período pós-unificação. Fez a defesa da construção da Lei Orgânica do Fisco, com atuação intensa em audiências públicas e reuniões com representantes do governo no grupo de trabalho que desenvolveu a minuta. A ANFIP foi também uma das realizadoras de seminário sobre o tema.

Enfrentou eleições presidenciais, ocasião em que, junto com o Fonacate, encaminhou carta aos candidatos com pleitos dos servidores públicos. No Congresso Nacional, defendeu a extinção da cobrança previdenciária dos inativos, tema da PEC 555/2006, que chegou a ser debatida com o então vice-presidente da República, José Alencar. Graças aos esforços e tratativas junto ao presidente da Câmara, ao líder do governo e a outros parlamentares, foi criada a Comissão Especial para analisar a matéria.

Durante sua gestão, a ANFIP combateu o Projeto de Lei 1.992/2007, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais. O projeto virou a Lei 12.618, publicada no início de 2012.

A ANFIP implementou um importante projeto, o ANFIP Itinerante, que percorreu várias cidades, propiciando o aprofundamento de debates e a divulgação dos serviços e produtos da ANFIP, o que resultou em grande número de filiações.



A ANFIP lançou a campanha “Nova Carteira Funcional Já”, realizada para acelerar a confecção dos documentos. A campanha consistiu no envio de mensagens para os administradores da RFB a fim de sensibilizá-los quanto aos problemas enfrentados por inúmeros servidores que, devido à desatualização das carteiras após a unificação dos fiscos federais encontravam dificuldades de acesso às empresas.

Foi ainda sob a presidência de Jorge Cezar Costa que a ANFIP comemorou 60 anos de existência, sendo homenageada pela Câmara dos Deputados, em sessão especial, ocasião em que fez o lançamento do livro “ANFIP 60 Anos – Em defesa de um Brasil melhor”. Realizou campanha de valorização do Auditor-Fiscal, com veiculação de peças em grandes veículos de mídia. Promoveu ainda a XXIII Convenção Nacional, em Gramado (RS), a II Convenção Extraordinária, em Brasília, e o XII Encontro Nacional, em Bonito (MS).

2013-2015 – Margarida Lopes de Araújo



Margarida Lopes de Araújo, de São Paulo, assumiu a presidência do Conselho Executivo da ANFIP na primeira eleição direta promovida pela Entidade.

Sua gestão foi marcada pela luta constante em prol da valorização dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, sempre com tratamento igualitário entre ativos e aposentados. Neste sentido, ponto alto de seu período foi o intenso empenho pela aprovação da PEC 555/2006, que põe fim à contribuição previdenciária de aposentados e de pensionistas. A Entidade realizou em 2014 audiências e atos públicos em todo o país, em trabalho conjunto inédito com outras entidades de servidores, com destaque para o Dia Nacional de Luta pela PEC, o Encontro Nacional de Servidores Públicos e Aposentados e para a formação do UNASE, o Movimento Unificado dos Idosos, dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público e do INSS.

Grças à luta da Entidade, registre-se ainda a vitória com a aprovação em dois turnos, na Câmara dos Deputados, da PEC 434/2014 (apensada à PEC 170/2012) que assegurava a aposentadoria integral para o servidor público atingido pela invalidez.

Matérias que tratam da organização da administração tributária, da licença para o exercício do mandato classista e dos parâmetros remuneratórios também estiveram em pauta.

Sobre remuneração, desenvolveu-se uma intensa luta para aprovação das PECs 443/2009, 147/2012, 391/2014 e 102/2015, que equiparam o limite remuneratório de carreiras de Estado, entre

elas a de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, a 90,25% do subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal.

Temas como fortalecimento da Receita Federal do Brasil, com a recomposição do quadro de Auditores Fiscais, a vitoriosa luta para contratação dos excedentes no concurso de 2014 para Auditor Fiscal (último concurso realizado pelo órgão até a publicação desta revista), indenização de fronteira, Lei Orgânica do Fisco, porte de arma e carteira funcional, entre outros, foram amplamente defendidos.

Nas questões associativas, destaque para a atuação do Conselho Executivo no sentido de tornar obrigatória a inclusão da disciplina Direito Previdenciário na grade curricular dos cursos de Direito regularmente reconhecidos e em funcionamento no Brasil. Sobre o curso é importante destacar que a atuação da ANFIP é resultado de Moção aprovada na XXIII Convenção Nacional, em 2011, e a conquista definitiva saiu em 2018, com a publicação da Portaria nº 1.351.



Margarida Lopes esteve à frente das comemorações dos 65 anos da ANFIP, um grande marco na história da Entidade. Na sua gestão foram promovidos ainda o XIV Encontro Nacional, em São Paulo (SP), a XXV Convenção Nacional, em Maceió (AL), e a IV Convenção Extraordinária, em Brasília.

2015-2017 – Vilson Antonio Romero



Vilson Antonio Romero recebeu em julho de 2015, com muita honra, conforme sempre ressalta, os votos de expressiva parcela dos eleitores da ANFIP, permitindo que, ao longo de dois anos, comandasse os rumos da Entidade. Naquela ocasião, ao mesmo tempo em que era momento de alegria e satisfação, emergia a semente da preocupação pelos desafios que se avizinhavam.

Representando a República Farroupilha, juntamente com os demais integrantes do Conselho Executivo, foi realizado um trabalho incansável para impedir a agenda reformista do governo. “Uma agenda cruel que permitiu alterar a forma de remuneração dos Auditores de subsídio para vencimento básico, colocando por terra a paridade remuneratória”, relembra. Foi também em sua gestão que o Parlamento aprovou medidas de limitação dos gastos sociais e de alteração da CLT que, conforme avaliação do ex-presidente, “seguiu ameaçando direitos e conquistas de trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada”.

Um dos principais destaques da gestão foi o embate contra a PEC 287/2016, da reforma da Previdência. A ANFIP combateu a proposta e se tornou o principal contraponto às medidas do governo, sendo acionada a manifestar os pontos prejudiciais da medida em centenas de eventos, congressos, audiências públicas, seminários, painéis, entrevistas, mesas-redondas. A Entidade recebeu constantemente centrais sindicais, estudiosos, técnicos, parlamentares, especialistas, trabalhadores do campo e da cidade, aposentados e ativos e do serviço público em geral. Todos buscando respaldo,

ensinamentos e argumentos para fortalecer a sua luta. Na Comissão Especial da Reforma da Previdência do governo Temer, Vilson Romero reafirmou a sustentabilidade da Seguridade Social em audiência com o ministro do Planejamento à época, Dyogo de Oliveira, que contestou os números superavitários da Seguridade, defendidos pela ANFIP.



Em sua gestão foram realizados grandes eventos, alguns em parceria com outras organizações, outros do calendário institucional, como o Encontro Nacional de Caldas Novas e a XXVI Convenção Nacional.

“Com nossos conselheiros, trilhamos o caminho da modernidade, da transparência, da participação. Em plena harmonia com os demais órgãos da ANFIP e da Fundação ANFIP”, declara Romero. Foi em sua gestão que a Entidade intensificou o uso das redes sociais, implementou o mecanismo das Assembleias Gerais, do voto eletrônico, um novo portal na Internet, de um aplicativo para aparelhos celulares, do canal de comunicação da Ouvidoria, entre outras iniciativas. “Instituímos canais diretos de atendimento ao associado, principalmente nos setores jurídico e assistencial, ampliamos o elenco de produtos e convênios disponíveis ao quadro social e seus dependentes”, relata.

Foi ainda durante a presidência de Vilson Romero que foi realizado um grande debate interno a respeito da aquisição de seis apartamentos no Hotel Cullinan, em Brasília, onde foi necessário um trabalho intenso junto aos Conselhos da ANFIP quanto à oportunidade do acréscimo patrimonial.

Uma construção coletiva

Que contou com a dedicação, empenho e amizade de muitos ao longo do caminho. Nesta galeria de imagens, registramos anfiplanos e anfiplanas que são parte da história da Associação.











Seminário Lei Orgânica do Ensino













































Curiosidades & Bastidores



GILBERTO FRANCESCHINI



Uma volta ao passado

Falar da ANFIP, de sua origem e trajetória, suas campanhas na defesa da classe que representa, dos servidores públicos em geral ou da própria instituição, de onde se originou, continua sendo uma tarefa bastante agradável. Passaram-se 70 anos e muita coisa ficou no esquecimento ou na memória de associados mais antigos, muitos deles personagens vivos de momentos históricos da entidade.

Se, nos dias de hoje, é notória a má vontade de governantes a respeito de seus pleitos, mesmo que justos e bem fundamentados, imagine o ambiente vivido pela ANFIP nas primeiras décadas de sua existência. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, com uma modesta estrutura administrativa, incompatível com a grandeza do projeto idealizado por aqueles que a criaram, as propostas de interesse da classe ou do próprio sistema previdenciário eram encaminhadas às autoridades competentes, especialmente em Brasília, com extrema dificuldade. A eles, portanto, a esses valorosos companheiros, alguns, pela vontade de Deus, já afastados de nosso convívio, a gratidão e o reconhecimento daqueles que aqui permanecem.

Ao relembrar fatos ou acontecimentos de épocas passadas e reproduzi-los agora com uma nova roupagem, é uma forma de homenageá-los. Trata-se de um relato modesto de momentos (vitoriosos ou não) vividos pela ANFIP, há décadas, quando ainda imperava no país um regime militar e autoritário.

Fazer associativismo, especialmente no serviço público, era bastante penoso, passível, até mesmo, de graves e danosas consequências. Mesmo assim, a ANFIP sempre se manteve atuante, reivindicando o que era justo e viável, sendo exemplo maior a permanente luta pela manutenção ou restabelecimento da equivalência estrutural e remuneratória com servidores fiscais da então Receita Federal. E isto porque, não obstante reconhecida pelo legislador e por decisões judiciais (grupo fisco), a identidade de atribuições e responsabilidades dos integrantes dessa categoria (FCP e Fiscal de Tributos Federais), ambas destinadas à realização da receita à fiscalização de tributos e contribuições, o fato é que, na prática, o FCP era quase sempre discriminado. Foi assim, após muitos anos, após centenas de manifestações, memoriais e entrevista com autoridades, em Brasília e nos Estados, que uma grande conquista foi alcançada, com a expedição do Decreto-Lei nº 1.710, em 31/10/79, que estendia ao FCP a Gratificação de Produtividade devida, até então, apenas aos colegas da Receita Federal. Dito diploma legal, porém, embora bastante festejado, trazia em seu bojo, uma gritante injustiça aos aposentados anteriormente à sua vigência, uma vez não incluídos como seus beneficiários. Tal anomalia, como se sabe, apenas foi corrigida anos após com a superveniência da Lei nº 7.184, de 16/04/84. E assim mesmo à razão da metade de seu percentual máximo. Desnecessário dizer quão dramática era a situação daquele que se aposentara anteriormente a 31/10/79 ou, pior ainda, como teria ele sobrevivido, já que tal gratificação representada, praticamente, a metade da remuneração do servidor ativo.

A discriminação, porém, não terminava aí: em 20/12/83, expedida o Poder Executivo o Decreto-Lei 2.074, elevando o limite percentual da Gratificação de Desempenho para os Fiscais de Tributos Federais. E lá foi a ANFIP, mais uma vez, exigindo do Governo o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive judiciais, que reconheciam a equivalência remuneratória, o que acabou por ser restabelecida em 26/12/84, com o Decreto-Lei nº 2.187,

elevando, novamente, o seu percentual, com a omissão, como das vezes anteriores, do FCP como seu beneficiário. Nova luta e nova conquista foi alcançada em 06/03/85, com a edição de novo diploma legal, o Decreto-Lei nº 2.260, repondo as coisas no seu devido lugar.

Quando tudo parecia definitivo, inclusive porque se aproximava o final do último período do governo militar e início de uma nova era, com o retorno da democracia, em sua plenitude, eis que, surpreendentemente, é editado o Decreto-Lei nº 2.225, em 10/01/85, criando a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional com a consequente transposição, para ela, dos ocupantes dos cargos de Fiscais de Tributos Federais e outros privativos da Secretaria da Receita Federal. Nada dispunha sobre os Fiscais de Contribuições Previdenciárias, integrantes, até então, do mesmo Grupo TAF (Tributação, Arrecadação e Fiscalização), nos termos do que estabelecia a Lei nº 5.645, de 10/12/70 (Plano de Classificação de Cargos) e demais disposições legais e regulamentares. A questão, a partir daí, exigia da ANFIP que partisse para uma nova empreitada, provavelmente mais estafante, buscando, outra vez, o que era direito de seus associados e que, arduamente, houvera sido conquistado em memoráveis campanhas anteriores.

Com dedicação até redobrada, elaborou a ANFIP, como antes, memoriais, minuta de exposição de motivos e outros, fornecendo dados e argumentos extremamente claros e convincentes sobre o mérito e a justiça do pleito. Buscava, antes de tudo, o indispensável apoio do Ministério da Previdência e Assistência Social para, quem sabe, alcançar, em curtíssimo espaço de tempo, o sucesso almejado. Previa a minuta de “Projeto de Decreto-Lei”, entregue ao ministro Jarbas Passarinho, a criação de Carreira, com a transposição, nos moldes do Decreto-Lei nº 2.225/85, dos ocupantes dos cargos de FCP com a denominação de Auditor Fiscal da Receita Previdenciária, fixando, em seu texto, a quantidade de ocupantes por Classes e Padrões, as regras para ingresso, bem como para fixação de seus vencimentos, além de outras disposições.

É certo que, de pronto, o ministro Jarbas Passarinho, sempre atencioso conosco, muito embora manifestasse sua concordância, mostrou-se um tanto reticente, dizendo ser praticamente impossível dar sequência a um projeto dessa natureza, em final de governo, inclusive por outro, já eleito, se preparava para assumir o Poder. Tudo isso era verdade, era difícil, talvez impossível. Mas não era o caso de desistir, tanto que, após vários encontros, decidiu o ministro, como já o fizera em ocasiões anteriores (gratificação de desempenho), vestir a camisa da ANFIP, determinando aos seus assessores a realização de estudos finais, com vistas à criação da carreira e que tomassem por case, para sua justificativa, a própria minuta de EM antes fornecida.

Daí em diante, eis a sequência dos fatos: em 7 de março de 1985 encaminha ele ao diretor geral do Departamento Administrativo do Serviço Público -DASP, o “Projeto de Decreto-Lei”, dispondo sobre a criação, no Quadro Permanente do IAPAS, da Carreira Auditores da Receita Previdenciária; em 11 do mesmo mês, o então diretor geral do DASP, José Carlos Soares Freire, submete o “Projeto” ao presidente da República através do Gabinete Civil; em 13, também do mesmo mês, o ministro João Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil, solicita que o “Projeto” seja apreciado pelo então ministro chefe da Secretaria de Planejamento, Antonio Delfim Neto, que, após examinado, o devolve no dia seguinte, dia 14, com o respectivo parecer, completando assim a sua tramitação. E tudo isso em apenas sete dias. Faltava agora a assinatura do presidente João Figueiredo, em seu último dia (14 de março de 1985) como chefe do Poder Executivo e que, para decepção de todos, sem razão aparente, não se concretizou. No dia seguinte, ou seja, em 15 de março de 1985, assumia a Presidência o seu sucessor, não o eleito, Tancredo Neves, por razões de saúde, mas o seu substituto, José Sarney. Essa, porém, e outra história!

O que teria levado o presidente João Figueiredo a não assinar o projeto se os ministros responsáveis pela área opinaram favoravelmente. Vários foram as versões levantadas à época. Uma

delas dizia que o presidente, de temperamento irascível e extremamente desgostoso com o final melancólico de seu governo, objeto, naqueles dias, de manifestações hostis e protestos de toda natureza, especialmente no entorno do Palácio, teria decidido não comparecer ao ato de posse de seu sucessor, não lhe passando, assim, a faixa presidencial. E mais, deixava para o novo governo, para exame e apreciação, não apenas o projeto antes referido como todos os demais expedientes ali colocados para assinatura. E assim permaneceu o FCP por muito tempo ainda como integrante do Grupo TAF, até que, pela Medida Provisória nº 1.915-1, de 29/07/99, reeditada várias vezes, foi organizada a Carreira Auditoria Fiscal da Receita Previdenciária unificada, mais adiante, pela Lei nº 11.457/07, com a Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil.

ANICETO MARTINS



Muito gratificante relembrar o grupo recém-eleito em Recife (PE), em 1987, na XI Convenção Nacional da ANFIP. Um grupo muito especial, não só por ser eleito num momento bastante fundamental para o Brasil redemocratizado, que discutia sua nova Constituição, como também porque, no seio de nossa entidade, buscava-se impor um “renovar” à velha ANFIP, então com 37 anos de existência. Renovar sem afastá-la de sua rica tradição, nem tirá-la de sua vocação de defesa da categoria

Fiscal e da Previdência Social. Uma tarefa enorme que exigia, dentre outras providências, a transferência de sua sede do Rio de Janeiro - onde nascera e fora consolidada - para o grande centro das decisões do País, a capital Brasília.

Naquele momento histórico, ocorreu um fato inusitado comigo. Eu, que fazia parte do movimento que vinha buscando mudar a ANFIP, de repente, pelo rumo que tomavam os acontecimentos, pressenti que era até possível que o Conselho que seria eleito pudesse me escolher para presidente. Preocupado, expus uma apreensão a minha esposa, Cecília, esclarecendo que, se fosse eleito, provavelmente me dariam 5 ou 10 minutos para tomar banho, me vestir e preparar meu discurso. Argumentando que sequer teria tempo para alinhar um discurso com razoável conteúdo, diante da grandeza do processo que se estava estruturando, pedi a ajuda dela para a elaboração de um breve discurso. Ela, sem qualquer conhecimento de questões técnicas da Associação e da própria fiscalização, pensou em ajustar “minha palavra” aos mesmos propósitos de São Francisco de Assis - Santo tão cultuado sobretudo na Região Nordeste, dando inclusive nome ao Rio que, nascendo no Sudeste, atravessa parte de Estados do Nordeste -, que transformou a Igreja Católica sem maltratá-la ou destruí-la, para que guiasse o novo Conselho Executivo na renovação da ANFIP, sem perder sua rica tradição ou provocar-lhe algum desmerecimento.

A peça elaborada pela Cecília, manuscrita, em folhas soltas, apenas recebeu alguns dados preenchidos por mim, sobretudo numéricos. Tudo sem sequer ser datilografado. Esse fato chegou a despertar a curiosidade da diretora de Administração do IAPAS, Maria Cecília Landim, que estava sentada ao meu lado na mesa que conduziu a solenidade de posse do novo Conselho Executivo. Ela queria saber o que eram aquelas folhas manuscritas com espaços preenchidos com outra forma de escrever. Eu simplesmente disse que era o meu discurso e que não houve tempo para datilográ-lo. Creio, pela reação do Plenário, que o discurso foi bem

recebido, provavelmente por acenar para uma transição que não deveria ser traumática, mas sim voltada a uma união de todos os segmentos participantes daquela Convenção. Aquelas folhas do discurso, infelizmente, se perderam. Nunca consegui localizá-las. Por outro lado, a sua elaboração foi até motivo de uma brincadeira que o Pedro Dittrich sempre fazia comigo. Quando havia qualquer processo eleitoral em que eu pudesse concorrer, ele alegava: “se a Cecília não estiver presente, pode saber que o Aniceto não será candidato.” E o Dittrich foi um dos grandes amigos que conquistei nas lides da ANFIP, apesar de nosso relacionamento, ao início, não ter sido bom. Tenho muitas saudades dele e de sua abnegada dedicação à ANFIP.

Inegável que, a partir de 1987, ocorreram momentos de grandes transformações na Entidade, cabendo a mim, natural do Estado do Rio de Janeiro, o comando de um Conselho Executivo que, de alguma forma, arrancava a sede da ANFIP da cidade do Rio de Janeiro. Tudo acontecendo num momento em que se quebravam todos os antigos mecanismos mais tradicionais até então adotados. Felizmente o grupo eleito era brilhante e atuou de forma proativa, tanto na reestruturação da Entidade e em conquistas para a categoria (em apenas três meses obteve-se a GEFA, gratificação que significou um enorme salto na aferição do desempenho e remuneração da categoria fiscal), quanto na atuação junto à Constituinte na busca da consolidação de direitos fundamentais do cidadão, conquistas trabalhistas e da Previdência Social, além de outros.

Impossível não lembrar cada um dos eleitos naquela memorável Convenção Nacional, cujo Conselho Executivo conseguiu demarcar dois momentos distintos da própria entidade: antes e depois da XI Convenção Nacional em Recife (PE), sem que tal fato signifique qualquer desmerecimento a nossos fundadores e comandantes até agosto/1987, mas apenas definindo momentos distintos, até mesmo por condições políticas e estruturais diversas, que permitiram uma atuação profundamente exitosa,

apesar do enfrentamento de ousados enfoques sinalizados pela Convenção de Recife/PE, muito em razão do pleno apoio dos associados e graças ao fato de contar com facilidade de desempenho sem tantas travas, decorrente da redemocratização do Brasil, que se consolidava. A democracia sempre foi o maior combustível de todas as sociedades civilizadas.

Certo é que a receita da ANFIP, na esteira da melhoria da remuneração dos seus associados, teve também um impacto positivo, permitindo a aquisição da sede própria, em 1988, no Setor Bancário Norte de Brasília, cujo prédio foi denominado “EDIFÍCIO ANFIP”, onde ainda está situada.

No que se refere a atividades da ANFIP, além da transferência para Brasília e obtenção da GEFA, em 1987, houve incentivo a simpósios regionais sobre matérias de interesse da Categoria Fiscal e Previdência Social.

Já no período de 1990/1991, além de conseguir que a GEFA fosse idêntica, em termos de valor-teto, para todos os Fiscais, independente do padrão do servidor, foi instituído o 1º ENCONTRO NACIONAL DOS FISCALIS DE PREVIDÊNCIA APOSENTADOS E PENSIONISTAS, que foi realizado em Vitória/ES, com enorme êxito, tanto que, posteriormente, foi incluído no calendário de Encontros da Entidade, não apenas como encontro de aposentados e pensionistas, mas sim de todos os associados. Sem falar que foi criada a Revista da ANFIP (hoje Revista da Seguridade Social e Tributação), com aprimoramento, também, do “ANFIP – INFORMATIVO NACIONAL”.

Induvidoso que, a partir da Convenção de Recife em 1987, foi se consolidando um novo conjunto de atividades da ANFIP, então já no centro das decisões nacionais, sob a égide da nova Constituição Federal, com inegável respeito de autoridades legislativas e executivas.

Houve também preocupação com a sindicalização da categoria, e partiu do presidente do CE, eleito em Recife em 1987, a iniciativa de distribuir às Associações Estaduais vinculadas à ANFIP minuta de estatuto para sindicatos

dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias que iriam surgir no País, a partir do permissivo contido no Art. 8º da Constituição Federal de 1988.

A ANFIP nos seus 70 anos é a consolidação de sua nova fase iniciada em 1987 e deve estar aberta a renovações que possam vir a se impor, diante das constantes transformações de nosso País, com repercussões em nossas entidades associativas e sindicais.

Inesquecíveis todos seus associados até aqui, sobretudo aqueles que aceitaram participar de seus órgãos de atuação (Conselho Executivo, Conselho Fiscal, Conselho de Representantes e como diretores ou auxiliares)

No que diz respeito aos Conselhos Executivos dos quais assumi o cargo de presidente, impossível não lembrar de cada nome dos eleitos em 1987 (Cyro, Dittrich, Vera, Marville, Módena, Tourinho, Ary Leal, Gayoso, Padilha, Djanete, Lourdinha, Ary Lelis, Edson do Rosário e Antonio Melo), nem dos eleitos em 1990 (Cyro, Dittrich, Vera, Módena, Djanete, Lourdinha, Marville, Cauby, Celso Dantas, Francisco Melo, Torres, Urânia, Oneyde, José Feliciano, Marcos Pawlowski, Cesar Gasparin e Sonia). Alguns já não estão entre nós, infelizmente, porém seus desempenhos estão gravados nos anais da ANFIP e nos corações dos associados.

SEVERINO CAVALCANTE



A história que aconteceu com o ACM [Antônio Carlos Magalhães] foi a que mais me marcou e até hoje. Tem na capa de um de nossos jornais este momento. (CAPA NA REDE)

Naquele momento, era o ano de 1998, estava-se discutindo a inclusão dos Auditores Fiscais como Carreira Típica de Estado. Na época, o governo mandou uma proposta em que incluía só juízes, procuradores e Polícia Federal. Auditoria nenhuma estava incluída no ato. Nós não teríamos a tranquilidade de autuar um deputado ou senador, sob risco de demissão ou outras sanções, então era preciso que a carreira tivesse essas garantias constitucionais.

Na época, era o ano de 1998, nós costuramos, com a participação de outras entidades, um acordo entre as lideranças dos partidos para inclusão dos Auditores, tanto da Previdência, quanto Receita, os Estaduais e os Municipais, como carreiras de Estado, para garantir que poderíamos fazer um trabalho autônomo e isento. Só que quem assinou na época o acordo, e era o líder do governo na Câmara, era o deputado Luís Eduardo Magalhães. Só que ele faleceu no meio do processo e toda história mudou. Quando voltamos a discutir o assunto, os novos líderes não queriam mais aceitar aquele acordo e nós não iríamos mais estar incluídos na proposta. Aí, decidimos falar com o ACM.

Como eu tinha ligação com o senador Bernardo Cabral, que era do Amazonas, conversei com ele e expliquei a situação. Uma reunião foi marcada, chamando as demais as

entidades. Quando foi para falar com o ACM, nós tínhamos reunido as outras entidades para preparar um documento com o histórico de todo processo para apresentar para ele. Como a ANFIP que tinha solicitado a audiência, decidiu-se que quem falaria era o presidente da ANFIP. E foi assim que aconteceu.

Só que antes da reunião, alguém sugeriu que era para dizer para o ACM que o filho dele tinha assinado o acordo. Só que como o falecimento dele tinha sido recente, fiquei com receio de parecer chantagem emocional. Mas, estrategicamente, fizemos o ofício e a primeira página do anexo era o acordo já assinado com os líderes. Chegamos lá, sentamos e ele puxou o documento da minha mão e foi folheando. Quando ele folheou e olhou, perguntou: “essa assinatura não é do deputado Luís Eduardo?”. prontamente respondi que sim, que era do filho dele. ACM na hora disse: “pois esse acordo via ter que ser cumprido”. Ele chamou o Bernardo [Cabral], que era presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que tinha escrito a última Constituição do Brasil, e disse: “eu quero que você acompanhe pessoalmente isso para mim”. E proposta passou e hoje somos Carreiras de Estado. Ele nem discutiu mérito. Ele viu que o filho tinha escrito e decidiu que aquilo seria cumprido. Naquele dia eu vi que a emoção, muitas vezes dentro do Congresso, fala mais que a razão. Foi um ponto muito interessante. Isso foi uma coisa que me marcou e foi uma vitória. O filho dele era um deputado muito articulado.

Tem ainda a história que aconteceu com o Reinhold (Stephanes), em que discutimos a indenização de transporte, que inclusive é a mesma até hoje. Na época, o valor foi reajustado de R\$ 60 para R\$ 360. Nós levamos para a Cláudia Costin um levantamento do custo que tinha o Auditor para fazer a sua fiscalização externa, numa época em que se fazia muita fiscalização externa, e se gastava muito com combustível. Aí nos reunimos com a Cláudia Costin e levamos um estudo provando que a indenização tinha que ser de R\$ 700. Aí, um dia ela disse que tinha como trabalhar, mas não tinha

como mudar a indenização de transporte para os Auditores da Previdência num momento em que ela brigava para diminuir o custo do Estado. Aí ela disse “o teu chefe tem que mandar. Fala para o ministro”.

Aí fomos ao ministro Reinhold [Stephanes] e solicitamos oficialmente. O tempo foi passando e nada de o pleito ser atendido. Mas teve na época o primeiro Prêmio Previdência Social de Jornalismo. Quem ganhou foi Roberto Cabrini, com uma matéria sobre fraudes no INSS [caso da Jorgina de Freitas Fernandes]. Quem estava apoiando o prêmio à época era ANFIP, Anasps e Anprev. Chamei o Floriano [Martins de Sá Neto], que era vice-presidente de Comunicação Social, e falei que se o Reinhold não mandasse o ofício para a Cláudia Costin, a ANFIP não iria apoiar o prêmio. No mesmo dia o Reinhold mandou o ofício e foi daí que o processo andou. A Cláudia Costin nos ligou e avisou que estaria no dia seguinte no Diário Oficial. Ela disse que não daria para fazer o valor que a ANFIP tinha levantado, pois várias outras carreiras recebiam e o impacto seria grande, mas que o valor seria de R\$ 360. Foi assim a história do reajuste.

ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA



Eu tenho duas histórias de bastidores que hoje posso contar. Nós tínhamos uma luta muito grande, que era para o recebimento da Gefa (Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação) de maneira igual entre os admitidos e aqueles que já estavam trabalhando. Havia um abismo do recebimento da Gratificação. Depois de muita luta nós conseguimos o recebimento igual entre todos. Mas ficou um resíduo referente ao período que o valor era diferente. Ao longo do tempo, o valor originário desse resíduo ficou baixo em decorrência do processo inflacionário, porém a correção monetária dele era elevada.

Depois de muita conversa, conseguimos convencer o presidente do INSS à época a pagar o valor originário. E assim ele fez. De posse dos valores pagos, fui até o Ministério da Administração e consegui convencer o ministro à época a pagar a correção monetária sob o seguinte argumento: o INSS reconheceu o valor originário e que não era correto pagar o principal e não pagar o acessório, que era a correção monetária. Nós fizemos um memorial reportando tudo isso e o ministro autorizou o pagamento do valor da correção monetária, que era infinitamente maior do que o valor originário. O valor da correção monetária foi pago em junho de 1997. Nesse ano, os Auditores receberam os valores referentes aos exercícios anteriores da correção da Gefa.

Não conseguiríamos receber a correção monetária com autorização do Ministério da

Administração se eu não tivesse conseguido que o INSS pagasse o originário, que era um valor reduzido. Depois, consegui convencer o ministro a pagar a correção monetária, colocando os valores no orçamento.

A segunda história aconteceu na época do governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 1997. Tramitava uma proposta na Câmara dos Deputados que propunha a redução das aposentadorias em até 30%. Esse texto passou e precisávamos de um destaque de votação em separado para retirar esse trecho da proposta. Conseguimos que o líder do PSS, o então deputado Sérgio Arouca (RJ), hoje falecido, apresentasse esse destaque.

Quando firmamos o compromisso com ele, fiquei sabendo, ainda na Câmara, que haveria uma pressão grande em cima do PPS para que o destaque fosse retirado de pauta. E se o destaque fosse retirado, o projeto passaria com a redução das aposentadorias em até 30%.

O trabalho de articulação na Câmara tem que ser dinâmico. Sabendo da possibilidade de perder o destaque, fui atrás de todos os representantes de sindicatos e associações de servidores públicos que eu encontrei na Câmara e falei que precisávamos fazer uma reunião na Comissão de Constituição e Justiça. Conseguimos a presença da maioria dos representantes que lá estavam. Em seguida, chamei o deputado Sérgio Arouca e falei para ele que os representantes das entidades estavam reunidos e gostariam que ele assinasse simbolicamente o destaque de votação em separado para fazer um registro fotográfico e, desta forma, exaltar o ato dele nos meios de comunicação das entidades, especialmente nas bases, principalmente para os do estado do Rio de Janeiro, de onde o parlamentar era eleito.

A intenção era que quando ele sofresse a pressão, que já saberíamos que iria acontecer, nós falássemos para ele que não poderia retirar o destaque porque ele ficaria desmoralizado, e o partido também, porque todo o Brasil já sabia do compromisso assumido.

No dia seguinte, o cenário se confirmou. Sérgio Arouca me procurou e disse que sofreu

pressão para retirar o destaque. Desta forma, falei o que já estava previsto, que fazer isso seria uma desmoralização para ele. Expliquei todas as situações negativas e o destaque permaneceu. Nós fomos vitoriosos e foi retirado do texto esse dispositivo que reduzia as aposentadorias em até 30%.

FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO



Eu fui presidente da ANFIP no período de 1993 a 1995. Esse foi o período em que nós tivemos a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, o primeiro mandato dele, e tínhamos exemplos, como temos nos dias atuais, de um governo marcado por políticas neoliberais. O neoliberalismo estava no auge com o receituário do FMI [Fundo Monetário Internacional]. A reforma da Previdência era a prioridade do governo. Quando chegamos ao início do ano de 1995, o governo encaminhou uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 33/95, que trazia profundas modificações no sistema previdenciário.

Na época existia o Ministério da Previdência, nós, Auditores Fiscais, éramos Fiscais de Contribuições Previdenciária, lotados no INSS, e a ANFIP já era reconhecida como principal entidade que falava e tinha independência para apresentar os famosos números da Seguridade. Então, a controvérsia do déficit da Previdência vem praticamente desde que a Constituição foi promulgada, em 1988, e com a regulamentação das Leis 8.212/91 e 8.213/91. Já se tinha essa

controvérsia e a ANFIP fazia o contraponto.

Então, quando a PEC 33/95 foi encaminhada, a ANFIP, fiel às suas tradições, se posicionou fortemente contra, preparou dados, realizou estudos, e obviamente havia reação a esses números. O ministro Reinhold Stephanes, que era um ministro muito forte, competente e articulado deputado federal, tinha uma equipe de profissionais do mesmo naipe e um deles era o assessor que cuidava da área de comunicação social. A gente não tem noção do que era a 25 anos atrás, a propaganda era muito importante para formar opinião. Esse assessor, o Serra Gourgel, fazia o trabalho de clipping, ou seja, o ministro chegava lá e a primeira coisa que ele recebia era o clipping com tudo de relevante que tinha acontecido, especialmente o que dizia respeito à pasta e em particular à reforma da Previdência. Eles faziam uma vigilância muito rigorosa sobre as matérias. Já estava se aproximando o final do meu mandato, em 1995, e uma das últimas viagens que eu fiz foi ao Rio Grande do Norte. Lá, a gente conseguiu uma cobertura da imprensa muito grande. A ANFIP se posicionou fortemente e saiu uma matéria de peso no jornal com esse posicionamento contrário da Entidade. A matéria saiu no dia seguinte às declarações e no outro dia eu tinha uma audiência com o ministro Reinhold Stephanes. E isso também era uma coisa que a gente fazia com muita normalidade, fazia o enfrentamento das grandes causas nacionais que nos atingiam, mas por outro lado também nunca deixamos as portas fechadas, mantínhamos com o nosso chefe ou com a autoridade máxima sempre uma atitude respeitosa. Então, eu tinha uma agenda marcada e fui lá para a reunião, como das outras vezes. Foi de certa forma engraçado, porque normalmente a gente entrava na antessala, e eu estava sozinho nesse dia, aí entrou o assessor, me olhou de cima abaixo, me cumprimentou e apresentou o clipping com a matéria de uma maneira intimidatória e disse: o ministro pediu para vc pensar sobre o que você disse lá no Rio Grande do Norte.

Aí eu levei aquele choque inicial. Pensei: “O que vou fazer na audiência. Vou chegar lá e me

explicar?”. Não demorou cinco ou dez minutos e começou a audiência. Fui lá, defendi a pauta que tinha para defender e nem toquei no assunto. O que fica nessa história é a conduta da ANFIP respeitosa de tratar o seu patrão, o governo. Na realidade, eu estava ali representando uma categoria valorosa, importante, e a gente não dobrava a coluna cervical para governo algum, seja qual fosse. Fui lá, fiz a audiência, nem toquei no assunto e vida que segue. A ANFIP continuou sendo alterosa e respeitada ao longo desses anos todos.

Essa é uma das várias histórias que poderia contar desse período de 1993 a 1995, em que tive a honra de dirigir a ANFIP, sendo o presidente mais jovem da entidade, tinha 32 anos de idade quando começou o meu mandato. Nesse mandato, eu fiquei 8 anos na ANFIP. Nos mandatos, a gente sempre acaba numa sequência de administrações e, assim, acho que o principal do Auditor Fiscal e do associado da ANFIP é que, como nós temos conhecimento de causa, nós fazemos a leitura correta dos projetos. Um projeto que é reencaminhado para destruir a Previdência pode até passar batido ou ser aplaudido. Hoje são aplaudidos pelos grupos econômicos que têm interesse em avançar sobre a Previdência pública, então a responsabilidade do Auditor Fiscal e da Entidade que o representa, que é a ANFIP, é muito forte, que é a de liderar, de não errar, fazer o contraponto de maneira correta.

O que eu tenho a dizer em relação a esse período de 1993 a 1995, é que a PEC 33 acabou sendo aprovada já no ano de 1998, ou seja, ela ficou quatro anos em tramitação, bastante mitigada em sua concepção inicial, e a ANFIP travou lutas e batalhas, sempre abraçada a outras entidades. Foram noites sem dormir, de muita preocupação, mas uma luta que foi um bom combate. E, no final, conseguimos mitigar o prejuízo que na época se avizinhava para os trabalhadores em geral.

MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO



Eu destaco um interessante bastidor na minha gestão, o trabalho para a posse dos excedentes do concurso de 2014. Foi um esforço de convencimento muito grande para que a nomeação se concretizasse.

Trabalhamos na época para convocar os 272 Auditores excedentes. Realizamos diversos contatos com a então ministra do Planejamento, Miriam Belchior, com autoridades do Ministério da Fazenda e inúmeros parlamentares. Elaboramos um dossiê mostrando a necessidade da convocação, em decorrência da defasagem do número de Auditores Fiscais, que já era expressiva àquela época. Recebemos a comissão dos aprovados diversas vezes no gabinete presidencial, estreitando as relações e reivindicações.

Realizamos uma importante audiência pública, encabeçada pela deputada Alice Portugal, em um esforço conjunto com nossa assessora parlamentar Patrícia Coimbra, que foi fundamental para a convocação dos aprovados. Essa audiência foi no dia 9 de dezembro de 2014. O alerta feito naquele momento foi fundamental para o Executivo compreender a necessidade da convocação, que finalmente se concretizou em 2015, pouco antes do concurso expirar.

Em agradecimento, além de alguns convocados se filiaram à ANFIP, eu recebi uma placa de homenagem ao trabalho realizado. Porém, pouco tempo depois foram, aos poucos, se desfilando, o que me deixou bastante decepcionada. Foram muitas reuniões que fizemos ao longo do processo e de todos terem acompanhado a luta da Entidade. Apesar disso, o trabalho foi muito bem feito no Congresso,

com boa repercussão. Todos assumiram suas funções. O que foi triste foi a falta de gratidão, mesmo que isso não apague a excelência do trabalho realizado.

Outro assunto de bastidor que poucos sabem, é que estive no Congresso Nacional para a posse dos deputados federais, quando assumiu, em segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff. Na noite anterior eu estava sozinha no Hotel Kubstichek e, na madrugada, comecei a me sentir muito mal e não sabia a quem recorrer. Liguei para a Patrícia [Coimbra], que prontamente foi ao hotel e me levou na Enfermaria 24 horas do Congresso Nacional. Falou em nome da deputada Alice Portugal e fui atendida imediatamente com requintes de clínica particular. Retornamos ao hotel, já medicada, e recuperei-me da crise de pressão alta e ansiedade para, no dia seguinte participar, junto com a Patrícia, da posse dos deputados federais eleitos. Foi interessante descobrir nesse episódio, que essa Enfermaria foi criada após o deputado Luís Eduardo Magalhães falecer de um infarte fulminante numa manhã de domingo, no dia 21 de abril de 1998, em Brasília. Fora esse fato um tanto pitoresco, destaco a amizade nascida entre mim e a assessora Patrícia baseada no respeito, cuidado e solidariedade que permeiam as relações humanas.

ANTÔNIO NETO



Fui presidente da ANFIP de maio/99 a maio/2001. Um dos fatos que considero mais marcantes da minha gestão ocorreu logo no início do mandato. Naquela época o governo era de Fernando Henrique Cardoso e nós estávamos

vinculados ao Ministério da Previdência Social, que tinha como ministro o ex-senador da Bahia Waldeck Ornelas. No mês de junho já havia a intenção do governo em reestruturar a carreira do fisco federal. Estava em elaboração uma Medida Provisória (MP) com essa finalidade. Fizemos então, juntamente com os integrantes do Conselho Executivo (CE), tratativas junto ao governo visando a inclusão de nossa categoria.

No entanto, quando a MP foi publicada, um fato nos surpreendeu, a péssima informação de que nossa categoria ficara de fora da citada MP, que contemplava apenas o pessoal da Receita Federal. Um baque imediato. Lembro-me que estava em Brasília numa quinta-feira à noite quando fui avisado. A notícia vazou. Notícia ruim anda rápido, não é? Começaram a chegar manifestações de vários colegas dos Estados. O que fazer? Era a questão.

Então reunimos os membros do CE que ainda estavam em Brasília e na sala da Presidência iniciamos uma avaliação da conjuntura e tomamos a decisão de buscar de imediato uma audiência com o ministro Waldeck Ornelas. Já era tarde da noite, já não se encontrava no gabinete do Ministério. Então, decidimos procurá-lo em sua própria residência, no apartamento funcional. Formamos uma comissão sob a nossa coordenação e nos dirigimos até lá, mesmo sem agenda marcada.

Chegando no prédio, me identifiquei para o segurança, que prontamente interfonou para o apartamento do ministro Ornelas. Por sorte ele mesmo atendeu e falei que se encontrava na portaria e que precisava lhe reportar um fato relevante. Este aquiesceu e mandou-nos subir. Quando ele próprio abriu a porta para nos receber percebemos que ele já estava com roupas próprias para dormir. Ele até brincou, “você não disse que eram poucas pessoas, mas parece um batalhão”, riso geral.

Em seguida, sentamos no sofá da sala, outros se acomodaram em outras cadeiras. A partir daí passei a expor a nossa decepção com a não inclusão da nossa carreira, demonstrando que isso geraria sérias consequências para o Ministério da Previdência, além de grande revolta da classe. Outros colegas também se posicionaram reforçando o nosso pleito, dentre os quais cito o saudoso Pedro Ditrich.

Foi aí que o ministro tomou a palavra e assumiu o compromisso de que na próxima reedição da MP nossa classe seria contemplada. Pedi então a ele que no dia seguinte mandasse um documento para a ANFIP formalizando o compromisso.

No dia seguinte, de fato, mandou um ofício à ANFIP garantindo que o pleito da carreira seria contemplado. Mandeí cópia do referido documento para os colegas de todo o país e iniciamos um período de mobilização, durante o mês de julho/99, com a bandeira da inclusão de nossa categoria na MP de reestruturação do Fisco Federal. Fizemos ainda algumas propostas para melhorar nossas atribuições e outras questões importantes, a partir daí nascia a nomenclatura de Auditores Fiscais da Previdência Social, substituindo os Fiscais de Contribuições Previdenciárias.

Finalmente, no dia 30/07/99 a MP fora reeditada com o número MP-1571-1, e nossa classe foi, merecidamente, incluída na carreira do fisco federal, reunindo Receita, Previdência e Trabalho.

Considero essa conquista um marco na história dos 70 da ANFIP, que tive a grande honra de, junto com grandes e valorosos colegas, ter dado nossa modesta contribuição para que a gloriosa ANFIP pudesse exercer com altivez o seu papel de guardião dos interesses da classe dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Viva a ANFIP!!

TEREZA LIDUÍNA SANTIAGO FÉLIX



A disciplina de Direito Previdenciário passou a ser obrigatória na matriz curricular dos cursos de Direito de todo o país a partir da publicação da Portaria nº 1.351, de dezembro de 2018. A decisão foi uma grande vitória para a ANFIP, já que esta era uma bandeira histórica da Associação.

Foi em maio de 2011, na XXIII Convenção Nacional da Entidade, quando foi aprovada a Moção do Ceará para que a disciplina do Direito Previdenciário fosse inserida na grade curricular OBRIGATÓRIA, não mais opcional, das faculdades de direito públicas e privadas. “Todos os operadores do direito precisam do direito previdenciário. Por sua natureza e importância o direito previdenciário deve ter o mesmo tratamento dado ao direito do trabalho e ao direito tributário com os quais tem fortes estreitos e sensíveis laços no mundo das relações pessoa atividade contribuição”,



defendia o documento, proposto por Pedro Cadeira de Araújo, associado do Ceará.

Agora, após este avanço, a ANFIP defende o amplo debate e interpretação do Direito Previdenciário junto aos estudantes universitários. “O sistema previdenciário como conhecemos hoje vai deixar de existir. A escola tem um importantíssimo papel na formação dos promotores da Justiça do futuro. A advocacia precisa enfrentar o debate sobre contribuição e benefício e a interpretação do Direito Previdenciário deve estar presente em todas as escolas”, ressalta o presidente da Associação, Décio Bruno Lopes.

O desejo da ANFIP é que o Direito Previdenciário seja trabalhado como um todo, custeio e benefícios, em todos os espaços do Direito e da formação de profissionais. E a cultura previdenciária deve ser cultivada e defendida com o esforço, a resistência e o empenho de todos nós.

DULCE WILENNBRING DE LIMA (RS)



Na XX Convenção Nacional da ANFIP, em 2003, o tema mais polêmico foi a tese de que São Matheus seria o protetor dos candidatos, pois ele era cobrador de impostos quando ainda não era santo.

Imaginem o Lúcio Flavo Moreira de Borges Sampaio, da Bahia, no debate dizendo que se quiséssemos traria um santo por dia! Outros diziam que o estatuto não permitia esse tipo de tese. Mas, além de tudo isso, foi votado e aprovado.

Eu, na época, era vice-presidente de Patrimônio e Cadastro da ANFIP, o Benedito Cerqueira Seba (MT) era vice-presidente de Administração e o Rodolfo Fonseca dos Santos (SP) era o presidente.

Compramos o São Matheus e quando estávamos colocando na parede, ao lado do elevador, passou uma senhora na calçada e nos perguntou o que estávamos fazendo, contamos a história para ela. Fiquei sabendo que era a Irmã Olmira, chefe da Congregação religiosa, dona de uma parte do prédio anexo à ANFIP, e, à parte, era gaúcha como eu.

Lá ia eu visitar a irmã, tomar chimarrão, chá, café, levava para ela erva mate, chocolate, temperos e outros produtos do Sul. O “namoro” durou um ano, até que um dia eu disse: “Irmã, não é prático para a senhora ter quatro andares, para trabalhar fica mais difícil, fora que aqui perto não temos nada, nem restaurantes, nem táxi. Não ficaria melhor tudo num piso só?”. Então eu disse que tínhamos um andar inteiro num prédio bem localizado, bem grande. O que não era verdade naquele momento, mas, enquanto eu visitava a irmã, o Seba comprou uma sala. Ela me respondeu que naquele fim de semana estaria toda a Congregação em Brasília e ela iria apresentar a proposta e, dependendo, na segunda-feira seguinte iriam visitar o local.

Pois bem, na segunda-feira, eu e o Seba estávamos de plantão e a irmã Olmira ligou avisando que iriam olhar as salas. Lá fomos nós, só que na parte do subsolo do prédio tinha uma boate. Tampamos a placa que tinha na entrada e deu tudo certo! Fizemos a troca e ainda ficamos com uma sala pequena, que pretendíamos fechar para a Fundação ANFIP. Pintamos e ficou tudo lindo.

Depois de muitas tentativas sem sucesso de compra pelos colegas que nos antecederam, conseguimos todo o prédio só para a ANFIP. O puxadinho da Fundação foi demolido e ficamos todos juntos. As irmãs, bem parceiras, foram convidadas para a inauguração do novo espaço, com direito a discurso de agradecimento.



História das Estaduais



A criação da Associação dos Fiscais e Inspetores de Previdência de Alagoas se deu no dia 1º de março de 1971, na cidade de Maceió, estado de Alagoas, tendo como primeiro presidente o Fiscal Milton Pimentel Pradines.

Em 1º de março de 1978, a denominação da Associação passou a ser Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias no Estado de Alagoas, com a aprovação de Assembleia Geral, realizada ainda, na gestão de Milton Pimentel Pradines.



No ano de 2001, na Presidência de Francisco de Carvalho Melo, ocorreu a mudança de nomenclatura para Associação dos Auditores Fiscais da Previdência Social em Alagoas – AFIPAL.

Foram presidentes ao longo dos anos que se sucederam os seguintes auditores: Guy Calheiros Gomes de Barros, Dinah Vieira Marinho, Bento

Justino de Souza Filho, Yolanda Soares Silva, Raunildo da Costa Lucena, Francisco de Carvalho Melo, André Villaça dos Santos, Lindenbergue Fernando de Almeida e o atual Dulcésil Silva.

Destaca-se a importância dos presidentes na luta pelas conquistas dos direitos e conquistas, seja através de empenho pessoal ou coletivo.

A aquisição da primeira sede própria da AFIPAL foi conquistada pelo empenho e luta na gestão de Yolanda Soares Silva, que conseguiu a adesão da maioria dos associados para descontarem uma contribuição extra de seus próprios salários e participarem de rifas. Desta forma, foram compradas duas salas em um prédio comercial, localizado na Rua Barão de Penedo, Edf. Barão de Penedo, no centro de Maceió, próximo ao Edifício sede o INSS.

Na gestão de Francisco de Carvalho Melo, houve uma vitória muito esperada por todos, que foi o pagamento da gratificação do plano de cargo, carreira e salário – PCCS, para a qual houve um empenho persistente de nosso presidente Francisco de Carvalho Melo, Guy Calheiros Gomes de Barros e outros colegas auditores.

Não se pode deixar de ressaltar a importância do colega Guy Calheiros Gomes de Barros, que sempre esteve presente nas atividades da associação. Sua participação no Conselho Executivo foi de suma importância, sempre empenhado em congregar a classe, marcando para sempre, com seu carisma, a história da associação cearense e deixando muitas saudades.

Ainda na gestão de Francisco de Carvalho Melo, foi comprada a segunda sede da AFIPAL, com a venda das duas salas e um empréstimo adquirido e liquidado através da ANFIP nacional. A atual sede se encontra localizada na Rua Aldeir Lima Aguiar Peixoto, 45, no bairro do Farol, Maceió-AL, a qual tem uma estrutura que permitiu muitos encontros festivos, e continua sendo a sede da ANFIP-AL.

No ano de 2015, com muito empenho e dedicação do presidente André Villaça dos Santos e a participação do Conselho Executivo, foi realizada a XXV Convenção Nacional da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – ANFIP, no Centro de

Convenções Ruth Cardoso, localizado na Rua Celso Piatti, no Bairro de Jaraguá, Maceió – AL.



A Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Amazonas congrega e representa, no estado do Amazonas, para os fins do art. 5º, XXI, da Constituição Federal de 1988, os servidores públicos federais, pertencentes ao cargo de “Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil”, foi fundada em 24 de junho de 1989.

Com a posse de 26 novos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (FCP) no Amazonas, em 1987, sentiu-se a necessidade da fundação de uma entidade que representasse os interesses administrativos da classe junto à administração local e nacional, como também os interesses associativos perante a associação nacional ANFIP.

Assim, na assembleia geral do dia 24 de junho de 1989 foi criada a “Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias do Estado do Amazonas – AFISPAM”, primeiro nome definido à Entidade pelos presentes na reunião de fundação, que fora sucedido pelos nomes “Associação dos Auditores Fiscais da Previdência Social do Amazonas – ANFIP/AM”, aprovada em assembleia geral ordinária realizada no dia 28/04/2000 e “ANFIP/AM Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Amazonas”, aprovada em AGE do dia 22/03/2007, nome mantido até os dias de hoje.

No início de sua fundação a Associação não possuía sede e desenvolvia suas atividades nas dependências do antigo IAPAS, mais tarde INSS, somente vindo a ter sua própria sede em 1996, localizada na Av Floriano Peixoto, nº 215, Sala 201, Centro (antigo Hotel Amazonas).

Com o objetivo de proporcionar uma melhor infraestrutura e instalações aos seus associados, foi adquirida uma nova sede em 2006, localizada na Av Djalma Batista, nº 3000, Sala 22, Área Comercial, Bairro Parque 10, onde funciona atualmente.

A ANFIP/AM, em conjunto com a associação nacional ANFIP, sediou no Amazonas três grandes eventos. Em 1992, sediou o Encontro da Região Norte, que foi realizado no Hotel Tropical, um evento regional que se transformou em nacional pela dimensão do seu resultado, onde vieram e participaram mais de 700 colegas e acompanhantes, que durante dois dias discutiram assuntos de interesse da classe e também conheceram as belezas do Amazonas. Além desse evento, a ANFIP/AM sediou o VIII Encontro Nacional, em 2002, que foi realizado nas dependências do Studio 5, no Distrito Industrial, onde compareceram e prestigiaram as palestras 1.500 colegas e acompanhantes. Finalmente, sediou-se a XXIV Convenção Nacional da ANFIP, em 2013, onde todo o evento foi realizado no Hotel Tropical com a presença de mais de 1.100 colegas e acompanhantes.



Durante a Convenção de 2013, a ANFIP/AM realizou uma síntese do Festival Folclórico de Parintins, onde os Bois Caprichoso e Garantido se apresentaram com os seus principais itens que disputam o festival na arena do Bumbodromo, em Parintins, tais como apresentador, levantador de toadas, cunhã-poranga, pajé, rainha do folclore, boi bumba, tripa do boi, etc.

A ANFIP/AM mantém como tradição duas confraternizações por ano, a primeira é no mês de junho, quando se comemora a festa junina e, também, a fundação de nossa Associação. A outra é no mês de dezembro, quando é realizada a confraternização de final de ano.

Atualmente a Associação possui 87 associados, sendo 42 ativos, 28 aposentados e 17 pensionistas.



A manutenção dos direitos dos seus associados sempre foi a meta das 16 gestões que lideraram a entidade baiana

Os fiscais da Previdência da Bahia acompanharam a passos largos o movimento de fortalecimento da categoria que eclodia em várias regiões do Brasil, durante a década de 60. A necessidade de desenvolver o associativismo era evidente naquela época, seja por meio da criação da Associação de Fiscais da Previdência dos Comerciantes, em 1962, logo cerceada pelo regime militar, instalado dois anos depois; ou mesmo com a realização das saudáveis reuniões que aconteciam no interior de algumas associações de classes dos antigos institutos de aposentadorias e pensões (IAPs).

Além disso, a categoria sentia-se motivada com medidas legais que promoviam certo prestígio e fortalecimento da categoria, a exemplo do retorno do cargo de fiscais da Previdência e os avanços

aos níveis 17 e 18 do quadro de pessoal, graças ao Decreto 51.450 assinado pelo então presidente João Goulart (1962). Até mesmo a criação do INPS (1966), oriundo da unificação dos institutos - IAPM (marítimos), IAPC (comerciantes), IAPB (bancários), IAPI (industriários), IAPASE (servidores do Estado) e IAPTEC (ferroviários e empregados em serviços públicos), favoreceu as discussões na defesa dos interesses e na busca dos ideais dos previdenciários.

Nasce AFIPEB

A Associação dos Fiscais de Previdência da Bahia – AFIPEB, nasceu dentro deste cenário com tendência ao associativismo e direcionado ao fortalecimento da classe, apesar de tantas incertezas, geradas pela Ditadura Militar, nada favorável as discussões e organização de classes. A iniciativa partiu de um grupo de fiscais do INPS que deliberou a sua fundação, em 5 de janeiro de 1968, numa assembleia realizada, no auditório do Jornal da Bahia, na Barroquinha, centro de Salvador. Integravam este grupo Luiz Antônio Gitirana, José Antônio Icó, Hélio Teixeira da Fonseca, Albérico Paiva, Jorge Lio de Almeida Fernandes, Raimundo Rodrigues Barbosa e José de Magalhães Salinas.

A intenção era formar uma sólida representatividade da categoria no Estado, junto a Associação Nacional de Inspectores da Previdência Social – ANFIP, fundada em 1950. ” Apesar do clima conflitante, o grupo passou a realizar reuniões com objetivo de criar uma associação de classe para proteção e defesa dos direitos constituídos”, conta Luiz Gitirana.

A AFIPEB ocupou inicialmente uma sala da Superintendência Regional do INPS situada no Comércio, parte baixa de Salvador, cedida pela direção do órgão. Em função da repressão que se alastrava no país, não foi possível neste período implementar as ações reivindicatórias da classe. Inclusive, para driblar os ditames do regime militar, curiosamente, foi eleito para presidência da entidade Raimundo Figueiredo Barbosa, irmão de Joaldo Figueiredo Barbosa, coronel do Exército.

“Foi um jeitinho baiano, vamos dizer assim, de acomodar a associação aos anos de chumbo vivenciados pelo país”, comenta Lêucio Flavo

Moreira de Borges Sampaio, ex-presidente da AFIPEB e ex-presidente da ANFIP. Para ele, a criação da associação não tinha conotação ideológica, representou um sentimento da categoria de promover o associativismo e colocar a Bahia em sintonia com as propostas e ações da entidade nacional.

Uma das principais participações da AFIPEB na evolução da classe, após a sua criação, foi o enquadramento dos fiscais no grupo de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização de Tributos Federais, por meio da Lei 5.645, em dezembro de 1970.

Sede própria

Com a necessidade de adquirir uma sede própria, Jorge Lio, então presidente da entidade em 1972, liderou este objetivo e mobilizou a categoria de forma contundente. Criou o Livro de Ouro para angariar recursos, destinando a cada colaborador a condição de quotista proprietário de uma sala situada no Edifício Santa Rita, na Ladeira de São Bento, centro da capital baiana. Na ocasião, foi realizado um concurso para a seleção da primeira logomarca da AFIPEB.

Com a XII Convenção Nacional de 1989 da entidade nacional, consolidou-se o Sistema associativo ANFIP. A entidade baiana integrou-se ao sistema nacional junto as 27 entidades de todas as unidades da Federação, constituindo personalidade jurídica própria.

Com intuito de expandir suas atividades e com isso abrigar confortavelmente e com segurança os seus 350 associados, a diretoria adquiriu um amplo imóvel no bairro de Brotas, na capital baiana na década de 90. Sob a presidência de Luiz Gitirana, a entidade recebeu o apoio determinante da ANFIP que concedeu empréstimo com taxas de juros equivalentes à poupança da Caixa Econômica Federal. O livro de Ouro, mais uma vez, foi utilizado para arrecadar recursos para realização da reforma do prédio.

“O prédio passou por reformas pontuais para adaptá-lo às necessidades das atividades associativas, entre as quais têm proeminência as festas juninas, as

celebrações de Natal e aniversários dos associados”, salientou Luiz Gitirana.

Azulejos portugueses datados do século XVIII e um painel de autoria do artista plástico Caribé, ilustrado com figuras de orixás da cultura afro, foram presenteados pela entidade nacional. Ambos ornamentam delicadamente o salão de eventos do imóvel.

Em 2007, a entidade recebeu nova nomenclatura: Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Estado da Bahia (AFIPEB). A mudança atendia a consolidação da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, integrada pelos cargos de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, proveniente da criação da Secretaria Federal do Brasil (RFB), por força da Lei 11.457. Em 2018, passa a chamar de Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil na Bahia – ANFIB-BA, seguindo a padronização da entidade nacional determinada a todas as estaduais.

“A AFIPEB, nos limites de sua jurisdição ou sob a égide do Sistema ANFIP, empreendeu várias demandas em favor dos associados, principalmente no que respeita à salvaguarda dos seus direitos e na luta pela obtenção de lédimas reivindicações”, declara José Icó. A rotina da entidade inclui atendimento na área de saúde, dispondo do Plano de Saúde da Unimed e da Vitalmed para situação de emergência; faz acompanhamento das ações jurídicas e dá suporte local no que se refere a política implementada pela ANFIP.

Com 52 anos de história, a AFIPEB teve 16 Auditores Fiscais na presidência – Raymundo Rodrigues Figueiredo Barbosa (1968/1970), Raymundo João Duailibe (1969 e 2011/2013), José Magalhães Salinas (1971 e 1993/1994), Jorge Lio de Almeida Fernandes (1972/1973), Alberto Fernandes Cardilho (1974), Arnaldino Moraes Pita (1975 e 2009/2011), Eddie Parish (1976), Demostenes Pinto de Carvalho Sobrinho (1981), Jayme de Araújo Viana (1977/1980), Vicente Batalha de Mattos (1982/1986), Edson Pinheiro do Rosário (1987/1988), Cleonísio Luques Ribeiro (1989/1990), Lêucio Flavio Moreira de Borges

Sampaio (1991/1992), Luiz Antônio Gitirana (1995/2000 e 2013/2016), Roswílzio José Moreira Góes (2001/2005) e José Antônio Moreira Icó da Silva (2016/2018). Atualmente, aos 52 anos, a entidade é presidida, pela primeira vez, por uma mulher: Maria Urânia da Silva Costa.



A Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Ceará – ANFIP/CE, neste ano de 2020, comemora o 53º ano de existência e de atuação em defesa da categoria dos Auditores Fiscais, da Previdência Social e da Seguridade Social, conforme o pacto estabelecido na Constituição Federal, principalmente a Previdência pública.

A partir da unificação da Secretaria da Receita Previdenciária com a Secretaria da Receita Federal, no ano de 2007, a ANFIP-CE passou a atuar também no aspecto tributário e, em conjunto com a ANFIP nacional, na presente data, difunde o projeto Reforma Tributária Solidária que consiste na defesa de uma reforma tributária que produza um Sistema Justo e obediente ao princípio da progressividade.

A ANFIP/CE iniciou suas ações no longínquo mês de junho do ano de 1967, quando abnegados colegas se reuniram no Auditório do ex-IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários) e criaram a agremiação, na época

denominada “União dos Fiscais e Inspectores da Previdência Social do Ceará”.

Logo após sua criação, em dezembro do mesmo ano, mediante assembleia geral, foi aprovado o Estatuto da entidade e realizada sua primeira eleição, demonstrando seu caráter democrático e participativo, na qual foi eleito para o cargo de presidente o colega Walter José de Carvalho Rodrigues.

Acompanhando a evolução da legislação previdenciária no País e se amoldando às decisões governamentais, inclusive àquelas que lutou contra, a entidade, ao longo de sua existência, teve alterada sua denominação, sempre buscando refletir a realidade de cada época e sua característica de defensora dos interesses difusos e individuais da categoria, eis as denominações adotadas: Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias do Estado do Ceará – AFICPEC; Associação Cearense dos Fiscais de Previdência – ACEFIP; Associação Cearense dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ACEFIP; e por fim, Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Ceará – ANFIP/CE.

A ANFIP/CE funcionou no prédio do ex-IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes) até o ano de 2002, quando se instalou em sua sede própria, localizada na rua Ildefonso Albano, nº 1688, Aldeota.



A atual sede, realização de um sonho, fruto da gestão administrativa do colega Francisco de Assis Bastos Castro – o Assisinho, conta com auditório, denominado Gilberto Nobre Cavalcante, que possibilita a reunião com os associados, palestras e cursos livres, área de convivência onde se realizam reuniões trimestrais de conagração e

comemoração de aniversariantes de cada trimestre, sala para a prestação de diversos serviços para o associado, além da área de gerenciamento das atividades administrativas.

A sede própria passou por modernização na gestão da colega Tereza Liduína Santiago Félix, dotando-a de condições de acessibilidade, como a instalação de plataforma elevatória e o aumento dos mecanismos de segurança.

A ANFIP/CE sediou vários seminários, encontros e palestras com temas de interesse dos associados, entre eles a VI Convenção Nacional, realizada em 1977, e a XVI Convenção Nacional, em 1997. Também sediou o V Encontro do Nordeste, em 2005, e o X Encontro do Nordeste, em 2015. A Associação conta com 270 sócios efetivos e participantes e dois sócios honorários, que são Margarida Lopes de Araújo e Vilson Antônio Romero.



53 anos de existência

Em 25 de junho de 1967, na sede do antigo IAPM, em Brasília (DF), um grupo formado por 22 Fiscais e um Inspetor do INPS, todos jurisdicionados em Brasília, se organizaram em assembleia para deliberarem sobre a conveniência da fundação de uma associação de classe, fato que mereceu aprovação unânime dos participantes.

Nesta assembleia, sob a presidência do Fiscal Hélio de Azevedo, secretariado pelo Fiscal Gerson Rodrigues Lima, foi elaborado, distribuído e

submetido à apreciação e aprovado por unanimidade em sua forma e conteúdo, o Projeto de Estatuto, no qual constou a fundação, constituição, finalidade, organização, sede, foro, com a denominação de Associação de Fiscais e Inspectores da Previdência de Brasília, com o uso da sigla AFIBRA, com sede na capital federal, congregando Fiscais e Inspectores da Previdência.

Com a aprovação do Projeto de Estatuto e após formação de duas chapas, foi eleita uma diretoria provisória empossada, com mandato de um ano, composta pelos Fiscais Nilo Meirelles, Raggi Pimenta de Moraes, Gerson Rodrigues Lima, Luiz Fernando de Andrade Franco, Conceição de Maria Almeida Uta, Roberto Machado Barcellos, Helio Azevedo, Paulo Miller e Roberto Mozeir Duque.

Essa Diretoria Provisória encarregada de elaborar o Estatuto da entidade, também coube a tarefa de organizar a próxima eleição, que veio a ocorrer em 1969, sendo eleito como presidente o Fiscal Hélio de Azevedo.

Engajada na luta, politicamente ocupando posição combativa em defesa dos direitos da categoria, a Associação, em toda a sua existência, esteve sob o comando dos seguintes Fiscais:

Nilo Meirelle (1967/ 1969); Helio de Azevedo (1969/1971); Roberto Moacir Duque (1971/1973); Jiro Shimisu (1973/1974); Alvaro Paim (1974/1976); Gilson Ferreira de Mattos (1976/1978, 1986/1988 e 1998/2002); Jary de Brito Freire (1978/1980); Gerson Rodrigues Lima (1980/1982); Mário Sérgio Mendes Pinto (1982/1984); Francisco Ferreira Maciel (1984/1986); Avani Vilazante Castro (1988/1990); Luiz Carlos Barreto (1990/1992); Wilson Costa Ferreira (1992/1994); Clarice do Amor Divino (1994/1997); Lea Ferreira De Mattos (2002/2004, 2006/2008, 2008/2010, 2013/2014 e 2014/2016); Amaro Miguel Leite (2004/2006); Floriano Martins De Sá Neto (2010/2012 e 2012/2014); e Maria Jose De Paula Moraes (2016/2018 e 2018/2020).

A denominação AFIBRA permaneceu até o 12/73, quando foi alterada para Associação dos Agentes de Fiscalização do INPS no Distrito Federal

– AAF/INSS-DF. Em razão de alterações ocorridas na carreira, a denominação da instituição, também sofreu as seguintes alterações:

- Associação dos Fiscais e Inspectores de Previdência no Distrito Federal, com a sigla AFIP-BRASILIA, em 1973. Em 2007, com a unificação das Secretarias da Receita Previdenciária e Receita Federal, recebeu a denominação de Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Distrito Federal – AFIP-DF, e, em 2018, aderindo ao projeto da ANFIP nacional de unificar a nomenclatura e logomarca das unidades estaduais, foi adotada a nomenclatura ANFIP-DF – Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Distrito Federal.

Instalada de início, contando com um número pequeno de associados, funcionou em uma sala cedida pelo antigo INPS, até a aquisição de sede própria, situada à CLN-104 Bloco “B” Sala 103 Brasileira-DF. Posteriormente, em regime de comodato, sua sede administrativa retornou para o então IAPAS, onde permaneceu até 3/1997, quando foi adquirido novo imóvel, situado SEP/SUL 707/907 – Edifício San Marino, Conjunto “E” nº 10 – Salas 303/305, CEP 70.390-078, onde funciona até a presente data.

Como ponto relevante de sua história, além dos trabalhos integrados com as coirmãs, na conquista de direitos de seus associados, um ponto que merece destaque para a categoria no Distrito Federal, foi a mudança da ANFIP nacional para Brasília, no ano de 1988, em particular, pelos encontros de âmbito nacional, como a Convenção Nacional, que em toda sua dimensão e contexto promove uma integração, unindo forças, conquistas e envolvimento em seus ideais de lutas, um avanço cultural que muito enriquece a toda classe Fiscal do Distrito Federal.

A ANFIP-DF atualmente é composta por 80 associados, dentre eles, Auditores Fiscais ativos e aposentados e de abnegado de colegas que a dirigiram, proporcionando o melhor de cada um para o seu fortalecimento, buscando a efetiva devida proteção dos direitos dos seus associados.

Foi muito relevante para o ANFIP-DF a vinda da ANFIP para Brasília.



A ANFIP-ES é uma jovem senhora que conta com 52 anos de existência. Foi constituída em 17 de fevereiro de 1967, tendo como nome AFIPES - Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias do Espírito Santo.

Ao longo dos anos, a Entidade teve diversas denominações: iniciou como AFIPES - Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias do Espírito Santo até que, em maio de 2004, passou a se denominar: ANFIP-ES - Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Espírito Santo.

Teve como fundadores os colegas: Izael de Mello Resende, Humberto Barreto dos Santos e Hécio Fávaro Bermudes.

Em toda a sua história, teve como presidentes: Humberto Barreto dos Santos (1967 – 1969), Mário Severio Corteletti (1970 – 1971, 1978 - 1979), Hécio Fávaro Bermudes (1972), Djalma Ferreira Coutinho (1973), Amaury Nogueira da Silva (1974 - 1975), Benedito Lucas Simões (1976 - 1977), José Luiz Teixeira Mello (1980 - 07/1986), Durval Lima (08/1986 - 06/1987), Edith Souza Vanzo (07/1987 - 12/1987), Jorge Soares de Freitas (1988 - 1989), Misma Rosa Suhett (1990 - 1993), Nicéa Bof de Andrade (1994 – 1997, 04/1998 a 1999), Guilherme Rodrigues Nascimento (01/1998 - 03/1998), Aucemar José Goldner (2000 - 2003), Eucélia Maria Agrizzi Mergár (2004 - 05/2007), Humberto Calmon Tristão Fernandes (06/2007-

04/2008), Rozinete Bissoli Guerini (05/2008 – 05/2012 e 05/2016 até a presente data), José Geraldo de Oliveira Ferraz (06/2012 – 04/2016).

A ANFIP-ES, quando constituída, tinha como “sede” o porta-malas do carro dos diretores. Posteriormente, passou a ocupar uma casa modesta, emprestada por um benfeitor. Em 4/11/1991, na gestão de Misma Rosa Shuett, adquiriu três salas no centro de Vitória, próximo ao local de trabalho dos Auditores, o que favorecia a frequente visita dos associados, para, no horário de almoço, descansar ou fazer rodas de jogos.

Com a mudança do local de trabalho dos Auditores para a Av. Beira-Mar em Bento Ferreira, a distância da sede, aliada à dificuldade de estacionamento no centro de Vitória, era hora de mudar de sede. Assim, na gestão de Aucemar José Goldner, foi adquirida a segunda sede própria, uma confortável e estruturada casa, com espaçosa área de lazer. Na gestão de Eucélia Maria Agrizzi Mérgar, foi realizada uma ampla reforma, deixando a sede mais confortável para receber os associados. Para melhorar o conagraçamento entre os associados, são realizadas as tradicionais Festas Juninas e Festas do Servidor na área de lazer, o que favorece a participação dos convidados e associados.



Atualmente, o Conselho Executivo da Associação é presidido pela Auditora Fiscal Rozinete Bissoli Guerini, cujo mandato se encerra em 30/04/2020.

A ANFIP-ES tem a honra de representar os colegas do Espírito Santo, na certeza de que a união da categoria e a defesa de seus interesses passa, necessariamente, pela existência de entidades representativas combativas e atuantes. E afirma

que, dentro das possibilidades, busca prestar toda assistência aos associados e dependentes, na defesa de seus direitos, inclusive intermediando suas demandas junto à ANFIP.

Acreditando que “A persistência é o caminho do êxito” (Charles Chaplin), continuemos persistindo, na certeza de que a vitória estará sempre presente e muitas conquistas ainda estão por vir!



A Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil de Goiás - ANFIP/GO foi fundada em 15/04/1971. O nome originário da entidade era Associação dos Fiscais e Inspectores de Previdência do estado de Goiás e teve como presidente Fundador o Fiscal José Inácio da Fonseca (biênio 1971/1973)



Dentre os fatos marcantes nesses 49 anos da Associação, destacam-se:

- Foi sede da IX Convenção Nacional da ANFIP – 22 a 26 de agosto de 1983;

- Dois ex-presidentes da ANFIP são dos quadros associativos da ANFIP/GO: Álvaro Sólón de França e Ovídio Palmeira Filho;

- Aquisição da sede própria em 08/07/1993 – localizada no Setor Central – Goiânia/GO;

- Casa tombada pelo Patrimônio Histórico em 2020; e

- Aquisição da sede recreativa em 25/04/1996.

Atualmente, o presidente da Associação goiana é o Auditor Fiscal Nilo Sérgio de Lima, para a gestão 2018/2020.

(tesoureiro).

Dois dias depois, em 14 de junho de 1969, em nova reunião, foram eleitos os integrantes do Conselho Fiscal, elaborado o projeto do estatuto da Associação e definidos os representantes do Maranhão para participarem da segunda Convenção Nacional da ANFIP, realizada em Brasília.

Fundada em 28/06/69

Registrada no Registro de Pessoa Jurídica sob nº 1403 - Livro 08

Primeiro Presidente que fundou a Sede Própria da antiga AFIPREMA - atualmente ANFIP-MA: Raymundo Luiz de Barros

Inauguração
de Própria /AFIPDF



No dia 12 de junho de 1969 nascia a Associação dos Fiscais de Previdência no Estado do Maranhão - AFIPREMA, com o objetivo de representar os Fiscais e Inspectores de Previdência daquela região. A reunião de fundação aconteceu no auditório do edifício sede da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Previdência Social, na capital São Luís. Na ocasião, foi constituída uma diretoria provisória, até que fossem realizadas as eleições, sendo escolhidos os fiscais Antônio Martins Bittencourt (presidente), José Ribamar Costa (secretário) e Janir da Silva Gedeou



A ANFIP-MG é hoje o resultado de uma bela história, construída ao longo de mais de 50 anos, numa narrativa de pessoas que doaram muito de si. Para começar, não se chamava ANFIP-MG e nem congregava tudo o que se chama hoje Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. Sua evolução até chegar aonde estamos foi pari passu junto com o desenvolvimento da Previdência Social, capitaneada em seus primórdios pelos IAPs – Institutos de aposentadoria e pensão de diversas categorias fiscais, como os do IAPI, IAPC, IAPTEC, etc.

Em 1966, foram reunidos sob a denominação de INPS todos os chamados IAPs. Para responder a essa nova configuração da Previdência Social, criou-se em dezembro de 1967 (com registro em cartório em 1968) a AMFISP (Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias de Minas Gerais), congregando em torno de si todos os fiscais dos extintos IAPs. Em 1976, essa denominação foi substituída pelo nome de AFIMG.

Como a sindicalização não era permitida aos servidores públicos, as Associações reuniam em si as duas funções: a de agregadora da categoria e a de reivindicadora. Dessa maneira, a AFIMG era apenas a primeira entre outras associações que também se organizavam nos outros estados.

Curioso que essa mesma denominação AFIMG já tinha sido usada lá nos idos de 1957 para designar os fiscais do antigo IAPC, os Iapeciários de Minas Gerais.

Em 1977, cerca de dez anos depois de sua fundação, a AFIMG lançou a primeira edição de seu jornal *O Fiscal*. Seu conteúdo refletia o grande esforço de diálogo com os associados, reproduzindo em suas matérias o que se acreditava ser o que mais interessava à categoria, tendência mantida até os dias de hoje. O jornal já se encontra na edição número 235. Um dos presidentes da AFIMG, Marcelo Vianna, definiu muito bem a que veio *O Fiscal*: “fazer chegar a todos aqueles que compõem a grande família previdenciária o eco das notícias e das reivindicações da laboriosa classe dos fiscais previdenciários de Minas Gerais”. Esse jornal tornou-se, ao longo da história da ANFIP-MG, o catalisador da voz da categoria ante tantas incertezas que de tempos em tempos viriam a perturbar seus associados.

Com o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SIMPAS), esses momentos de mudança sempre se tornavam ocasião de inquietações. Era quando o papel da Associação mais se evidenciava como elemento de coesão dos associados, na vigilância e luta pela preservação, e, se possível, ampliação das prerrogativas da Fiscalização. Em 1978, o presidente da AFIMG, presente ao primeiro encontro de chefes de regiões fiscais realizado em Montes Claros, apelou para,

em razão da importância do fiscal no sistema previdenciário, que seu trabalho fosse mais valorizado, e os procedimentos fiscais simplificados para sua maior eficiência.

Uma luta iniciada pela AFIMG em 1976, foi coroada de êxito em 1979, com a extensão aos Fiscais Previdenciários da Gratificação de Produtividade, que já contemplava outras categorias do funcionalismo público.

Em 1981, seu quadro de associados foi ampliado pela filiação de um grande número de novos fiscais, resultado de concurso público realizado naquele início de década.

O presidente eleito em 1984, como outros que o antecederam e sucederam, mostrou-se um assíduo defensor da categoria fiscal. As bandeiras principais eram a valorização profissional, a confraternização e a integração da classe. O presidente Marcos Pawlowski, um entusiasta das novas tecnologias, batalhou pela introdução da informática como ferramenta de trabalho dos fiscais previdenciários, e se propôs, para isso, trabalhar em consonância com o IAPAS.



Depois de ter se instalado em diversos pontos do centro de BH, finalmente em 1991, a Associação mudou-se para a rua Carijós, número 150. O conjunto de salas ocupou meio andar do prédio até 2003, quando foi adquirida a outra metade. O novo espaço tornava-se, então, próprio, amplo e confortável, garantia de maior eficiência para as diretorias, os funcionários, e um facilitador de acesso para todos os associados, especialmente os mais idosos, afetados muitas vezes pela solidão da aposentadoria.

Nos anos 90, a entidade já se mostrava

madura o suficiente para ser grande colaboradora da Coordenadoria Regional de Arrecadação e Fiscalização, sem perder sua marca de entidade autônoma a serviço de seus associados. Nessa condição, participava com frequência das reuniões de trabalho da Coordenadoria.

Com segurança e espaço adequados da nova sede, foi possível dinamizar melhor os arquivos, bem como dotar a Associação de sistema de computação capaz de oferecer respostas rápidas às demandas dos associados. Muitas promoções foram postas à disposição, com incentivo às atividades prazerosas e artísticas, como eventos esportivos, concursos literários, de fotografia, de pinturas.

Em 1991 ainda, realizou-se em Poços de Caldas um encontro nacional patrocinado pela Associação Mineira e a ANFIP Nacional, quando diversas questões de interesse da Previdência Social e de seus funcionários foram discutidas exaustivamente, com presença de fiscais previdenciários de todo o país. Comemoravam-se os 10 anos da posse do contingente de 1981.

Em 1992, a Associação tinha deixado de ser AFIMG e passado a denominar-se ANFIP-MG.

Em 1996, houve um dos episódios mais desagradáveis envolvendo Fiscais da Previdência Social em Minas Gerais. A Administração, por pressão política, exonerou o gerente regional de arrecadação e fiscalização de Barbacena, o que levou a, sem titubear, a ANFIP-MG colocar-se de pronto em defesa da autoridade exonerada, dos interesses, da defesa e do respeito devido aos fiscais previdenciários. O incidente teve forte repercussão nacional, principalmente depois que, em solidariedade ao colega exonerado, os dirigentes de MG renunciaram a seus cargos.

Em 1999, um encontro regional realizado em Divinópolis teve como tônica a conclamação de todos à união, única maneira de lutar contra quaisquer ameaças.

O papel da ANFIP-MG tem sua relevância comprovada em inúmeros outros episódios, como o da luta para garantir a gratificação GDAT a aposentados, e recentemente contra o modelo de remuneração formado por vencimento básico mais bônus de eficiência que não contempla



A Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias do Estado de Mato Grosso do Sul – AFIPEMS, agora ANFIP-MS, é caçula dentre as demais Estaduais, mas com os mesmos objetivos: representar, defender e congregar os interesses da categoria.

Nasceu em 30/03/1985, quase 8 anos depois de criado o Estado de Mato Grosso do Sul, em área desmembrada do Estado do Mato Grosso, logo depois de ocorrida a primeira reunião, realizada em um clube social da capital do novo estado. Na ocasião, com a presença de 14 Fiscais de Contribuições Previdenciárias, capitaneados pelo FCP Adyl José de Brito, credenciado pela ANFIP, contando ainda com a prestimosa colaboração do ex-conselheiro da ANFIP Martiniano Quadros e do então atual conselheiro Hamilton de Figueiredo.

O Estatuto foi elaborado e aprovado em 9/3/1985. Já no dia 30/3/1985 foi eleito e empossado o primeiro presidente, sendo escolhido o FCP Martiniano Quadros.

As seguidas reuniões dos associados, por mais de sete anos, foram coordenadas pelos cinco primeiros presidentes eleitos: Martiniano Quadro, Francisco Leite da Silva, Walter Vieira de Mello, Ervaldo Meira e José Pereira da Silva. Foram realizadas na própria repartição ou de forma improvisada, em locais cedidos, como foi o caso do Clube Libaneses e da Associação dos Amigos de Corumbá, que, por diversas ocasiões, disponibilizou suas instalações para os proveitosos encontros, onde eram tratados e discutidos os mais diversos temas afetos aos interesses da classe. Ao final, era servida uma saborosa peixada.

Em 26/11/1992, os associados decidiram

pela alteração da sigla da Associação para ANFIP-MS, adotando o nome ANFIP seguido das letras representativas do Estado. A logomarca escolhida foi o Tuiuiú, ave símbolo do Pantanal. Na mesma data, foi alterado o Estatuto para permitir a entrada de pensionistas como nova categoria de sócios.

Agosto de 1993 foi o mês da realização de um grande sonho, a aquisição da sede administrativa. São três salas no Edifício 26 de Agosto, imóvel vizinho à sede da então Superintendência Regional do INSS.

No decorrer do ano seguinte, contando com contribuição extra dos associados e apoio da ANFIP, através de empréstimo, foi feita uma revitalização do espaço e aquisição de mais uma sala. Assim, além do setor administrativo, foi agregado sala de reuniões e espaço recreativo com mesas de jogos e ambiente descontraído para encontros dos colegas em finais de expediente.

A inauguração do espaço revitalizado se deu em 1/8/1994 e contou com a presença do então presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto.

Outro marco importante da ANFIP-MS foi a realização do XII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, no período de 20 a 22/5/2010, em Bonito (MS).



No evento, a ANFIP-MS prestou homenagem póstuma à Auditora Fiscal de Campo Grande (MS), falecida em setembro de 2008, Maria Salete Paz, que foi uma das pessoas que trabalhou incansavelmente em prol da Entidade e da categoria, sendo presidente da Regional e, por quatro anos, integrou o Conselho Executivo da ANFIP.

Na cidade de Bonito, também foi comemorado os 60 anos da ANFIP, com uma exposição de fotos

e o lançamento do livro alusivo à data sexagenária.

Nos seus 34 anos de existência, além dos cinco já citados, a pequena Associação composta nos áureos tempos por pouco mais de 50 associados, teve à frente de suas atividades, sempre servindo de elo entre os associados e a defesa dos interesses da categoria, os presidentes aqui relacionados em ordem cronológica: Carlos Graciano da Silva, Dalva Fiorini, Maria Salete Paz, Cassia Aparecida Martins Vedovatte, João de Brito Torres, Fábio Galizia, Vanderley Tessari e Isabel Nascimento Elias Pereira.



Belos tempos, belos dias

A AFISMAT - Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias do Estado de Mato Grosso, foi fundada em 30/12/1980, em Cuiabá-MT, pelos fiscais: Antonio de Moraes Botelho, Eurico Harter, Eurico Saraiva, Fernando Calmon, Fernando Marques Fontes, Geraldo Deschamps de Almeida, Isaltino Marques Fontes, José Paes de Barros Sobrinho, José Salgado Bianchi, Macário Zenagape João Pires, Manoel Felizardo Neto, Mário Vilas Boas Motta, Moacyr Souza Neves, Ney Aurélio de Campos, Tasso Meirelles, Volnei Abreu Ávila e Zilma Dock. Dentre os fiscais fundadores, atualmente apenas o fiscal Moacyr de Souza Neves encontra-se com vida.

O primeiro presidente da AFISMAT foi o fiscal Fernando Marques Fontes, que tinha como característica principal um grande poder de agregação e um grande amor pela associação tanto a nacional quanto a regional, “uma verdadeira devoção”. Comparecia e participava ativamente de todos os encontros e de todas as convenções.

A AFISMAT teve ainda os seguintes presidentes: Benedito Cerqueira Seba, Floriano Martins de Sá Neto, Eros Sebastião da Silva, Gilson de Aquino, Wilze das Graças, José Caetano de Melo, Ana Pereira Leite e Wilza do Carmo Pereira Soares.

Em 27/07/2002, foi realizado o Encontro Regional do Centro Oeste, com o tema “Discutir Previdência Social para Aprimorar e não para Sucatear”, primeiro evento organizado pela ANFIP, sob presidência do colega Pedro Sanches, em parceria com AFISMAT, com presidência de Floriano Martins de Sá Neto. O evento contou com a presença de diversas autoridades, entre elas a do presidente do INSS, Cesar Gasparim; da secretária de Recursos Humanos, Maria Cecília Landim; do coordenador de Fiscalização, Armando dos Santos; dos conselheiros da ANFIP, entre eles Admar Moderna, que coordenou o evento, da associada Cecília Bouzet, além de colegas de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, somando aproximadamente 350 pessoas.

Um dos maiores orgulhos dos integrantes da AFISMAT, sob presidência de Benedito Cerqueira Seba, e da ANFIP, sob a presidência de Severino Cavalcante, foi ter sediado no período de 20 a 22 de maio de 1998 o VI Encontro Nacional dos Fiscais de Previdência. Com o slogan: “Voa tuiuiú, estica seu pescoço, e vem mostrar em Mato Grosso que beleza é Cuiabá”. O evento foi coordenado pela vice-presidente de Cultura Profissional da ANFIP, Margarida Lopes de Araujo, e contou com a presença de 1200 participantes, entre eles o presidente do INSS, Crésio Rolim. Além de contribuir para a integração dos Auditores Fiscais a nível nacional, discutir sobre os problemas e as metas da categoria, o evento também divulgou as belezas naturais do Estado de Mato Grosso tão rico e privilegiados neste quesito.

Os integrantes da AFISMAT, sempre tiveram

um sonho, o de possuir uma sede própria, por essa razão, em 2002, se cotizaram e adquiriram um terreno para esse fim. De posse do terreno e sem recurso para a construção, foi solicitada ajuda da ANFIP, para tal fim, porém foi negada, frustrando o sonho dos associados.

Os associados da AFISMAT sempre marcaram presença nos eventos organizados pela ANFIP, tais como Convenções, Encontros Nacionais, Seminários, trabalhos parlamentares e outros.



Participaram do Conselho Executivo da ANFIP os associados Floriano Martins de Sá Neto no cargo de presidente; Benedito Cerqueira Seba, nos cargos de vice-presidente de Administração e vice-presidente de Política de Classe, e Marcos Rogério, no cargo de vice-presidente de Informática.

Benedito Cerqueira Seba foi coordenador do Conselho Fiscal da ANFIP e coordenou também o Conselho de Representante.

Uma das tradições da AFISMAT era promover encontro e reuniões com seus associados para comemorar aniversários, informar as notícias e o trabalho da ANFIP em defesa dos associados, confraternização de final de ano, entre outros.

A sede da associação, instalada em espaço cedido pelo INSS-MT, teve uma triste tragédia, um curto circuito nas instalações elétricas provocou um incêndio de grande proporção, onde teve todo seu acervo queimado.

Em 30/08/2011, a AFISMAT, sob a presidência de Manoel de Matos Ferras, convocou uma assembleia propondo a extinção da AFISMAT, sendo aprovada pelos participantes.

Na mesma assembleia foi proposta e aprovada

a incorporação pela Unafisco – Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil. Tal incorporação foi também conduzida pelo então presidente Manoel de Matos Ferraz, com a promessa de que a Unafisco disponibilizaria valor idêntico ao que a AFISMAT tinha a época para a construção de uma sede da associação regional. Embalados nesse sonho, todo o recurso financeiro da AFISMAT foi transferido para a Unafisco e, por vários entraves, a construção da sede não saiu até hoje, e novamente os sonhos dos associados foram frustrados.

Atualmente somos uma Representação Regional da ANFIP, com 47 associados e, neste momento, é liderada pela Auditora Fiscal Ana Pereira Leite. Proporciona aos associados reuniões informativas e eventos festivos.

A AFISMAT deixou um legado muito importante, que é a união entre seus associados ativos, inativos e pensionistas. “Uma verdadeira família”.

“O tempo passa tão depressa, mas em nós deixou tantas alegrias, doces recordações, proporcionadas pela nossa associação,” belos tempos, belos dias”.

Barros, concretizou a ideia, em 6 de dezembro de 1974, de fundar a Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias do Estado do Pará, por ocasião do IV Encontro dos Fiscais do INPS dos Estados do Pará, Maranhão e Piauí, realizado em Belém.

Em 15 de fevereiro de 1975 foi discutido e aprovado o Estatuto da nova agremiação, elaborado pela diretoria provisória, composta dos Agentes Fiscais Maria dos Anjos Moraes de Serra Freire, Wilson Santos Brito e Murillo Elleres Santos.

Aprovado o Estatuto, foi procedida a eleição da 1ª. Diretoria que dirigiria os destinos da AFISEPA, até 30 de junho de 1976, sendo imediatamente empossada.

Os primeiros sócios efetivos da AFISEPA eram formados pelos Fiscais e Inspectores de Previdência do INPS, bem como os do Funrural, os Tesoureiros e Tesoureiros-Auxiliares, sendo facultada a admissão dos Inspectores do Trabalho, além de funcionários do INPS, estes na categoria de sócios beneficiários.

A 1ª diretoria eleita da AFISEPA, para um período de dois anos, foi assim constituída: Presidente - Ennio Magalhães Soares da Câmara; 1º Vice-Presidente - José Geraldo de Lima Araújo; 2º Vice-Presidente - Francisco Canindé Castelo de Souza; 1º secretário - Valeriano de Castro Menezes Carneiro; 2º Secretário - Carlos Jorge de Matos; 1º Tesoureiro - João Edmundo da Silva Leite; 2º Tesoureiro - Hélio Rocha da Silveira Pinto; Conselho Fiscal - Itamoary de Jesus Barros, Dionísio Bentes Rodrigues Couto e José Francisco Santana Neto; sócios efetivos: Estrophe de Campos da Silva, Américo Tavares e Laércio José de Moraes Esteves; esclarecendo-se que o presidente Ennio Câmara já integrava o Conselho de Representantes da ANFIP desde 1971.

A sucessão de presidentes da AFISEPA foi assim constituída: 1976/1978 – José Geraldo de Lima Araújo; 1978/1980 – Itamoary de Jesus Barros; 1980/1982 – Ênnio Câmara; 1982/1984 – João Edmundo da Silva Leite, reeleito para o período 1984/1986; 1986/1987 – Hélio Rocha da Silveira Pinto, que renunciou, tendo assumido o vice-presidente José Geraldo,



Um grupo liderado pelo subsecretário de Arrecadação e Fiscalização do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), Itamoary de Jesus

até 1988; 1988/1990 – Ênnio Câmara, 1990/1992 – Maria do Livramento da Silva Lobato - 1992/1994 – Delza Gurjão da Costa; 1994/1996 – Ênnio Magalhães Soares da Câmara; 1996/1998 – Maria Oneyde Santos; 1998/2000 – Ênnio Câmara; 2000 a 2002 – Ângela Giugni da Silva Holanda Castro; - 2002 a 2004 – Albenize Gatto Cerqueira; 2004 a 2006 – Avelina Marinho de Oliveira ; 2006 a 2008 – Ênnio Câmara; 2008 a 2010 - Maria Oneyde Santos; 2010 a 2012 – Avelina Marinho de Oliveira; 2012 a 2014 – Ênnio Câmara; 2014 a 2016 Albenize Gatto Cerqueira; 2016 a 2018 e 2018 a 2020 Maria Oneyde Santos.



A Associação iniciou suas atividades sem possuir qualquer bem. Sem sede própria, funcionou à mercê da tolerância e da boa vontade dos administradores do INPS local e, por isso mesmo, foi deslocada inúmeras vezes. Somente na gestão de José Geraldo (1976/1978) foi adquirido um terreno, em Benfica (interior do Estado). Na gestão de João Edmundo (1982/1984) esse terreno foi vendido e adquirido outro na Estrada do Caixaparah, onde, mediante a colaboração dos associados, foi construída a sede campestre. Embora modesta, atendia satisfatoriamente os associados e familiares, até ser vendida em 1998.

É importante destacar o grande empenho e ajuda vindos da ANFIP, que permitiu a aquisição, a instalação e a inauguração da sede própria da AFISEPA, ocorrida, com muita alegria, no dia 19 de abril de 1996, na gestão do colega Ennio Câmara, que ocupava a presidência pela 4ª vez. Os compromissos foram quitados religiosamente

e hoje está condignamente instalada, com todo material de expediente informatizado e dispondo de indispensável conforto. A partir de novembro de 1997 foi criado o “Informativo AFISEPA”, que já circula em seu número 123, bimensalmente, com notícias da classe.

Durante estes 45 anos de atividades, muitos fatos aconteceram: de natureza tecnológica, de natureza política e, conseqüentemente, administrativa e social. Associados estiveram presentes em diversos Conselhos da ANFIP, como Ênnio Magalhães Soares da Câmara, que ocupou mandatos no Conselho Fiscal (CF) e Fundação ANFIP; Itamoary de Jesus Barros, no Conselho Executivo (CE); Maria Oneyde Santos, no CF e CE; Marluce do Socorro da Silva Soares no CE e Fundação ANFIP; Albenize Gatto Cerqueira no CF, na Fundação ANFIP e hoje no CE.

Algum tempo depois foi criado o logotipo da então AFISEPA com a seguinte representação simbólica: os 4 pontos cardeais (N–S– L–O), em todas as direções, significando que a Associação estaria presente em todo o Estado onde houvesse associado; ao centro a sigla AFISEPA; as cores vermelha e azul, representando a bandeira do Estado.

De acordo com a Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30/04/2018, que deliberou a Reforma Estatutária, resultante da proposta apresentada pela Comissão “ANFIP do Futuro”, o nome da Entidade AFISEPA foi substituída por ANFIP-PA, a fim de fortalecer as ações da ANFIP em todo território nacional.

É esta a “história” da ANFIP-PA, que teve início com abnegados colegas, alguns que infelizmente não fazem mais parte do nosso mundo e outros que levam a Associação com carinho, desvelo e responsabilidade, para satisfação do Associado, seu bem maior.



Em 7 de novembro de 1985, os fiscais de Contribuições Previdenciárias do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS na Paraíba, atendendo a convocação do representante dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias Geraldo Nicolau Baptista de Melo, reuniram-se no auditório do IAPAS, na Avenida Getúlio Vargas, nº 47, 12º andar, em João Pessoa, e decidiram criar a Associação Paraibana dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias – APFIP com a finalidade de defender os direitos dos associados e, na oportunidade, os presentes deliberaram ainda sobre a aprovação do Estatuto da entidade, a escolha e posse de uma Diretoria Executiva para administrar provisoriamente a APFIP, a definição da data para realização da primeira eleição para escolha da Diretoria Executiva, realizada na segunda quinzena de junho de 1986, e a posse dos eleitos em 1º de julho do mesmo ano.

Na reunião de 7 de novembro de 1985, foram formadas duas chapas e, por aclamação, foi escolhida a Chapa 1, formada pelos fiscais a seguir, que ocuparam os seguintes cargos: Diretoria Executiva Provisória: Presidente: Geraldo Nicolau Baptista de Mello (1985/1986); Secretaria: Dalva Soares de Araújo; Tesouraria: Maria da Penha Almeida; Diretor de Relações Públicas: Dijanete de Souza Lima; Diretor de Patrimônio: Otaviano Braz Filho. Também foi escolhido um Conselho Fiscal formado pelos fiscais: Antonio Fernando da Silva, José Batista Dias Novo e

Irene da Conceição de Freitas, como titulares e como suplentes: Robert Jubert, José Avelino da Silva Neto e José Gilberto de Almeida. Esta primeira Diretoria Executiva foi imediatamente empossada e administrou provisoriamente a APFIP de 7 de novembro de 1985, data de sua criação, até 30 de junho de 1986.

A princípio, contando com um número pequeno de associados, funcionou em uma sala cedida pelo IAPAS. Em dia 1º de julho de 1988 foi inaugurada a sede da regional, cedida pelo INSS em regime de comodato. No mesmo ano, a Estadual editou o primeiro informativo, chamado “Jornal da Modernidade”, e a criou um time de futebol de salão, com participação em jogos internos e em outros Estados. Em 1994, na presidência de José Avelino da Silva Neto, foi adquirida a sede administrativa onde funciona até hoje e, em 1990, com a iniciativa dos associados e a colaboração financeira de alguns e da ANFIP, teve início a construção de uma sede recreativa na praia de Carapibus, município de Conde/PB, que foi inaugurada em 1992 e ainda atende os associados.



Ao primeiro presidente, Geraldo Nicolau Baptista de Melo (11/1985 a 6/1986), sucederam José Avelino da Silva Neto (7/1986 a 6/1990 – 7/1992 a 6/1996), Eronides de Souza Pontes (7/1990 a 6/1992), Dijanete de Sousa Lima (7/1997 a 6/2001 – 7/2013 a 6/2017), Evando Ricardo da Silva (7/2001 a 6/2005), Maria Janeide da Costa Rodrigues e Silva (7/2005 a 6/2009), Lucimar Ramos de Lima Ramalho (7/2009 a 6/2013), Maria dos Remédios Bandeira (7/2017 a 12/2019).

Desde sua fundação, a nomenclatura inicial da Associação Paraibana dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias – APFIP sofreu algumas mudanças. Com a criação da carreira de auditoria passou a

chamar-se Associação Paraibana dos Auditores Fiscais da Previdência Social. Em 2007, com a unificação das Secretarias da Receita Previdenciária e Receita Federal, recebeu a denominação de APFIP Associação Paraibana dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e, em 2018, aderindo ao projeto da ANFIP Nacional de unificar a nomenclatura e logomarca das unidades estaduais, foi adotada a nomenclatura ANFIP-PB – Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Estado da Paraíba.

Em 7 de novembro de 2019, completados 34 anos de existência, esta Associação escreve a sua história contando com o trabalho abnegado dos colegas que a dirigiram e que, dando o melhor de cada um, contribuíram para fortalecer a ANFIP-PB e ampliar e modernizar sua sede administrativa, bem como no trabalho incansável para proteger os direitos dos seus associados, assistência aos seus dependentes e, paralelamente, desenvolvendo um trabalho no sentido de manter sempre acesa a chama associativa, oferecendo aos seus associados oportunidades de participar de encontros, quer em suas reuniões mensais, comemorações de aniversários, sua tradicional festa junina, confraternizações natalinas, viagens turísticas e de participação em eventos da ANFIP nacional e das associações estaduais.

Também faz parte de sua história a realização da XV Convenção Nacional em 1995, do III e do XII Encontro do Nordeste, realizados em João Pessoa, nos anos de 2011 e 2019, respectivamente, que oportunizaram um grande momento de debate de assuntos de interesse dos Auditores Fiscais e de conagração entre os associados da ANFIP Nacional. Estes certamente foram o nosso maior desafio, e que, graças aos esforços de todos os associados, se concretizaram com o maior sucesso.

Em toda sua trajetória, associados da ANFIP-PB têm participado efetivamente em várias gestões dos Conselhos Executivo, Representante e Fiscal da ANFIP e da Fundação ANFIP, e em muitas comissões de trabalho a nível nacional para as quais são convocados pela ANFIP. No Conselho Executivo, havia uma política de que só o compunha os estados do Sul e Sudeste em razão da proximidade com a sede da ANFIP, que ficava no Rio de Janeiro, e a entidade não tinha condições financeiras para arcar

com o deslocamento dos colegas dos estados do Norte e Nordeste, mas aos poucos esta resistência foi sendo quebrada e a ANFIP-PB passou a integrar o Conselho, com os associados Dijanete de Souza Lima, José Avelino da Silva Neto e João Laercio Gagliardi Fernandes. No Conselho Fiscal muitos de seus associados tiveram participação ao longo da trajetória da ANFIP-PB, como: Eliel Lopes de Medeiros, Mário Araújo, Aderbal Cavalcante, Geraldo Nicolau, José Avelino da Silva Neto. No Conselho de Representantes, como membros da Mesa de Coordenação, participaram os presidentes da APFIP/ANFIP-PB José Avelino da Silva Neto, Lucimar Ramos de Lima Ramalho, Maria Janeide da Costa Rodrigues e Silva e Maria dos Remédios Bandeira. Na Fundação ANFIP, as associadas Maria Janeide da Costa Rodrigues e Silva e Mara Rubia Alves Correia.



A ANFIP-PB atualmente é composta por 116 associados, dentre eles, 75 Auditores Fiscais ativos e aposentados e de 41 pensionistas. Esta associação tem escrito a sua história com luta, dinamismo, união e realizações, contando com o trabalho abnegado de colegas que a dirigiram, dando o melhor de cada um para o seu fortalecimento, buscando proteger os direitos dos seus associados, quer em melhores condições de trabalho, quer na busca de consolidar uma remuneração justa e digna para a carreira, oferecendo segurança no exercício de suas funções e assistência aos seus dependentes e continuará sempre aberta às mudanças e pronta para novas lutas em prol do associado para assim permanecer escrevendo sua história.



A ideia da criação de um órgão de classe único em Pernambuco nasceu das demandas existentes dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, junto às administrações dos ex-IAPs, como: IAPI – Industriários; IAPC – Comerciais; IAPB – Bancários; IAPM – Marítimos; IAPTC – Transportes e Cargas; e IAPFESP – Ferroviários.

Reunidos, em princípio, no escritório do colega Miguel Pires e, depois, nas dependências da fiscalização do IAPI, na Av. Dantas Barreto, com as presenças dos colegas Amir de Souza Gomes e Miguel Pires, pelo IAPI; Aldrovandi Torreão Marques e Luiz Mendes Bezerra, pelo IAPC; Luiz Alberto Martins Gonçalves Pereira, pelo IAPB; Antônio Gayoso, pelo IAPFESP e, os colegas Nilo Pacheco e Rigoberto de Souza pelo IAPTC, sob a coordenação do colega Amir de Souza Gomes, chegamos à conclusão que juntos atingiríamos nosso propósito final, que era a defesa do FCPs.

Dentro da harmonia sempre existente entre nós, em que pese pertencemos a instituições diferentes, demos vida a essa gloriosa Entidade, que no princípio se denominava - Associação Pernambucana de Fiscais e Inspectores de Previdência Social – APFIPS, depois ASFIPE, e agora ANFIP-PE, desde 10 de julho de 2018.

Dentro dessa ordem, os colegas escolheram como primeiro presidente o coordenador do grupo de criação Amir de Souza Gomes, para o exercício de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1962.

Consolidando essa união, foi estabelecido

por sorteio os futuros presidentes de 1963 a 1967, contemplando assim todos os institutos da nova Entidade.

Também na ocasião, foi criado um Conselho Deliberativo formado por 18 membros, sendo indicado por cada Instituto, 3 Fiscais, de modo a atender o mesmo propósito, isto é, igualdade de participação.

À época, eram 336 Fiscais de Contribuições Previdenciárias que, por força de Assembleia Constituinte, se tornaram associados da Entidade.

Em 1973, por doação da Prefeitura da Cidade do Cabo de Santo Agostinho, a Associação recebeu um terreno com área de 4.860m², onde hoje existe a Colônia de Férias da Entidade.



Em 1992, por resolução do Conselho de Representantes, recebemos uma doação financeira, quando construímos 4 (quatro) apartamentos inaugurados com a presença do Conselho Executivo da ANFIP, aumentando não só o valor patrimonial, bem como, proporcionando aos associados uma maior capacidade em recebê-los.

Outro fato marcante da nossa vida associativa, aconteceu quando sediamos em Recife-PE nos idos de 1987 a XI Convenção Nacional, sendo o Presidente nosso colega Leúcio Lúcio Flávio, foi a decisão da mesma em transferir a sede da ANFIP, que era na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, para o Distrito Federal - Brasília.

Em 15 de fevereiro de 2017, fomos vitimados com um incêndio no nosso prédio, que reduziu a cinzas grande parte da nossa história escrita através das Atas.

Ao longo dos nossos 58 anos, como mais antiga Entidade Regional, temos procurado com a permanente parceria com a ANFIP, atender os pleitos dos associados em Pernambuco.

Prova desse exitoso trabalho, foram as ações que patrocinamos, como: GDAT, precatório recebido em 2008; 3,17% recebido em 2013 e ação 28,86% recebido em 2015.

Iniciamos nossa luta associativa, tendo como endereço a sala do grupo fiscal chefiado pelo nosso saudoso Aldemar Tavares Nunes Machado; em razão da unificação dos institutos em janeiro de 1967, compramos 2 (duas) salas, situada na Rua Bulhões Marques, no centro do Recife, quando passamos a ter nossa própria sede.

Em 1999, quando da administração da Presidente Cléa Maria da Silveira Caldas, adquirimos nossa atual sede situada à Av. Visconde de Suassuna, 910, Santo Amaro, Recife, por R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) pagamento esse complementado com a importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) através de empréstimo concedido pela ANFIP em 48 meses com verba prevista em orçamento daquela Entidade.

A inauguração aconteceu em 28 de outubro de 1999, com as presenças do presidente do Conselho Executivo da ANFIP, Antônio Rodrigues de Souza Neto, e da vice-presidente de Relações Interassociativas, Aurora de Miranda Borges.

O atual Conselho Executivo da ANFIP-PB é presidido pela colega Rita de Cássia Cavalcanti Couto.

de Pensões, em meados dos anos 30, época do Presidente Getulio Vargas, que já havia servidores com o espírito de defender seus interesses associativos e sindicais.

Como todos os Estados brasileiros, o Piauí não podia deixar também de participar desses movimentos.

Com a fundação da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias - ANFIP, em 1950, muitos outros movimentos surgiram em a defesa de nossa classe, dentre os quais foi criada a AFIPREP (Associação Nacional dos Fiscais e Inspectores de Previdência), cujos membros pertenciam a diversos estados e como hoje, também elegiam os seus componentes (representantes) e convencionais para participarem das convenções Nacionais realizadas pela ANFIP, em Brasília – DF, as quais começaram em 16 de julho de 1967, sendo que no Piauí foi eleito o primeiro componente do seu conselho de representantes em 06.01.1969, o colega Humberto Machado Coelho, para o período 01/69 a 05/70, sendo reeleito para 06/70 até 10/ 06/72;

Em 11/06/1972, foi eleito para o período 06/72 a 05/74, o colega Cleto de Oliveira Paes Landim. Em 11/06/1974, foi eleito para o biênio 06/74 a 15/06/76, o colega João Batista Ferreira da Silva, cujo mandato só durou até 19/06/1975, quando após muitas discussões e assembleias, foi finalmente criada a AFIPREPI – Associação Piauiense dos Fiscais e Inspectores de Previdência, sendo eleito seu primeiro Presidente, o colega João Soares da Silva Sobrinho, para o biênio 1975/1976, o qual também representava o Piauí junto a ANFIP, lembrando que fora esse registro nada mais sabemos sobre a continuação da mesma..

Dando continuidade aos colegas eleitos para representar nosso estado junto a ANFIP, temos:

Em 16/06/1976 foi eleito pelos associados da ANFIP no estado do Piauí para representa-la durante o biênio 06/76 a 05/78, o colega o colega Raimundo Arary Ferreira Lima, sendo reeleito até 21/06/1984.

Em 22/06/1984, foi eleito para o biênio 06/84 a 05/86 o colega Luis Ayrton Santos;

Em 27/06/1986, voltou a ser eleito o colega



Desde a criação da Previdência Social, em 1923, através da Lei Eloi Chaves e o dos Institutos

Raimundo Arary Ferreira Lima, que representou nosso estado até 19/12/1989.

Com a nomeação de novos Fiscais, em abril de 1987, e após várias reuniões entre eles e os já existentes, foi realizada em 31/10/1989 a primeira Assembleia Geral dos associados locais da ANFIP para decidir sobre a criação de um órgão que representasse os Fiscais do Piauí, associação denominada APFIP – Associação Piauiense dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias.

Em 20/12/1989, foi realizada outra Assembleia Geral convocando os associados para aprovação de seu estatuto e para a eleição dos seus primeiros membros para dirigir a mesma, sendo eleito presidente do Conselho Executivo o colega Raimundo Arary F. Lima, e para vice-presidente João Bastos Filho.

Em 22/11/1990, foi realizada uma reunião extraordinária da diretoria da APFIP com a finalidade de promover a substituição da sigla APFIP para APIFIP, tendo em vista já haver outra coirmã no estado da Paraíba com mesma sigla e ser mais antiga que a nossa



Em 13/05/1991, foi eleita a nova diretoria, com a reeleição do colega Raimundo Arary Ferreira Lima, sendo seu vice o colega Lourival de Melo Lobo.

Em 07/05/1993, foi reeleito o colega Raimundo Arary para o Biênio 1993/95, sendo seu vice o colega Luis Ayrton Santos.

Em 05/05/1995 foi realizada eleição, sendo reeleito o colega Raimundo Arary sendo e seu vice o colega Antonio Rodrigues de Sousa Neto, para o biênio 1995/97.

Em 09/05/1997, foi realizada a eleição para o

biênio 1997/98, sendo eleito o colega João Soares da Silva Sobrinho e seu vice o colega Raimundo Arary Ferreira Lima, os quais continuaram na direção da entidade, sendo reeleitos até 12/07/2007.

Em 18/05/2007, foi realizada uma reunião extraordinária da APIFIP, a fim de serem lidas e aprovadas as alterações no seu Estatuto, tendo em vista a fusão da Secretaria da Receita Previdenciária com a Secretaria da Receita Federal, a qual passou a chamar-se Receita Federal do Brasil e nossa Associação mudou a sua sigla e nome a partir de

11/07/2007 para APIAFISC - Associação Piauiense dos Auditores da Receita Federal do Brasil.

Em 13 de julho de 2007 em Assembleia Geral, foi eleito para Presidente do Conselho Executivo o colega Guilhermano Pires Ferreira Correa e para vice o colega João Soares da Silva Sobrinho, para o biênio 2007/2009.

Em 07 de agosto de 2009, foi eleito o colega: Lourival de Melo Lobo, para Presidente do Conselho Executivo e para vice o colega João Soares da Silva Sobrinho, para o biênio 2009/2011,

Em 25 de agosto de 2011, foi eleito o colega: Lourival de Melo Lobo, para Presidente do Conselho Executivo e para vice o colega João Soares da Silva Sobrinho, para o biênio 2011/2013.

Em 19 de agosto de 2013, foi eleito o colega: Osmar Escórcio de Carvalho, para Presidente do Conselho Executivo e para Vice o colega Lourival de Melo Lobo, para o biênio 2013/2015.

Em 24 de agosto de 2015, foi eleito o colega: Lourival de Melo Lobo, para Presidente do Conselho Executivo e para vice o colega Gadafy de Matos Zeidam para o biênio 2015/2017.

Em 31 de agosto de 2017, foi eleito o colega: Lourival de Melo Lobo, para Presidente do Conselho Executivo e para vice o colega: Osmar Escórcio de Carvalho para o biênio 2017/2019.

Atendendo ao projeto ANFIP do futuro, modificamos o nome de APIAFISC - (Associação Piauiense dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), para ANFIP-PI – Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Piauí

Em 31 de agosto de 2019, foi eleito o colega

Osmar Escórcio de Carvalho, para presidente do Conselho Executivo, e para vice a colega Maria Rita de Sousa Lemos, para o biênio 2019/2021, juntamente com os demais membros dessa Diretoria.



Em 06/01/1968, em uma assembleia ordinária realizada no auditório da Biblioteca Pública do Paraná, foi criada a Associação dos Fiscais e Inspetores da Previdência do Paraná.

O primeiro presidente do conselho executivo foi o fiscal Ariosto Assumpção Hyuda e tendo como sede apenas uma sala cedida pelo INPS, à Rua João Negrão, 21 – 3º andar sala 305.

Na época as reuniões do conselho executivo eram realizadas no auditório do Senac e Associação Comercial do Paraná.

Nesse período foi adquirida uma chácara em Almirante Tamandaré, para fins de recreação dos associados.



A primeira sede própria foi adquirida em 12/08/1988 à Rua Mal Floriano Peixoto, 50 12º andar, cj 1201.

A sede atual foi inaugurada no dia 26/09/1992 à Rua Riachuelo, 31 – 6º andar e, em 20/08/2019, foi totalmente reformada e reestruturada para melhor atender seus associados.

Atualmente estamos reformando a sede campestre em Almirante Tamandaré para melhor aproveitamento pelos nossos associados.

A atual diretoria é presidida pelo Auditor Fiscal Josemar Jorge Cecatto Santos.



A ANFIP/RJ - ainda mais conhecida pela sigla AFIPERJ, devido aos longos anos em que utilizou a antiga sigla – é uma entidade resultante da fusão das Associações dos antigos Estado da Guanabara (UFIPEG) e do antigo Estado do Rio de Janeiro (AFFIP), que sempre estiveram intimamente ligadas à ANFIP, não só porque, na cidade do Rio de Janeiro, então Capital do País, nasceu e se consolidou a Entidade Nacional, mas também porque as duas Associações estaduais de então (UFIPEG e AFFIP) e depois a AFIPERJ, pela convivência no mesmo espaço territorial, acabaram sendo o berço de várias lideranças que surgiam e os braços mais disponíveis da própria ANFIP. Não se pode esquecer que a 1ª Convenção Nacional foi

realizada no Rio de Janeiro, nem que a sede da ANFIP, até 1987, foi na cidade do Rio de Janeiro.

E no passar dos anos, mesmo após a transferência da sede da ANFIP para Brasília, em 1988, a então AFIPERJ jamais deixou de ser uma parceira muito forte da ANFIP, inclusive, quando da transferência da sede em 1988, passou a ocupar o espaço que era cedido à ANFIP, no Rio de Janeiro, mediante comodato com o IAPAS, o que facilitou bastante a transferência menos açodada de todo o acervo da Entidade Nacional para a nova sede em Brasília. Acrescente-se a isso o fato de que, para evitar maior trauma quanto à indispensável dispensa de servidores da ANFIP, a AFIPERJ ficou com alguns funcionários da entidade que se transferia para a Capital Federal, contratando-os.

No campo de atividades conjuntas das duas Entidades (ANFIP e ANFIP/RJ), as realizações foram inúmeras, merecendo destaque algumas delas, por mais expressivas:

1- a Primeira Convenção Nacional da ANFIP, no Rio de Janeiro em 1968;

2- a VII Convenção Nacional da ANFIP, na cidade de Niterói, em 1979, num momento bastante traumático com a criação do SINPAS e mudança de Governo, merecendo destaque especial o aparecimento de um dos mais brilhantes oradores da ANFIP, associado Pedro Dittrich Junior, que posteriormente seria eleito Presidente da ANFIP (1981);

3- o 1º Simpósio de Custeio Previdenciário da Região Sudeste, promovido pela ANFIP/AFIPERJ, em setembro de 1988, no Hotel Bucsky Mar, em Niterói/RJ, com apoio do MPAS e IAPAS;

4- o V Encontro Nacional de Fiscais de Previdência, ativos, aposentados e pensionistas, realizado Rio de Janeiro, em maio de 1996, que, segundo o “ANFIP- Informativo Nacional” de junho de 1996 (nº 111), foi apontado como “Recorde de público e qualidade dos debates”, tendo em sua abertura a presença do brilhante pianista Miguel Proença, que executou com maestria a “Grande Fantasia Triunfal Sobre o Hino Nacional Brasileiro”, do compositor norte-americano Gottschalk, conseguindo emocionar a todos os presentes, despertando-lhes para um

encontro que foi memorável. Interessante lembrar que o famoso pianista, à noite da véspera do evento (23h), examinando o piano disponível em que tocaria, o rejeitou, obrigando que a AFIPERJ, pelo seu Diretor Administrativo, na madrugada do dia do Evento, conseguisse alugar um piano de cauda devidamente afinado à altura do nobre pianista que iria apresentar, naquele V Encontro, no Hotel Copa Dór, a peça que havia preparado para posse do eleito Presidente da República Tancredo Neves, que infelizmente falecera, impedindo-lhe aquela apresentação tão marcante, que veio a ocorrer no nosso Encontro. O jantar solene de encerramento do V Encontro, no luxuoso Hotel Intercontinental, em São Conrado, foi também muito marcante, animado pela Banda “Rio Jazz Orchestra” do médico-maestro Marcos Szpilmann, que encantou a todos participantes;



5- o Seminário Internacional de Previdência Complementar dos Servidores Públicos, em 08/11/2012, no Hotel São Francisco, centro da cidade do Rio de Janeiro. O evento teve tradução simultânea e foi promovido pela ANFIP, junto com a Fundação ANFIP, com apoio da AFIPERJ;

6- II ENCONTRO DO SUDESTE, em novembro de 2014, no Hotel Windsor Plaza, Copacabana, no Rio de Janeiro, discutindo temas de interesses da ANFIP e das Associações dos Estados da Região Sudeste, logicamente envolvendo questões de interesse da Categoria Fiscal e da Seguridade Social;

7- os “50 ANOS DA I CONVENÇÃO NACIONAL DA ANFIP”, em 09/11/2018, evento ocorrido no Rio Othon Palace Hotel, em Copacabana, Rio de Janeiro, comemorando a nossa

primeira Convenção Nacional, marco fundamental da ANFIP, realizada em 1968, na mesma cidade, com sensibilizada retrospectiva e agradecimentos aos fundadores da Entidade e todos aqueles que a vem mantendo firme nos seus propósitos de defesa da Categoria dos Auditores Fiscais, da Seguridade Social e agora também da Tributação.

Inegável que ANFIP e ANFIP/RJ tem o mesmo “DNA”, lutando com toda garra e mesmos objetivos de seus fundadores e de todos aqueles que conseguiram trazer a ANFIP até os seus 70 anos, rogando que permaneça assim pelos anos que virão, não só pelo que representará em defesa da Categoria dos Auditores Fiscais, mas sobretudo pela preocupação com o fortalecimento de uma Nação compromissada com o progresso dos mecanismos da Administração Tributária, da Seguridade Social e do serviço público em geral, em benefício da sociedade e da construção de um País com mais justiça social e fiscal, portanto uma Nação mais justa com seus filhos, não sendo apenas figura de retórica a parte do Hino Nacional que diz: “dos filhos deste solo é mãe gentil, Pátria amada Brasil”.



A associação Norte- Rio- Grandense dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Brasil, ANFIP-RN, assim denominada a partir de 20 de novembro de 2018, foi fundada em 30 de abril de

1987, então com o nome de Associação Norte-Rio-Grandense dos fiscais de Contribuições Previdenciárias, para atender aos interesses sociais e jurídicos dos associados, tendo sua primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal no período de julho/1987 a junho/1998, a seguinte composição:

- Presidente- Tarciso Cabral de Medeiros
- Vice-presidente- Laércio Quintino Guimarães
- Primeiro Secretário- Miriam lemos de Farias
- Segundo Secretário- Ana Isolda Gomes
- Primeiro Tesoureiro- José Bonifácio Freire
- Segundo Tesoureiro- Rosilda Ribeiro Rocha
- Diretor Social- Henrique Miranda Sá Neto
- Diretor de Patrimônio- Francisco José das Chagas
- Titulares do Conselho Fiscal- Raimundo Nonato de Moura, Paulo Américo dos Santos Costa e José Avelino dos Santos;
- Suplentes do Conselho Fiscal- Rosângela de Sousa e Silva, Emídio Januário da Silva e Jonilson Carvalho de Oliveira.



A partir de sua fundação, a entidade funcionou na Avenida Antônio Basílio, 3006, Edifício Lagoa Center, 4º andar, Bairro de Lagoa Nova, Natal-RN, até 21 de março de 1997, quando se transferiu para o atual endereço, na Rua Eng. Nelson Bahia, 1781, Bairro Cidade Jardim, Natal-RN, por motivo de aquisição de sua sede própria, através de empréstimo concedido pela ANFIP.

Ao longo desse período, contou com a administração de 18 Diretorias Executivas e Conselhos Fiscais e teve a honra de sediar, com êxito, dois Encontros Regionais, além de razoável

e assídua participação de seus associados nos Encontros e Convenções Nacionais da ANFIP Nacional e de obter resultado positivo em várias ações judiciais de interesse de seus associados.

Sua atual Diretoria Executiva e Conselho Fiscal no período de julho/2018 a junho/2020, tem a seguinte composição:

- Presidente- Jonilson Carvalho de Oliveira
- Vice-Presidente- José Roberto Pimentel
- Vice-Presidente de Finanças, Administração e Patrimônio- Tarciso Cabral de Medeiros
- Vice-Presidente de Aposentados, Pensionistas e Política de Classe- Maria Alba de Carvalho
- Vice-Presidente de Comunicação Social- Célia Maria da Silva Luz
- Titulares do Conselho Fiscal- Miriam Lemos de Farias, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme, Antônio de Pádua Figueiredo Gomes
- Suplentes do Conselho Fiscal- José Bonifácio Freire e Luiz Elpidio de Alcântara



Foram várias fases no seu percurso de existência. A primeira tem início no período de 12/1969 a 08/1996. A ex-ACAFIP, criada em 18/12/1969, época em que era proibido aos servidores públicos se organizarem em sindicatos, as associações tinham, então, a responsabilidade de lutarem pelos direitos dos seus associados.

Posteriormente, com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, foi permitido a criação de sindicatos no setor público para representarem as suas respectivas categorias, onde, sob os auspícios da ACAFIP, foi criada uma comissão para o chamamento da Assembleia de Fundação do SINDIFISP-SC, em 29/09/1989. Em 07/10/1989 é eleita a sua primeira diretoria, sendo o 2º SINDIFISP no Brasil.



A segunda fase ocorre quando os Auditores Fiscais da Previdência em Santa Catarina resolvem debater sobre o futuro das duas entidades no estado. Foram feitas comissões de estudos para unificação, vários debates e assembleias deliberativas. Esta convergência de administrações das entidades foram ideias que surgiram da base associativa e sindical, com o propósito de traçar um único eixo estratégico das políticas de lutas reivindicatórias no nosso estado, bem como a racionalização e a minimização dos custos administrativos e operacionais. Chegou-se então a um consenso. As entidades continuariam a existir, com seu próprio CNPJ, porém, ambas com uma única diretoria e a presidência de uma, seria a vice da outra e vice-versa. Este processo foi a única experiência em todo o território nacional, que começou em 01/08/1996.

Até então, cada representação tinha o seu informativo e, a partir deste novo modo de gestão, ocorre a primeira publicação unindo os dois periódicos: “O Plantonista - Sind Informe”. Na primeira edição (nº 1), de 03/08/1996, no editorial: “Direção Única, Jornal Único – O grupo que assumiu a direção está vivendo uma experiência rara e difícil: administrar duas entidades, com toda a carga de compromissos, atividades e embates,

somadas ao desafio de dar encaminhamento ao processo de unificação das entidades”. Tratou-se ainda da “Fusão das entidades: uma questão de respeito à categoria”, na sessão Ponto de Vista, da edição de 16/09/1996, ano 1, nº 2. “A semente plantada neste solo, certamente germinará e os frutos serão colhidos por toda a categoria”, de Rosane Raquel Lubini (secretária geral – Acafip/Sindifisp-SC).

No informativo nº 3, de 30/10/1996, no editorial, foi abordada “A unificação é necessária” – “as entidades podem desde já adotarem medidas de ordem prática no sentido de unificar ações nas lutas de interesse da categoria, simplificação administrativa, redução de despesas operacionais e outras”. Assim seguiram as administrações “cruzadas” ACAFIP e SINDIFISP-SC, até 30/07/2008, quando ocorreu a unificação da Receita Previdenciária e Receita Federal, criando-se a Receita Federal do Brasil.

Em Assembleia Nacional Conjunta (Fenafisp e Unafisco Sindical), em São Paulo, onde por deliberação, extinguem-se a Fenafisp e todos os SINDIFISP no Brasil, bem como o Unafisco Sindical e as Delegacias Sindicais, criando-se então o Sindfisco Nacional, com suas respectivas Delegacias Sindicais. A partir de novembro de 2002, a edição de nº 92 do informativo O Plantonista - Sind Informe, passa a ser publicado com o nome “Dois em Um”.

Inicia-se a terceira fase. A ACAFIP volta a sua formatação administrativa “pura”, em virtude da fusão dos Fiscos Previdenciário e Federal, inviabilizando, desse modo, a composição de administração entre a Associação Estadual e Delegacias Sindicais (Regionais no estado). Assim, em 31/07/2008, neste terceiro ciclo, é eleito presidente da associação o colega Pedro Diettrich Júnior.

Em agosto de 2012, na edição de nº 1, inicia-se mais uma vez a publicação de um novo “Informativo ACAFIP”.

Na quarta fase, em julho de 2018, a ACAFIP passa a ser chamada de ANFIP-SC, nome este aprovado em Assembleia Estadual,

sendo a primeira Associação no Brasil, filiada a ANFIP, em modificar o seu registro, sob a orientação da Comissão “ANFIP do FUTURO”.

Neste momento, a ANFIP-SC, juntamente com toda a sua Diretoria, prepara-se para recepcionar o XVII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que vai acontecer em Florianópolis, no período de 28 a 30/05/2020.



A proposta de criação da Fundação da Associação dos Fiscais de Sergipe foi idealizada a partir de uma conversa entre colegas de trabalho, em um jantar de confraternização realizado no dia 05 de janeiro de 1969 no Iate Clube de Aracaju.

Sentíamos a necessidade de uma representação em nosso Estado para atender os nossos Fiscais de Previdência, foi quando em meio a nossa confraternização, o colega Wilson Queiroz da Silva verbaliza as primeiras palavras para que essa ideia pudesse ser transformada em realidade. Propõe e pede apoio aos demais colegas, participantes do jantar, para aprovação da proposta.

Após a ideia ser aceita por todos, criou-se uma equipe provisória coordenada por João Santos, para presidir a criação, o colega Wilson Queiroz da Silva para secretário e Durval Lima

Santos para tesoureiro. Nesse momento foi estabelecido um prazo de noventa dias para apresentação do Estatuto. Em 24 de maio do mesmo ano, o Estatuto foi discutido e aprovado e em seguida aberta a eleição, na qual foi eleito como primeiro presidente oficial, o colega Durval Lima Santos.

Nossa entidade foi filiada a ANFIP nacional em 26 de junho de 1969. Foi uma grande realização, desde a sua fundação temos como missão atender, com respeito e zelo, todas as demandas solicitadas pelos colegas ativos, aposentados e pensionistas. Aos longos desses 50 anos, conseguimos atender incontáveis reivindicações de nossos associados, entre elas destacamos as vitórias em processos judiciais e melhorias salariais da classe.

Durante o ano, organizamos algumas confraternizações, tendo como objetivo principal integrar associados e familiares e também mantê-los informados sobre os rumos de nossa associação.

No período, tivemos a oportunidade de realizarmos dois grandes eventos: um Encontro das Associações da Região Nordeste em novembro 1998 e outro de âmbito nacional, realizado em maio de 2019. Este último, foi elogiado por toda equipe organizadora e participantes, inclusive, pra nosso orgulho, foi apontado como uns dos melhores encontros já realizados.

Ao longo dos anos de sua existência foi alterada sua nomenclatura por duas vezes, de AFISE para AFIPRESE e por último, alterado para ANFIP-SE. A atual equipe responsável pela administração conta com os colaboradores eleitos: no Conselho Executivo temos os colegas Jorge Lourenço Barros - Presidente, Cleone Rodrigues de Souza - Diretor de Assuntos Jurídicos, Gladston Ferreira dos Santos - Diretor Social e de Divulgação, Jorge Cezar Costa - diretor de Políticas de Classe, Antonio Roza Neto - Diretor de Assuntos Fiscais e Eutiquia Marise Oliveira Alves - Diretora Administração e Finanças e, no Conselho Fiscal, as colegas Maria de Lourdes Aciole Maciel, como coordenadora, Margarida Maria Macedo de Melo e Alda Santos

Cruz, como membros.

Atualmente, contamos com 64 associados, sendo 30 auditores e 34 pensionistas. Nossa sede é localizada no Calçadão da Rua João pessoa, no Quinto Andar do Edifício Cidade Aracaju, área central da cidade de Aracaju (SE).



Fundada no dia 6 de junho de 1967 com o nome de Associação Paulista da Fiscalização da Previdência (APAFISP) por agentes fiscais preocupados com a categoria profissional, e, sobretudo, com o sistema previdenciário à época, a ANFIP-SP – Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em São Paulo – iniciou sua luta por melhorias nas condições de trabalho de servidores ativos, aposentados e pensionistas, sem esquecer, jamais, da importância da Previdência Social como maior programa de distribuição de renda do País.

Como era propósito de seus fundadores, entre os quais Sebastião de Almeida Vieira e Antonio Barone Andrigo, a entidade vinculou-se à então Associação Nacional dos Fiscais e Inspectores de Previdência (ANFIP), que, na época, atendia pelo nome de Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, já próspera em termos de representação nacional de toda a categoria.

No curso destas mais de cinco décadas

de atividade, a ANFIP-SP teve, ao lado da ANFIP, participação decisiva em momentos históricos da vida associativa dos Auditores-Fiscais da Previdência Social, posteriormente denominados Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Defendeu, sempre com tenacidade, reivindicações justas em termos de estrutura remuneratória condizentes com a responsabilidade e a importância do cargo.

Desde os primeiros anos, a ANFIP-SP ofereceu sugestões, reivindicou e preconizou, em benefício da instituição e de seus destinatários, a modernização de sua estrutura, em especial do sistema arrecadador/fiscalizador, proporcionando, sempre que possível, condições de aperfeiçoamento técnico profissional de seus associados, por meio de publicações, cursos, ciclos de estudos e simpósios promovidos ou onde a entidade participou, como em diversas palestras sobre propostas de reforma da Previdência Social.

LUTAS RELEVANTES

A ANFIP-SP apoiou o movimento da turma de 1993, formada por 600 Auditores-Fiscais do Estado. O grupo participou do concurso de 1985 e travou uma luta jurídica e política até assumir, oito anos depois. Os ex-presidentes da ANFIP-SP que contribuíram para a luta deles foram Antonio Sérgio Gaspar (1990 e 1997), Gilberto Franceschini (1986, 1987 e 1989), Pedro Sanchez (1978 a 1985, 2000 e 2007) e João Martin Rúbia (1991 a 1993 e 2005). Uma posse simbólica foi realizada no auditório da Universidade Mackenzie, na capital paulista.



Na parte jurídica, um dos pontos a se

ressaltar sobre o trabalho da ANFIP-SP está ligado às Ações do Grupo Fisco, que podem beneficiar mais de 1800 Auditores-Fiscais e pensionistas de São Paulo, em um eventual trânsito em julgado. A entidade faz o acompanhamento destas Ações há décadas, sempre com suporte aos interessados que são associados. O Estado foi o único a obter êxito quase que total em Ações relacionadas ao Grupo Fisco, já que em outros, por exemplo, as Ações foram julgadas improcedentes e os advogados preferiram não dar prosseguimento às respectivas causas.

INTEGRAR PARA EVOLUIR

A parte de lazer e responsabilidade social também é latente, com a realização de eventos ao longo do ano. No calendário da entidade estão anualmente o Encontro da ANFIP-SP, cuja primeira edição foi realizada em Campos do Jordão, em 2011, e a deste ano, no Guarujá, onde há palestras sobre o contexto político, qualidade de vida, além de informações sobre Ações. Também são realizados eventos como a final do Campeonato de Futebol no Sesc Bertiooga e o Jantar Anual, onde há a participação de mais de 400 pessoas.

Em abril de 2019, por meio de alteração estatutária, a entidade passou de “APAFISP” para “ANFIP-SP”, em consonância com a primeira fase do “ANFIP do Futuro”, projeto que visa maior integração entre as entidades regionais e a nacional de Auditores-Fiscais.

Mesmo diante deste histórico, ANFIP-SP não pode, no entanto, se dar ao luxo de ficar apenas na lembrança de fatos ou vitórias do passado. São diversas e variadas as preocupações que exigem, a todo instante, atenção redobrada na defesa dos princípios sadios da Constituição cidadã, do sistema de seguridade social brasileiro e dos servidores públicos em particular.

Essa é a trincheira onde, certamente, a ANFIP-SP sempre estará.

A primeira diretoria da ANFIP-SP (1967) teve como presidente Sebastião de Almeida Vieira, e como vice-presidente Antonio Barone Andriago. Atualmente, a entidade é presidida pelo Auditor Fiscal Genésio Denardi, e o vice-

presidente é Walter Moraes Gallo.



Era noite do dia 26 de maio de 1962, quando Fiscais da Previdência de diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPIs) então existentes reuniram-se no salão Nobre do IAPI de Porto Alegre. O encontro ocorreu diante da necessidade de congregar a classe em defesa de justas reivindicações e dar maior intercâmbio de ideias e conagração a uma categoria até então dividida e sem garantias.

Constituída a Mesa Diretora, integrada por um representante de cada Instituto, houve diversas manifestações, entre elas, a do primeiro presidente, Francisco José Carvalho de Souza. Ele relatou o esforço de colegas de outros estados, em uma campanha desenvolvida, para extensão dos benefícios do Decreto nº 51.450/1962 aos fiscais de Previdência em geral, que seriam reunidos em um órgão que contemplaria todos os integrantes dos Institutos.

Na ocasião, o professor Antônio de Pádua Ferreira da Silva propôs a criação da AGAFISP, aprovada por unanimidade, com a finalidade de congregar e defender os direitos de todos os Fiscais da Previdência no Rio Grande do Sul. A ata de fundação foi subscrita pelo autor da proposta e mais 35 colegas. Na ata consta: o Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), o Instituto de

Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transporte de Cargas (IAPETEC), o Instituto de Apoio aos Profissionais de Ciências (IAPC), entre outros.

Hoje, passados 57 anos, a AGAFISP teve cinco colegas do estado do Rio Grande do Sul como presidentes da ANFIP. São eles: Og de Melo Fernandes, Silvio José Andriotti, Nemyr Onofre Serpa, Marville Tafferel e Vilson Antonio Romero. Muitos colegas se destacaram neste longo caminho em prol de nossas entidades e da Previdência Social Pública, dentre eles nossa colega Judith Izabel Izé Vaz, que foi a primeira mulher presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Em sua história, a AGAFISP já organizou três grandes eventos no Rio Grande do Sul. O primeiro evento foi realizado em 1981 – VIII Convenção Nacional em Gramado. O segundo evento ocorreu no ano de 2000 - VII Encontro Nacional em Gramado e contou com 3 mil participantes. O mais recente evento, a XXIII Convenção Nacional, foi realizado em 2011, também em Gramado.

A AGAFISP acompanha tudo o que diz respeito aos Auditores na “corte” e, na sede, está sempre orientando e encaminhando seus associados e familiares, principalmente nas questões jurídicas em caso de óbito.



A Entidade participou de todas as Convenções Nacionais, Encontros Nacionais e Regionais. Foram organizados grupos de colegas para viagens para Foz do Iguaçu, Uruguai, Argentina, Peru, Las Vegas, Panamá, Cartagena, Bolívia, Turquia, Índia com Agra, Dubai,

Portugal e Espanha. Para 2020, a Entidade tem programação a ser confirmada com destino para Grécia. Os aniversários da Associação são comemorados sempre com bailes, além das festas de final de ano, sempre temáticas.

A atual sede da Entidade foi comprada em 26 de maio de 1992 e conta com um espaço social, abaixo da parte administrativa, ocupando dois andares inteiros. Na cidade de Gramado, foi adquirido um apartamento bem localizado, que o associado pode usufruir. É um sucesso.

Os associados contam também com aulas de memória, pintura, dança e inglês, realizados na sede da AGAFISP. A Entidade festeja datas como o Dia da Mulher, Dia das Mães, Páscoa, Dia dos Pais, Semana Farroupilha e Dia do Servidor Público. Mensalmente é realizado o AGAFISP GOURMET, onde um colega se disponibiliza para cozinhar para os demais, que se inscrevem para participar.

Em 11 de novembro de 1985, na sede da AGAFISP, foi fundado o Sindicato, tendo como primeiro presidente o colega Luiz Carlos Correa Braga.

A AGAFISP sempre participou ativamente das grandes mobilizações sociais. Em 2003, na Reforma da Previdência, onde começaram as perdas dos direitos garantidos aos aposentados e pensionistas; em 2007, na unificação da Receita Previdenciária com a Receita Federal e a implantação do subsídio; e, atualmente, na desconstitucionalização da Previdência, na chamada Reforma da Previdência, ainda em tramitação.

Em assuntos jurídicos, os associados podem contar sempre com o plantão da ANFIP e do escritório do advogado Aloísio, que foi o primeiro a pagar a GDAT em 2005. São eles os “bombeiros de plantão” da AGAFISP.

O futuro não irá ser fácil para os servidores públicos, mas juntos seremos fortes. Todo o Brasil unido, em prol dos associados, seus familiares e da sociedade brasileira.

REPRESENTAÇÕES

A ANFIP possui representação em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Porém, em alguns lugares, não há associação regional, mas representação direta da ANFIP, onde é nomeado um Auditor Fiscal associado para ser um legítimo representante da ANFIP.

AC - Acre

O primeiro registro de representação é de 17/08/1981, sendo o Auditor Fiscal Salustiano Silva Souza o representante do estado naquele período. Em 2020, a representação é de Heliomar Lunz.

AP - Amapá

A Auditora Fiscal Maria do Rosário Valente Lobato foi a primeira representante do estado, com registro de 02/04/1998. Em 2020, a representação é de Emir Cavalcanti Furtado.

RO - Rondônia

O primeiro registro é de 1991, e consta como representante do estado naquele período a Auditora Fiscal Merian Corrêa Brasiense. Em 2020, a representação é de Francisco Raia.

RR - Roraima

O primeiro registro é de 1995, onde consta como representante o Auditor Fiscal Parimé Brasil. Em 2020, o representante é André Luiz Spagnuolo Andrade.

TO - Tocantins

O primeiro registro é de 03/08/1994, e consta como representante do estado naquele período o Auditor Fiscal José Carlos Rego Moraes. Em 2020, a representação é de José Carlos Rêgo Moraes.

Produção de conhecimento
e a defesa da

Seguridade Social



Era 1994, quando da necessidade de definir princípios defendidos pela ANFIP sobre a Seguridade Social, nascia o Ciclo de Estudos, que mais tarde viraria o Centro de Estudos da Associação. O projeto foi do então vice-presidência de Política de Classe, Pedro Dittrich, na gestão de Aniceto Martins (1994/1995), e tinha a finalidade de promover debates, seminários, produzir livros e publicações sobre Previdência e Seguridade Social. O material servia como subsídio não só para os eventos da ANFIP, mas também era apresentado ao Congresso Nacional.

Pedro Dittrich, empenhado no projeto, organizou grupos de estudos e, para que houvesse melhor e mais qualificado debate, mandava material informativo para aqueles que integravam o Ciclo. Todos os dias ele lia os principais jornais do país e recortava as matérias que tratavam dos assuntos acompanhados pela ANFIP. Esse material era estudado pelos dirigentes e usado nos debates que a Entidade promovia. Os integrantes do grupo também iam nas embaixadas em Brasília pegar material para estudar o sistema previdenciário de outros países.

Um fato importante a se destacar é que as pessoas que participavam dos debates escreviam um relato ou resumo do que foi tratado nos eventos. Ao final, sob a coordenação de Pedro Dittrich, era elaborada uma publicação englobando todos os temas.

Mais tarde, em 1995, houve a criação da Vice-presidência de Seguridade Social e, em face da reforma do Estatuto da ANFIP, aprovado pela XV Convenção Nacional, o nome do Ciclo foi alterado para Centro de Estudos da Seguridade Social. As atividades foram estruturadas com o objetivo de desenvolver duas atividades específicas: 1- estudos dos assuntos gerais vinculados às áreas

da Seguridade Social; e 2- estudos de temas específicos vinculados à Previdência Social em nível nacional e internacional, com a seleção de colegas que se dispunham a realizar as viagens aos países estrangeiros.

Com o passar dos anos, o conhecimento que se produzia nos ciclos de estudos virou livros e diversas publicações. Também foi amplamente debatido por grupos formados nos estados, em simpósios, seminários e com entidades vinculadas à Previdência Social (trabalhadores, aposentados, pensionistas e empresariais), como forma de difusão e aperfeiçoamento dos princípios defendidos pela ANFIP.

O trabalho foi expandido, porém, não podia ser comercializado pela Associação, já que é impedida legalmente, por ser empresa “sem fins lucrativos ou sem fins econômicos. Desse entrave, nasce, então, em 1997, a Fundação ANFIP, que passou a conduzir os estudos e deu continuidade à produção de conhecimentos, com a vantagem de poder comercializar as publicações. No entanto, apesar de ter surgido em 1997, com aprovação da XVI Convenção Nacional, a Fundação ANFIP só foi instalada e formalizada em 2000, começando suas atividades em 2001.





Grandes nomes contribuíram com o trabalho do Ciclo de Estudos e em prol da Associação. A primeira formação do grupo foi a seguinte:

Organizadores:

Pedro Dittrich Júnior – Vice-presidente de Política de Classe

Álvaro Sólton de França – Vice-presidente de Assuntos Fiscais

Ary Leal da Silva – Vice-presidente de Cultura Profissional

Integrantes:

Glaiton Batista da Silva (AM)

Maria de Lourdes Nunes Carvalho (MA)

Givanildo Aquino da Silva (CE)

Neiva Renck Maciel (BA)

Sérgio Guimarães Campos de Pinho (MG)

José Maercio Pereira (MG)

Oldesio Silva Anhesini (MT)

Ovídio Palmeira Filho (GO)

Aniceto Martins (RJ)

Hugo Roberto Cavalcanti César Cantinho (RJ)

Armando dos Santos (RJ)

Antônio Flavio Silveira Morato (SP)

Rodolfo G. Campos de Pinho (SP)

Maria Mercedes Bassuma (PR)

Jose Augusto Baasch Luz (SC)

Florian José Martins (SC)

Maria Erbenia Ribas Camargo (RS)

Terezinha dos Santos Wilges (RS)



A FEDERAL DO BRASIL



ANFIP





SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP
Brasília / DF – CEP: 70040-907

Telefones: (61) 3251-8100
Gratuito: 0800 701-6167